

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

HELLEN BIANCA ARAÚJO PERIANI

**MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DE
GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS
ESTADUAIS DO BRASIL : UMA PROPOSTA DE MODELO
INTEGRATIVO EM REDES**

VITÓRIA - ES
2024

HELLEN BIANCA ARAÚJO PERIANI

HELLEN BIANCA ARAÚJO PERIANI

**MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DE
GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS
ESTADUAIS DO BRASIL : UMA PROPOSTA DE MODELO
INTEGRATIVO EM REDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Taiguara Aldabalde
Coorientadora: Prof^a Dr^a Shirley Carvalhêdo Franco

VITÓRIA - ES
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P441m Periani, Hellen Bianca Araújo, 1999-
Mediação Cultural e da Informação nas unidades de gestão da
Informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil : uma
proposta de modelo integrativo em redes. / Hellen Bianca
Araújo Periani. - 2024.
175 f. : il.

Orientador: Taiguara Villela Aldabalde.
Coorientadora: Shirley Carvalhêdo Franco.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Mediação cultural. 2. Mediação da informação. 3. Redes. 4.
Unidades de Gestão da Informação. 5. Ministério Público. I.
Aldabalde, Taiguara Villela. II. Franco, Shirley Carvalhêdo.
III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 02



Ata de defesa - Hellen Periani

Data e Hora de Criação: 10/06/2024 às 14:12:34

Documentos que originaram esse envelope:

- Ata de defesa - Hellen.docx.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 128d841af95e265e3963748a08c3467391057bf0db7feab07b3d146a25d560c0

[SHA512]: 32a58b025c9af48ed308fb714d3afa09d820801df1fcff5e15da2a41c5ab9b08ef38137cb540d12a4688d2d:959e3e0155a58461a347181df7a82b63eb04204

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Taiguara Villela Aldabalde (taiguara.aldabalde@ufes.br)

Data/Hora: 10/06/2024 - 15:18:40, IP: 177.133.164.108

[SHA256]: 991e5a56477c8259aa5964b65789c1753073decdff8ca170946a8dec2c3c88538



ASSINADO - Shirley Carvalhêdo Franco (shirley.carvalhedo@unb.br)

Data/Hora: 10/06/2024 - 16:35:32, IP: 187.43.184.202

[SHA256]: bce8682ab079bc935d894fb42446ca8875fa272549d399670558e4f8b472fc1a



ASSINADO - Gleice Pereira (gleiceufes@gmail.com)

Data/Hora: 10/06/2024 - 17:18:28, IP: 200.137.65.100, Geolocalização: [-20.283341, -40.296088]

[SHA256]: 89259d4021a8f832b25765469d700d50ef2fc92d9a2952e24fd9db3432908f92



ASSINADO - Hermes Zaneti Junior (hermeszanetijr@gmail.com)

Data/Hora: 05/07/2024 - 08:58:53, IP: 179.105.108.153, Geolocalização: [-20.289945, -40.298088]

[SHA256]: f37637ff4945604a76a4a5adf42b67e3a4da0e288fbf65c0ba1f464c22fe12b0



ASSINADO - Carlos Guardado da Silva (carlosguardado@edu.ulisboa.pt)

Data/Hora: 06/07/2024 - 06:09:59, IP: 213.13.240.169, Geolocalização: [39.0856704, -9.2867904]

[SHA256]: e0bfb45d928fe42fd0543c4cb51b3fde2efcd35e414a32b7693c55c758ccf3da



ASSINADO - Hellen Bianca Araújo Periani (hellenperiani@hotmail.com)

Data/Hora: 06/07/2024 - 10:17:30, IP: 89.214.153.169

[SHA256]: 53b3041bd410c1dfe50bc97ddf87ec6a0cb609ed4017a8b5157eef07c566a454

Histórico de eventos registrados neste envelope

06/07/2024 10:17:30 - Envelope finalizado por hellenperiani@hotmail.com, IP 89.214.153.169

06/07/2024 10:17:30 - Assinatura realizada por hellenperiani@hotmail.com, IP 89.214.153.169

06/07/2024 10:17:23 - Envelope visualizado por hellenperiani@hotmail.com, IP 89.214.153.169

06/07/2024 06:09:59 - Assinatura realizada por carlosguardado@edu.ulisboa.pt, IP 213.13.240.169

06/07/2024 06:07:31 - Envelope visualizado por carlosguardado@edu.ulisboa.pt, IP 213.13.240.169

05/07/2024 08:58:53 - Assinatura realizada por hermeszanetijr@gmail.com, IP 179.105.108.153

05/07/2024 08:58:29 - Envelope visualizado por hermeszanetijr@gmail.com, IP 179.105.108.153

10/06/2024 17:18:28 - Assinatura realizada por gleiceufes@gmail.com, IP 200.137.65.100

10/06/2024 17:18:24 - Envelope visualizado por gleiceufes@gmail.com, IP 200.137.65.100

10/06/2024 16:35:32 - Assinatura realizada por shirley_carvalhedo@unb.br, IP 187.43.184.202

10/06/2024 15:18:40 - Assinatura realizada por taiguara.aldabalde@ufes.br, IP 177.133.164.108

10/06/2024 15:18:34 - Envelope visualizado por taiguara.aldabalde@ufes.br, IP 177.133.164.108

10/06/2024 14:27:14 - Envelope registrado na Blockchain por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

10/06/2024 14:27:14 - Envelope encaminhado para assinaturas por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

10/06/2024 14:12:35 - Envelope criado por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

AGRADECIMENTOS

Um novo desafio, um mestrado acadêmico, depois de passar por uma pandemia, a recente formação na graduação, o início do mercado de trabalho e a seguir, uma mudança de país. Em todo o momento desse percurso, a coragem e o medo estiveram presentes.

E é necessário agradecer quem esteve comigo durante essas mudanças. Primeiramente quero agradecer a Deus, pela oportunidade de experimentar abundantemente o que é a vida e os propósitos dela.

Agradeço aos meus pais, Rogério e Priscila, que me ensinaram os primeiros passos de todas as fases da minha vida, presentes em todos os momentos, compartilhando da minha alegria e tristeza, das conquistas e dificuldades. Ao meu pai, pela determinação, fé e caráter, a melhor representação do Pai presente na terra para mim, você é minha base. À minha mãe, pela sua coragem e força, você é a heroína das minhas histórias, inspiração para as minhas conquistas e foi meu porto seguro nos momentos em que chorei para continuar a pesquisa. Ambos me motivam e me inspiram a ser alguém melhor todos os dias. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui. Ao meu querido irmão, Otávio Augusto, por ser a luz da minha vida desde que chegou ao mundo. Vocês são o meu melhor presente, eu os amo incondicionalmente.

Minha gratidão a melhor família que eu poderia ter, meus avós Milton e Marlene por serem a alegria da minha vida, pelos conselhos, pelos abraços, pelo carinho e pelas brincadeiras que eternizo no meu coração. Aos meus primos e padrinhos Luciana, Rogério e Rodrigo, por serem minha referência de doçura, generosidade, humildade e respeito. Vocês são tudo para mim.

Agradeço às pessoas que conheci no Espírito Santo, uma fase áurea na minha vida, nessa terra do mel, onde pude fazer amigos e levar para a vida. Aos meus amigos que amo, sinto saudades e agradeço por me ouvirem falar disparadamente sobre a paixão e os desafios que passei durante esse mestrado.

Agradeço em especial, aos mestres da minha vida. Ao meu orientador, que sem dúvidas foi a pessoa mais presente, paciente e encorajadora para mim. Por sua competência, paixão pelo que faz e por sua empatia, sem a sua presença eu realmente não teria chegado até aqui. Aos professores do Programa, gratidão pelos conhecimentos, por sua disponibilidade e dedicação. Agradeço especialmente à Edma e Luciano, por estarem nessa caminhada conosco nos bastidores do administrativo do PPGCI.

Aos incentivadores do meu tema de pesquisa, aqueles que conheci no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, obrigado pelo apoio. Aos que participaram desta pesquisa, profissionais de alto escalão e que fazem do seu trabalho uma missão social.

Por fim, agradeço à banca examinadora, que aceitou o humilde convite de uma acadêmica e profissional que tem muito a aprender com vocês.

As pessoas que tornaram tudo isso real, a vida é grande porque vocês existem.

“Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino”. (Leonardo da Vinci)

RESUMO

O estudo tem como objetivo identificar práticas de mediação cultural e da informação para formular modelos processuais dessas práticas, esses podem ser adotados e aderidos a fim de elevar o grau de cooperação e acessibilidade entre as unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil. Quanto aos objetivos específicos, aborda os conceitos de mediação cultural e da informação, com vistas a fundamentar o modelo aplicável às unidades de gestão da informação dos MP Estaduais; identifica os profissionais que atuam nas unidades de informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil; propõe um modelo de acessibilidade com base na Rede do Ministério Público Federal; busca elaborar parte do modelo de práticas de mediação que visa elevar a colaboração; valida o método com os profissionais do MP quanto às necessidades e potencialidades das unidades de gestão da informação em se tornar uma Rede, mediante coleta de dados, por meio de formulário e entrevista e; analisa os resultados da coleta de dados, apresentando modelos processuais aplicáveis à realidade dos Ministérios Públicos e passíveis de serem aplicados a outras instituições públicas. Os procedimentos metodológicos se dividem em: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo e pesquisa exploratória. Em conclusão, os resultados apontam que as práticas de mediação dos profissionais da informação dos Ministérios Públicos corroboram com as práticas identificadas pela literatura, mas não as permeiam completamente, o que gera a falta de acessibilidade por parte dessas unidades de gestão da informação. Estes profissionais buscam a cooperação, mas para que uma rede se desenvolva, é necessário que ela possua um modelo que produza efetiva possibilidade de todas as práxis de mediação cultural e da informação.

Palavras-chave: Mediação cultural. Mediação da informação. Redes. Unidades de Gestão da Informação. Ministério Público.

ABSTRACT

The study aims to identify cultural and information mediation practices in order to formulate procedural models of these practices that can be adopted and adhered to in order to increase the degree of cooperation and accessibility between the information management units of Brazil's State Public Prosecutors' Offices. As for the specific objectives, it addresses the concepts of cultural and information mediation, with a view to supporting the model applicable to the information management units of the State Public Prosecutors' Offices; it identifies the professionals who work in the information units of the State Public Prosecutors' Offices in Brazil; it proposes an accessibility model based on the Federal Public Prosecutor's Office Network; it seeks to develop part of the model of mediation practices that aims to increase collaboration; validates the method with professionals from the Public Prosecutor's Office as to the needs and potential of information management units in becoming a Network, by collecting data through a form and interview and; analyzes the results of the data collection, presenting procedural models applicable to the reality of Public Prosecutor's Offices and capable of being applied to other public institutions. The methodological procedures are divided into: bibliographical and documentary research, field research and exploratory research. In conclusion, the results show that the mediation practices of information professionals in the Public Prosecutor's Office corroborate the practices identified in the literature, but do not match them.

Keywords: Cultural Mediation. Information Mediation. Networks. Information Management Units. Public Prosecutor's Office.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologias de redes.....	41
Figura 2 - Fluxograma da Rede para as unidades de gestão da informação dos MP Estaduais.....	45
Figura 3 - Componentes do modelo de Mediação da Informação na Comunidade Santa Clara.....	47
Figura 4 - Esquema ontológico das propriedades das instituições arquivísticas e as gradações.....	50
Figura 5 - Estrutura do Ministério Público.....	53
Figura 6 - Portal da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal.....	56
Figura 7 - Modelo de Cultura Organizacional baseado na mediação dos atores.....	75
Figura 8 - Unidades estaduais participantes da pesquisa.....	77
Figura 9 - Tipos de unidades de gestão da informação participantes da pesquisa...	78
Figura 10 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor da biblioteca e quais os cargos/funções.....	79
Figura 11 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de unidades do MP a biblioteca atende (contando com promotorias e procuradorias do Estado).....	80
Figura 12 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto ao arquivo e/ou memorial.....	81
Figura 13 - Serviços realizados pela biblioteca.....	81
Figura 14 - Produtos e serviços disponíveis na biblioteca.....	82
Figura 15 - Acessibilidade pública nos catálogos das bibliotecas.....	83
Figura 16 - Softwares utilizados nos catálogos das bibliotecas.....	84
Figura 17 - Bases de dados utilizadas pelas bibliotecas.....	84

Figura 18 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor do arquivo e quais os cargos/funções.....	85
Figura 19 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de unidades do MP o arquivo atende (contando com promotorias e procuradorias do Estado).....	86
Figura 20 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de arquivos do MP no seu Estado (contando com arquivos nas promotorias regionais).....	86
Figura 21 - Resposta dos participantes sobre o arquivo e se atende a Lei 8.159/91 - Lei de Arquivos e a legislação arquivística?.....	87
Figura 22 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou memorial.....	87
Figura 23 - Resposta dos participantes sobre a bases de dados de gestão documental e/ou arquivística.....	88
Figura 24 - Resposta dos participantes sobre os sistemas de tramitação e gerenciamento de documentos.....	90
Figura 25 - Resposta dos participantes sobre a existência de repositórios institucionais e RDC Arq.....	90
Figura 26 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor do memorial e quais os cargos/funções.....	91
Figura 27 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou arquivo.....	92
Figura 28 - Resposta dos participantes sobre realização de expografia do memorial.....	93
Figura 29 - Processamento Técnico das unidades de gestão da informação dos MPE - atividades desenvolvidas e suas ferramentas.....	97
Figura 30 - Comunicação/difusão das unidades de gestão da informação dos MPE - atividades desenvolvidas e suas ferramentas.....	98
Figura 31 - Atividades de mediação das unidades de gestão da informação dos	

MPE.....	99
Figura 32 - Resposta dos participantes: espaços digitais de mediação cultural das unidades de gestão da informação dos MPE.....	100
Figura 33 - Atividades da área da preservação nas unidades de gestão da informação dos MPE.....	101
Figura 34 - Atividades da área da gestão nas unidades de gestão da informação dos MPE.....	102
Figura 35 - Resposta dos participantes: existência de redes de relacionamento entre as unidades de gestão da informação dos MPE.....	103
Figura 36 - Porcentagem sobre a taxa de convergência entre as atividades dos arquivos, bibliotecas e memoriais dos MPE.....	104
Figura 37 - Modelo de mediação - cultura organizacional.....	107
Figura 38 - Modelo de mediação - recursos informacionais digitais.....	110
Figura 39 - Modelo de mediação sócio-institucional.....	111
Figura 40 - Mapa de atividades da Rede de Unidades de Gestão da Informação dos MP Estaduais.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Softwares de catálogos de bibliotecas dos Ministérios Públicos

Estaduais..... 67

Quadro 2- Relatórios de Gestão sobre a biblioteca do MPE.....69

Quadro 3 - Formulário de respostas dos participantes do setor de protocolo dos MPE..... 94

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Processamento Técnico das unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades..... 98
- Gráfico 2** - Comunicação/difusão das unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades..... 99
- Gráfico 3** - Mediação nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades..... 100
- Gráfico 4** - Preservação nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades..... 102
- Gráfico 5** - Gestão administrativa nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades..... 103

LISTA DE SIGLAS

AtoM	<i>Access to Memory</i>
BDJur	Biblioteca Digital Jurídica
Brapci	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
DSI	Disseminação Seletiva da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAF	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COBIP	Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DBD	Divisão de Biblioteca Digital
INIS	International Nuclear Information System
ICA	Conselho Internacional de Arquivos
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Memp	Memorial do Ministério Público do Espírito Santo
MP	Ministério Público
MPES	Ministério Público do Espírito Santo
MPE	Ministérios Públicos Estaduais
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPU	Ministério Público da União
PGR	Procuradoria-Geral da República
PRs	Procuradorias da República
PRES	Procuradoria Regional do Espírito Santo
PRM	Procuradorias da República nos municípios
PRRs	Procuradorias Regionais da República

RDC Arq.	Repositórios Digitais Confiáveis de Arquivos
REBIMD	Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa
RBMPF	Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas
Secult	Seção de Cultura
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SIGAD	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos
SEJUD	Secretaria Jurídica e de Documentação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAR	Teoria Ator-Rede
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	27
3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	27
3.2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	29
3.3 MEDIAÇÃO - CONCEITOS E VERTENTES.....	32
3.4 REDES - CONCEITOS GERAIS E NO CAMPO DA CI.....	41
4 MODELO DE MEDIAÇÃO EM REDES.....	48
5 MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	53
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....	56
5.2 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	62
5.3 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR.....	63
5.4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.....	64
5.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....	65
5.5.1 Ministério Público Estadual do Estado do Espírito Santo.....	66
4.5.1.1 Arquivo: Gestão de documentos.....	67
5.5.1.2 Biblioteca Elias Faissal.....	68
5.5.1.3 Memorial.....	72
5.6 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	74
6 A MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NOS MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS.....	76
6.1 PESQUISA DE CAMPO COM OS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS: COLETA DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	79
6.1.1 Bibliotecas.....	81
6.1.2 Arquivos.....	88
6.1.3 Memorial.....	93
6.1.4 Protocolos.....	96
6.1.5 As três unidades.....	99
7 UMA PROPOSTA DE MODELO INTEGRATIVO EM REDES.....	108
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO.....	117
9 REFERÊNCIAS.....	122
APÊNDICE A – Formulário de aplicação no MPF.....	130
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	131
APÊNDICE C – Questionário de aplicação no MPF.....	135
APÊNDICE D – Artigo publicado.....	153
ANEXO A – Comprovante da inscrição de pesquisa na Plataforma Brasil.....	172
ANEXO B – Portaria Nº 450, de 29 de maio de 2017.....	173
ANEXO C – Informativo RBMPF.....	175

1 INTRODUÇÃO

Os paradigmas da Ciência da Informação (CI) estuda se valem de sua construção para encontrar os novos caminhos que ainda têm sido percorridos no campo teórico e desafiam os profissionais da linha de frente, que, concomitantemente, estão formando a realidade da área junto à ciência.

Nesse percurso, os pesquisadores encontram inúmeros desafios: a necessidade informacional global (o que quer dizer que o público e as demandas transmutaram para além do espaço-tempo), a relevância da Disseminação Seletiva da Informação (DSI) em uma produção incomensurável de informações, a objetividade esperada pelo usuário do serviço, tendo o profissional da informação a dimensão sociológica de proceder e considerar a subjetividade do indivíduo, a informação especializada, assim como os usuários e a atuação da área na esferas informacionais de caráter científico, político, administrativo, econômico e social. Aqui, vemos o profissional da CI, entre todos os desafios no percurso da produção, organização, armazenamento, representação, disseminação, recuperação, acesso e o uso da informação.

Não somente os desafios, mas as oportunidades que o profissional da informação encontra no processo de democratização e acesso à informação por meio da categoria da Mediação. A discussão ganha maior proporção quando esses profissionais estão inseridos em espaços como o Ministério Público (MP), que representa uma instituição de reconhecimento da justiça e democratização global, possui recursos financeiros e humanos para colocar em evidência os serviços dos profissionais da informação, possui uma estrutura que permite um mapeamento produtivo de suas demandas informacionais, além de ser uma estrutura que valoriza o conhecimento e o que ele pode representar na transformação da realidade social do Brasil. No entanto, apesar de apresentar em algumas de suas esferas, redes de bibliotecas, ou, cooperação entre seus arquivos e memoriais, não há uma proposta de rede entre essas três unidades de gestão da informação.

Apesar de encontrar diversos modelos processuais teóricos voltados para os conceitos de mediação e diversos estudos sobre redes de bibliotecas, ainda não havia sido proposto um modelo de mediação em redes de bibliotecas ou, um modelo de redes para arquivos, bibliotecas ou museus, com poucas selecionadas

discussões epistemológicas da mediação nos processos de cooperação entre essas três unidades de informação no Brasil. A criação de um modelo em redes visa expandir os horizontes da CI enquanto atuação colaborativa das três áreas em fortalecer suas práticas e potencializar seus serviços em prol dos direitos da sociedade.

Nesse sentido, a universalidade desta pesquisa pretende contribuir para o avanço da gestão da informação das instituições públicas do Brasil e trazer a tona o campo da mediação cultural no seu objetivo de democratizar não somente a informação, mas os espaços, os usos possíveis dos recursos públicos, tomando como ponto de partida o acesso e fruição dos arquivos, bibliotecas e museus para legitimidade dos seus direitos constitucionais.

Optou-se por essa temática pelo entendimento de que a mediação constitui modelos práticos aplicáveis, ainda que pouco explorados, e que a criação de uma rede de mediação (Berten, 1999) entre os arquivos, bibliotecas e memoriais do Ministérios Públicos Estaduais (MPE) poderia potencializar as práticas do qual a mediação é tratada na literatura da CI, transformando-as em práxis.

Para melhor compreensão deste trabalho, é importante o destaque para a diferenciação dos termos “profissional” e “profissional da informação”. O profissional da informação é voltado para arquivistas, bibliotecários e museólogos, na medida em que quando se fala de um profissional da Ciência da Informação, a graduação e especialização desses profissionais abarcam todo o contexto informacional da sociedade, desde sua gênese até os seus processos na atividade funcional. No entanto, sabemos que a interdisciplinaridade dos campos especializados nos arquivos, bibliotecas e museus requer o trabalho de outros profissionais, como os da Comunicação, História, Jornalismo, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Computação, de acordo com a necessidade e o perfil da instituição na qual aquele centro ou unidade de gestão da informação está inserida.

Na abordagem dessa pesquisa e no contexto dos MP Estaduais, os profissionais das unidades de gestão da informação são especialistas em informação, que utilizam a característica mediadora dentro de um ambiente específico, de natureza jurídica, interferindo em seu contexto político e social. Essa inserção dentro da sua cultura organizacional e no contexto Sociedade da

Informação são explorados nesta pesquisa.

Consideramos que para os arquivos, bibliotecas e memoriais da instituição, o profissional da informação tem suas atribuições legais e o dever de promover o acesso à informação de qualidade¹ e de forma rápida, não somente da informação física, mas também sendo um operador de sistemas de recuperação da informação e mediador de informações digitais inseridas nesta ampla e interconectada Sociedade da Informação. Nessa atuação, a interdisciplinaridade do profissional da informação permite que os serviços sejam ofertados com grau de excelência², por uma demanda de conhecimento da literatura jurídica, dos assuntos importantes na sociedade atual, de uma visão global e, principalmente, da comunidade no qual está inserido.

O contato com o universo da biblioteca especializada e seu público, provocou este estudo, vista a importância de conhecer as necessidades, demandas, direitos e oportunidades que as unidades de gestão da informação devem considerar em suas práticas, principalmente de mediação. O termo unidades de gestão da informação foi utilizado levando em consideração os três grandes serviços de gestão informacional: arquivos, bibliotecas e memoriais, presentes nas unidades institucionais do MP. Portanto, o termo é utilizado nesta pesquisa não somente para as instituições físicas do MP mas também para as unidades de gestão da informação, citadas anteriormente.

Apesar de prevalecer a ideia de que as unidades de gestão da informação, ou seja, os arquivos, bibliotecas e museus, contribuem para uma atividade completa, diversificada, estratégica e colaborativa, muitas das práticas informacionais ficam restritas a pequenos nichos, estados, ou ações individuais de alguns profissionais da informação. Foi observado antes e depois dos resultados desta pesquisa que esses profissionais, espalhados em suas 27 unidades estaduais do MP e que servem a milhares de promotorias espalhadas pelo Brasil, buscaram de diversas formas uma tentativa de se unir e trocar informações, seja por meio de mensagens instantâneas

¹ QUALIDADE da informação. In: GLOSSÁRIO da Disciplina. [S. l.]: E- Disciplinas USP, [2019]. disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/showentry.php?eid=26418#:~:text=Qualidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9%20um.%2C%20completa%2C%20simples%20e%20confi%C3%A1vel>. Acesso em: 11 mai. 2023.

² Aldabalde e Cid (2020) apontam que a acessibilidade em seu grau máximo de excelência inclui a mediação.

pelo aplicativo *Whatsapp* ou de outros meios de comunicação. Vemos aqui uma oportunidade da mediação ser inserida no contexto de redes, e propiciar essa transformação mediadora tanto para os profissionais como para os usuários.

O contexto dessa pesquisa se deu, ainda, a partir da identificação da baixa demanda do público interno e externo em utilizar os espaços físicos e os recursos dessas unidades, possivelmente, devido ao pouco entendimento da potencialidade dessas unidades na participação dos serviços finalísticos pelo qual o MP se destina.

Surge então o questionamento: de que formas a mediação se constitui como campo de atuação das redes tendo em vista elevar a cooperação entre profissionais da informação e a acessibilidade das unidades de gestão da informação? Há falta de cooperação entre unidades de gestão de outros estados e há invisibilidade dos arquivos, bibliotecas e memoriais por parte dos setores da instituição?

A subutilização dos espaços de cultura e das bases e catálogos digitais sugere que a criação de uma rede, não apenas virtual, mas de mediação, pode contribuir na maior acessibilidade, via produtos e serviços oferecidos por essas unidades. Isto porque as redes contribuem para uma melhor gestão dos recursos informacionais, gera a colaboração em uma cultura institucional firmada nos princípios da colaboração entre serviços meio e fim, e ainda contribui para a democratização, acesso e uso da informação, o que corrobora com a ideia de Periani (2021, p.30), pois:

Na medida em que o profissional da informação conta com a cooperação de outras unidades para elaboração dos seus serviços, ele evita o retrabalho para consulta de materiais, possui uma comunicação facilitada entre instituições e o reconhecimento social. Da mesma forma que para o usuário é de grande vantagem o acesso à informação de forma ágil, completa e mensurável que vê o recurso uma quebra de mais um obstáculo para que ele tenha acesso a informação que necessita. Ainda, a instituição como representante de um órgão que é público, se utiliza de uma estratégia de compartilhamento de recursos e diminuição dos gastos, onde todos os agentes envolvidos possuem de forma clara suas obrigações e partilham de uma visão ampliada das formas de prestar um serviço de excelência.

Nesse contexto, pode-se questionar adicionalmente, em que medida as unidades de gestão da informação do MP utilizam-se de práticas de mediação cultural, digital e da informação e de que forma as práxis dos profissionais podem contribuir para elevar o grau de acessibilidade de usuários internos e externos,

inclusive no âmbito global.

Um destaque importante deste trabalho vai para os arquivos, bibliotecas e museus enquanto instituições permanentes. Aldabalde e Rodrigues (2015) denominam que os arquivos, enquanto espaços permanentes, garantem aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e informacionais que lhes são pertinentes, ao menos no que concerne às relações entre eles e o estado. Junto a democratização e a democracia cultural, conceitos que ganham proporções ativas, se estabelece nestas unidades de gestão da informação a garantia dos direitos da sociedade.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo identificar práticas de mediação cultural e da informação para formular modelos processuais dessas práticas, podendo ser adotados e aderidos a fim de elevar o grau de colaboração e acessibilidade entre as unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil.

Pretende-se, especificamente:

- a) Realizar uma revisão de literatura sobre mediação cultural e da informação com vistas a fundamentar o modelo aplicável às unidades de gestão da informação dos MPE's;
- b) Identificar quem são os profissionais que atuam nas unidades de informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil.
- c) Formular parte do modelo de acessibilidade com base na Rede do Ministério Público Federal;
- d) Elaborar parte do modelo de práticas de mediação que visa elevar a cooperação;
- e) Validar o método com os profissionais do MP quanto às necessidades e potencialidades das unidades de gestão da informação em se tornar uma Rede, por meio da coleta de dados, com formulário e entrevista;
- f) Coletar os dados a partir dos instrumentos de pesquisa e criar modelos processuais aplicáveis à realidade dos Ministérios Públicos, passíveis de serem aplicados a outras instituições públicas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem proposta nesta investigação é multi-métodos e adota procedimentos metodológicos típicos de pesquisas exploratória, de campo e levantamento quali-quantitativo³.

A pesquisa exploratória buscou as informações disponíveis sobre o tema em questão, inclusive in loco e em sua fase posterior, empregou-se a pesquisa bibliográfica-documental. A pesquisa exploratória tem o objetivo de “[...] conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de determinado fenômeno” (Richardson, 1989, p. 281). O autor descreve que esse tipo de pesquisa é utilizado no início do processo investigativo, quando o pesquisador possui pouca ou nenhuma compreensão do fenômeno e no caso em questão, o foco central foi conhecer melhor o fenômeno das redes.

Como procedimento inicial, o levantamento bibliográfico foi realizado para uma melhor compreensão dos conceitos de cooperação, colaboração, redes de informação, redes de bibliotecas, mediação cultural e da informação, mediação digital, todos na língua portuguesa e com os operadores booleanos AND (para termos pesquisados em conjunto) e as aspas (“) para termos compostos. A proposta é discutir com a epistemologia teórica da CI, que trata sobre princípios de sociedade em rede, mediação em redes e modelos de mediação, trazendo-os para a realidade da pesquisa. Buscou-se então esses fundamentos teóricos em bases de dados da área da CI como a Brapci e gerais como o Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Repositórios Institucionais, sem considerar uma pesquisa extensiva nem data específica mas, de relevância temática sobre o tema. O levantamento bibliográfico.

Dando continuidade a pesquisa exploratória, considerando a existência de uma rede já existente no âmbito do Ministério Público da União, a RBMPF - Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal, foi realizado então, uma pesquisa exploratória para desmembramento dos principais processos, ações, constituição e características dessa rede, para que a partir da avaliação de como essa rede se comporta, se possa constituir princípios norteadores de um modelo teórico de redes

³ Trata-se de um levantamento quali-quantitativo sobre tópicos que envolve o tema sem análise estatística e sem análise dos resultados nas respostas obtidas.

que atendam quaisquer unidades de gestão da informação em instituições governamentais e se debruçar no que de fato uma rede contribui para o desenvolvimento dos seres que a compõem e que farão uso dela, seja a rede no âmbito de acesso e uso da informação digital, seja pela mediação de processos entre profissionais da informação e na relação instituição-mediador-usuário. Quanto às técnicas de recolha de dados, foram utilizados o formulário *survey* e a entrevista, conforme o Apêndice A.

Foram encontrados cinco trabalhos sobre a RBMPF: o de Dantas, *et. al* (2012, p.19) e outros quatro estudos, o de Rosado (2019) e Silva (2020), esses últimos dois voltados para temáticas da Ciência da Informação dentro da Rede, no entanto, são direcionados ao Repositório Institucional e à representação do conhecimento, por meio da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal; e os trabalhos de Andrade (2018) e de Pinho e Barbosa (2011), que abordam sobre uma duas bibliotecas específicas, em estudo de usuários e formação e desenvolvimento de coleções e apenas citam a Rede.

O artigo de Dantas, *et. al* (2012, p.19), é o único trabalho científico publicado sobre a RBMPF, voltado para mediação da informação, onde trata sobre a constituição da Rede e o uso dos serviços de referência online. Este trabalho veio a contribuir para o ano de origem das bibliotecas da instituição e sobre a composição da Rede. No entanto, do ponto de vista da gestão da Rede e de suas características, as informações eram escassas, considerando que a Rede trabalhava principalmente no âmbito tecnológico da intranet e seus procedimentos administrativos eram restritos à organização.

Entendeu-se necessário, portanto, uma pesquisa investigativa diretamente com a Coordenação da Rede, localizada na PGR- Procuradoria Geral da República, em Brasília, por meio de e-mail e telefone. Para melhor compreensão do Portal compartilhado entre as unidades e os procedimentos desenvolvidos, elaborou-se um questionário e posteriormente realizada uma entrevista com um profissional da Rede, que permitiu definir aspectos da Rede, baseados no esquema ontológico das propriedades essenciais de instituições arquivísticas de Aldabalde e Cid (2020), considerando sua remodelação aos contextos de outras unidades de informação. O profissional foi responsável por compartilhar alguns dos dados e informações

disponíveis na pesquisa e com o envio da Portaria que instituiu a RBMPF, conforme Anexo B, e as Diretrizes da Rede, conforme Anexo C.

Além da entrevista com o profissional da RBMPF, foram entrevistados também um profissional do MPT, sobre o setor do Arquivo e, um profissional de um dos MP Estaduais, também do setor de Arquivo, pois foi uma das unidades que menos se encontrou informação disponíveis nos sites institucionais e também porque apresentaram potencial de serem referência para o modelo da pesquisa. As questões do Apêndice A foram adaptadas pois não existe uma rede de arquivos, no entanto, foi possível identificar procedimentos e ações da unidade por meio das perguntas. A duração das entrevistas levaram aproximadamente 1 hora.

Após esses dados, a segunda fase da pesquisa considera o levantamento realizado por Periani (2021), que traz o mapeamento dos portais institucionais de cada unidade estadual para identificar quais delas possuíam bibliotecas.

Como mencionado, após a coleta dos dados primários da coleta piloto na RBMPF e os dados qualitativos dos catálogos e contratos com bases de dados das bibliotecas dos MPE, a pesquisa de campo buscou alcançar todos os arquivos, bibliotecas, memoriais, protocolos e/ou setores de gestão da informação dos MP.

Em ambas as últimas etapas de pesquisa, são utilizados dois instrumentos de pesquisa, um questionário e um formulário.

O formulário é um *script*/roteiro de entrevista na pesquisa de campo, sendo solicitada previamente por e-mail e aplicada presencialmente e online a 3 profissionais: um do Ministério Público Federal, um do MP Estadual do Espírito Santo e um do MP do Trabalho, tendo como base as perguntas do Apêndice A, feitas também para o MPF. Já o questionário foi enviado para os e-mails institucionais das 26 unidades dos MP Estaduais, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pode ser consultado no Apêndice C.

Na pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista semiestruturada para complementar os procedimentos de práticas da mediação realizadas nas unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos e para constituir modelos processuais de mediação cultural e da informação. Os dados dos dois instrumentos

de coleta foram essenciais para aprofundar o estudo das bibliotecas e ampliar os dados sobre os arquivos e centros de memória, ou memoriais, como são chamados institucionalmente os museus do MP. Esse mapeamento leva em consideração as Procuradorias Gerais e as promotorias regionais que atendem.

Considerando os aspectos gerenciais e administrativos de uma integração entre as unidades e suas práticas, a gestão por competências pareceu um método adequado, baseado nos estudos de Johner (2006) para validação dos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa. A validação passa por nove etapas do ciclo de implantação do modelo de competências, divididos em: 1) definição da área de atuação do modelo (escopo); 2) mapeamento dos processos da área identificada; 3) cruzamento das informações entre pessoas envolvidas nos processos da área; 4) identificação das competências requeridas na área; 5) validação do modelo com o responsável pela área; 6) definição dos níveis de cada competência; 7) escolha do tipo de avaliação mais adequado ao modelo; 8) aplicação de uma avaliação com cada membro da área; 9) realização da análise das falhas ou problemas dos funcionários.

A pesquisa de campo foi escolhida pois tem o objetivo de [...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS, 2003, p. 186). Para Lakatos, ainda, a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”(p. 186). Ou seja, essa etapa foi essencial para a compreensão e necessidade de dados empíricos no local.

Na terceira e última fase da pesquisa, foi desenvolvido modelos processuais aplicáveis à realidade das unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos, baseados principalmente na referência teórica da Tabela de funções, serviços e processos arquivísticos desenvolvida por Aldabalde (2019, p.27), adequado às necessidades e as atividades a serem desenvolvidas, aproximando as unidades de gestão da informação integradas - arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus do MP Estaduais, englobando a identidade de um grande centro de informação especializado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Borko (1968) busca uma definição ao dizer que a CI é a disciplina que estuda as propriedades e o comportamento da informação, as características governantes de seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar a sua acessibilidade e uso. É ainda

[...] uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia de computadores, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração e outros campos similares (p.3).

Segundo Le Coadic (1996), o objeto de estudo da CI é a informação e suas características, sua natureza, gênese, mas também seus efeitos conforme as tendências sociais se transformam.

A CI é uma área multidisciplinar, com origem na biblioteconomia e na documentação. Surgiu junto a expansão da pós-modernidade, na década de 1960, uma época de grandes transformações sociais e científicas.

Como outras ciências sociais aplicadas, possui seus próprios paradigmas epistemológicos. Capurro (2003) conceitua paradigma como um modelo onde é possível ver uma coisa em analogia a outra, e os limites entre elas produzem crises, ou no mundo científico, uma “revolução científica”. Para o autor, no entanto, esses paradigmas não limitam a totalidade da epistemologia da CI, visto que suas proposições são complexas e que os paradigmas se baseiam em uma seleção e esquematização da produção científica nesses estudos e aqui, muitas teorias se inter relacionam.

Destaca-se entre esses paradigmas, três deles: o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social (Capurro, 1991). O paradigma físico se inicia com seus pressupostos baseado, entre outros estudos, na Teoria da Matemática da Comunicação, quanto a definição da CI voltada para a tecnologia, os estudos da recuperação da informação, além de pesquisas voltadas a cibernética, a biologia, com sistemas autopoieticos e pela teoria de sistemas. O paradigma físico é entendido como um agrupamento dos paradigmas anteriores identificados,

especificamente o da representação, o da fonte-canal-receptor e o platonista materialista (Matheus, 2005).

Ainda segundo estudos de Capurro (1991), o segundo paradigma é o cognitivo, apresentado nos estudos de Brookes (1980) quanto ao cognitivo mentalista, também abrangendo uma abordagem mista entre esta e o paradigma social, quanto às necessidades do usuário, em situações problemas e modelos mentais.

O terceiro modelo seria o paradigma social que teria origem na obra de Shera (1961, 1970), e atualmente representado pelas teorias de Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Søren Brier, sendo utilizadas pela CI, diversas ferramentas e práticas das ciências sociais e da filosofia como a hermenêutica; análise de discurso; análise de domínio e redes sociais. (Matheus, 2005).

É importante destacar que as pesquisas da CI são consideradas principalmente pelo paradigma social pois representam forte influência das tendências e anseios sociais pelo qual a Ciência num todo busca a compreensão e desenvolvimento.

O contexto social é marcado por fatos sociais. Dois autores abordam a formação do conceito de realidade, Berger e Luckmann(1985), para quem a sociedade era compreendida tanto da dimensão objetiva (fatos sociais são coisas produzidas pelo próprio homem), mas que também é constituída pela ação com significado subjetivo. A pergunta pela qual os autores questionam sobre como a atividade humana produz um mundo de “coisas”, e como é possível que os significados subjetivos se tornem fatos objetivos, pode ser respondida por Capurro (2008 *apud* Araújo 2016, p.8) que entende que é por meio da informação pela qual essas transformações ocorram, mediante a ação de “dar forma”, ou seja, gerar algo novo na realidade.

Esse processo de produção e consequente “conservação” da realidade se conecta aos estudos Varela, Maturana e Uribe (1991), no campo da biologia. Uma rede pertence a um sistema social em que seus componentes são seres vivos e incorporam a conservação da vida. Seus subsistemas produzem e reproduzem a sua própria organização por meio de seus próprios componentes, o que é conhecido

como autopoiese, do grego “autoprodução”. Portanto, podemos compreender que a formação de redes e a informação enquanto processo de aprendizagem, estão intimamente ligadas nos processos de criação e manutenção da sociedade.

Um sistema autopoietico produz continuamente a si mesmo, num paradoxo sistêmico de autonomia ao mesmo tempo que recorre a recursos do ambiente, ou seja, enquanto são produtores, são também produtos. Paralelo ao termo autopoietico, a conhecida Sociedade da Informação pode ser relacionada aos processos de criação e manutenção das redes, e na área da CI, geradas no desenvolvimento da cooperação informal de gestão e planejamento das unidades de informação (Motta, 1982).

Nesse contexto, está inserido nas pesquisas da CI a gestão da informação no âmbito organizacional, nos processos de planejamento das redes, voltado inclusive aos processos de mediação, marcados por um contexto cultural e relacionado aos fluxos informacionais.

3.2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Para além do que parece comum nos dias atuais, a Sociedade da Informação já foi uma realidade utópica. Suas estruturas, no entanto, eram totalmente possíveis na mente de pessoas que entendiam o futuro como a nova montagem da sociedade já existente.

O primeiro trabalho desenvolvido e que trouxe o conceito de Sociedade da Informação à tona foi o economista Fritz Machlup, em 1962. Ele foi o primeiro na sua área de atuação a colocar o conhecimento com um objeto de recurso econômico, trabalhando com o efeito das patentes na pesquisa desde 1933. O conceito foi então sendo melhor explorado em várias áreas do conhecimento, tendo a CI ganhado seu destaque pelo seu objeto de estudo, a informação, entrar em evidência também como insumo primário da nova estrutura social que iniciou o século XXI já com as teorias de Manuel Castells (1999) enquanto sociedade organizada em redes de informação.

Magnani e Pinheiro (2011) apontam os Estados Unidos e os países

desenvolvidos, ainda no final do século XX, já preocupados em desenvolver ações que atendessem as necessidades de ordenamento e disseminação da informação na esfera da Ciência e Tecnologia, direcionando à criação de sistemas nacionais de informação.

Essas propostas formaram bases de pesquisa na área da CI, sendo uma delas voltada aos regimes de informação (González de Gómez, 2012), que conduzem uma modo informacional dominante em uma estrutura social, no qual “[...] cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política” (p.31).

E ainda sob a ótica histórica de novas configurações, temos a informação ligado ao modelo social. Corroborando com as ideias de Saracevic (1996) quanto à tecnologia, Castells(1999) vai ser um dos autores mais conceituados de estudo na CI, evidenciando a revolução tecnológica como ferramenta importante nos contextos da informação, no processamento da informação e na concepção do informacionismo, um novo modo de desenvolvimento que coloca em destaque os valores da liberdade individual, a comunicação aberta e a geração, processamento e transmissão de informação por meio da tecnologia, como fonte dessa nova ordem social -a sociedade em rede- e suas questões de produtividade e poder econômico, cultural e social.

O livro "A Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde" também é uma importante obra que explora o cenário da sociedade da informação no contexto brasileiro. Organizado por Tadao Takahashi, o livro reúne contribuições de diversos especialistas e apresenta uma análise abrangente sobre vários aspectos da sociedade da informação no Brasil.

Se o conceito da Sociedade da Informação trouxe um novo paradigma em que a informação desempenha um papel central, paralelamente, a "Era do Capitalismo da Vigilância", como proposta por Shoshana Zuboff, tornou-se um fenômeno intrínseco a essa sociedade. O conceito, fundamentado em um artigo escrito em 2013, e que se tornou livro, analisa o impacto do uso de tecnologias digitais e da coleta massiva de dados pessoais na sociedade contemporânea e explora as implicações profundas do capitalismo da vigilância na democracia, na liberdade individual e na estrutura da sociedade.

Zuboff (2020) descreve o “Capitalismo da Vigilância” o modo como as empresas utilizam a coleta de dados massiva para prever e influenciar o comportamento dos indivíduos, a fim de obter lucros. O “instrumentarismo” seria o meio das empresas baseadas nesta lógica de controle e monitoramento, de controlar o comportamento humano por meio da coleta de dados.

Esse valor econômico gerado a partir dos dados pessoais coletados resulta numa previsão do comportamento dos usuários e possibilita o direcionamento de anúncios personalizados, um processo descrito como excedente comportamental.

Ou seja, para além do entendimento da Sociedade da Informação, onde a coleta massiva de dados é um reflexo da crescente digitalização de informações e a sua disseminação rápida, há uma “Apropriação de Comportamento Humano”, onde as empresas de tecnologia não apenas coletam dados, mas também influenciam e manipulam o comportamento humano, criando um ambiente no qual as escolhas individuais são moldadas por algoritmos, ampliando o debate de outro fenômeno na sociedade, que hoje atinge proporções globais, a chamada desinformação, numa era destacada pela pós-verdade (Mello, Martínez-Avila, 2021).

Zuboff também discute a importância da resistência e dos contramovimentos por parte dos indivíduos e da sociedade para desafiar o capitalismo da vigilância e preservar a privacidade e a autonomia. A argumentação da autora se sobressai criticamente quando diz que as pessoas devem reivindicar a soberania sobre seus próprios dados pessoais, exigindo maior controle e transparência sobre como suas informações são coletadas e usadas, além da necessidade agora de proteger a individualidade e a autonomia em um mundo onde o capitalismo da vigilância ameaça a sobrevivência do eu autêntico:

[...] O que está em jogo aqui é a expectativa humana de soberania sobre as nossas próprias vidas e autoria da nossa própria existência, [...] a experiência interior a partir da qual formamos a nossa vontade de querer e os espaços públicos para atuar conforme essa vontade. O que está em jogo é o princípio dominante da ordenação social numa civilização informacional e os nossos direitos como indivíduos e sociedades de responder às questões de “quem sabe?”, “quem decide?” e “quem decide quem decide?”. O fato de o capitalismo de vigilância ter usurpado tantos dos nossos direitos nestas áreas é um abuso escandaloso das capacidades digitais e daquela promessa, inicial e grandiosa, de democratizar o conhecimento e satisfazer as nossas necessidades frustradas de ter uma vida eficaz. Que exista sim um futuro digital, mas, acima de tudo, que seja um futuro humano (Zuboff, 2020, p.550, tradução nossa).

Aqui, os aspectos da privacidade e a autonomia individual ganham maior relevância, uma vez que a ameaça da facilidade de compartilhamento de informações pessoais intensifica as preocupações éticas e políticas.

Portanto, o paradigma se concentra no impasse da necessária disseminação e no acesso à tecnologia da informação, buscando uma maior inclusão digital e igualdade no acesso à informação e as implicações do uso dos dados e na concentração de poder por parte das empresas que controlam e exploram esses dados.

Essa relação entre os debates da Sociedade da Informação e da Era do Capitalismo da Vigilância são importantes dentro da CI e da categoria da mediação, envolvendo a cultura e informação no âmbito das políticas públicas, na regulação e governança da tecnologia da informação, na democratização do acesso e da democracia cultural, oportunizando o desenvolvimento pessoal do indivíduo e também os direitos deste na sua atuação social enquanto cidadão.

3.3 MEDIAÇÃO - CONCEITOS E VERTENTES

Martins (2019) traz a mediação como uma categoria lógica, ontológica, epistemológica e metodológica. No âmbito de suas pesquisas, ela destaca a mediação como elemento intermediário na produção, organização, circulação e apropriação da informação, num complexo processo informacional da intervenção de um agente, considerando os aspectos dinâmicos tecnológicos e culturais da comunicação e informação, sendo ontológico na medida em que aborda o termo “automediado” de autoconstituição humana que torna possível a existência social.

Cabe aqui também levar em consideração as pesquisas da autora, que abordam o emprego do termo “mediações”, no plural, para definir de um lado como conjunto de valores, práticas compartilhadas, lugares de cultura e memória que transcende o cotidiano das trocas; e de outro, a instância que garante a articulação entre as dimensões individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva de sociabilidade e vínculo social.

A partir do pensamento filosófico clássico, perpassando pelo silogismo e a dialética de Hegel, a autora compreende o termo plural segundo a filosofia

materialista histórica no seu sentido metodológico da definição de um movimento totalizador da “[...] realidade social que se organiza no tempo a partir do plano material, do conjunto de esforços que os seres humanos, em relações entre si, fazem na apropriação e transformação da natureza para a satisfação de suas necessidades” (Marx, 2008, p.72). Do mesmo modo é que para a autora, a mediação:

[...] além de ser operador lógico proposto na teoria de Hegel, tem sentido ontológico, na medida em que ele concebe o trabalho como mediador entre humanos e a natureza e identifica na atividade produtiva do ‘ser natural automediado’ a condição vital da autoconstituição humana, o que torna possível a existência do ser social (p.145).

Na categoria da mediação cultural, recuperada no século XIX por Hegel, os objetivos das práticas de mediação nesse contexto, é colocar os diferentes em um mesmo espaço, não significando necessariamente a conciliação. No século XX, Lev Vygotsky(1896-1934), psicólogo russo, vai retomar essa categoria a partir dos trabalhos de Karl Marx, na perspectiva hegeliana, no contexto da União Soviética, resgatando a teoria para a aprendizagem. Entre as muitas áreas de discussão, a mediação na teoria da aprendizagem, desenvolve então a ideia de uma zona proximal onde o aluno tem outros conhecimentos e que o professor alcança, aprimorando a pedagogia do ensino, ou melhor, de instrução, até o final da Segunda Guerra Mundial. Isto porque na Bélgica, ainda no século XIX, havia ordens ministeriais voltadas ao intuito das escolas irem aos arquivos para instrução dos professores e alunos sobre como usar um arquivo.

Portanto, os estudos da mediação cultural até a década de 1950 eram voltadas a este caráter instrucional, alargando-se na década de 1960 para a ótica dos direitos civis e movimentos de luta e, no âmbito da CI e da Comunicação, cria-se a categoria autónoma da Mediação Cultural já pensada não apenas para o público escolar, mas para toda a sociedade, passando a integrar os arquivos, bibliotecas, museus e outros espaços como espaços de mediação cultural institucional, tendo essas instituições o dever para com o cidadão. Esses deveres possuem diversas naturezas, mas principalmente estão associadas aos direitos informacionais, culturais e sociais.

Em retrospectiva histórica, Oliveira (2011) traz a origem do conceito de museu público. Até o século XVIII os museus eram espaços pouco democráticos,

celebrados por um poder vigente ou de um grupo social, econômico, étnico, religioso ou político, que trouxeram ao museu, um conceito elitista na construção da memória, originados do Renascimento.

Para Borges et al (2018, 20), a mediação patrimonial:

[..] trata-se de uma ideia que surge com a emergência dos Estados Nacionais no século XVIII, a construção da consciência de um património e cultura nacional e a abertura ao público das instituições de memória, que conduziram à criação de uma ligação intrínseca entre os museus e a educação, da qual os serviços educativos nos museus são o reflexo mais imediato.

É no século XIX ainda, que as bibliotecas também ganham esse caráter público e de acesso da cultura e da informação.

É importante notar as nuances desses acontecimentos históricos pois, é somente no século XIX que as bibliotecas também ganham esse caráter público e de acesso da cultura e da informação.

Fazendo um adendo mais abrangente para os arquivos, bibliotecas e museus, a “nacionalização do património histórico-artístico, a democratização dos bens culturais, a classificação jurídica de natureza pública e propriedade do Estado e a universalização da educação” (Oliveira, 2011, p. 101) só vai acontecendo gradualmente, à medida que esses espaços vão sendo difundidos e se tornando acessíveis à sociedade como um todo.

No século XX, onde países como Estados Unidos, Canadá, países francófonos e a Dinamarca começaram a desenvolver estudos na área da CI sobre a categoria mediação cultural, o Brasil, na década de 1970, sob o regime da ditadura militar, não se apropriou e muito menos permitiu a categoria. É somente a partir da Constituição Federal de 1980, com a promessa dos direitos culturais e cumprimento dos anseios da sociedade, é que as pesquisas e as práticas culturais começam a se recuperar de seu atraso em comparação ao restante do mundo.

E é no século XXI que a CI no Brasil se torna uma disciplina aplicada à prática, colocada a serviço da população para gozo dos direitos culturais informacionais, com uma dinâmica aproximativa e participativa, ligada à democratização e à democracia cultural. Nas subcategorias que começaram a se

apresentar, a mediação ganha vertentes e incorpora os aspectos das várias subcategorias do campo.

Como categoria epistemológica, a construção do conceito da mediação compreende-se na possibilidade de conhecimento como produto da mediação ontológica, real empírico (sujeito) e real abstrato (objeto do conhecimento), na complexidade em postular nexos de um conhecimento não imediato.

A mediação como categoria metodológica possibilita o entendimento dos processos envolvidos nas relações sociais por meio da reconstrução histórica e, nesse sentido, para a CI, a compreensão dialética configura toda busca em problematizar os aspectos relacionados à produção, circulação, apropriação e uso informacional. Ou seja, a mediação não figura apenas sob as perspectivas culturais ou econômicas da sociedade, mas de uma perspectiva dialética da relação entre os “[...] sentidos e significados produzidos, disseminados e confrontados a partir das práticas informacionais e a organização dos modos historicamente determinados da produção econômica e reprodução social” (Martins, 2019, p.150).

A mediação se constitui como um paradigma em evidência na CI e se consolidou no âmbito das pesquisas brasileiras da área a partir de 1980 e desde então, tem ganhado espaço exponencial no campo.

Os estudos de Silva, Nunes e Cavalcante (2018) apresentam os trabalhos de autores mais referenciados na base de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) entre os anos de 2007 e 2017, que tratam a respeito do tema, passando de 09 artigos publicados em 2007 para 83 em 2017, somente no âmbito da base e do tempo delimitado na pesquisa.

De acordo com os autores, o paradigma da mediação na CI se deve principalmente pela sua múltipla aplicação, seja nos processos teóricos epistemológicos ou a partir de sua aplicação nas ações dos profissionais da informação.

Almeida Júnior (2015) é um dos mais citados e referenciados autores da área que tratam sobre o assunto. Segundo o autor, mediação é:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais

–, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (p.25).

A partir desse conceito, podemos entender que na mediação da informação, a necessidade informacional é, em primeiro lugar, o ponto de partida para qualquer ação pautada no trabalho do profissional, fazendo com que esse se utilize de seus recursos e conhecimentos para atender aquela finalidade. Muitas vezes, esse processo demanda uma ação coletiva, o que possibilita o desenvolvimento das redes, formais ou informais.

O processo informal é importante para o aspecto informacional, visto que produz ação nas atividades voltadas para os usuários e também produz melhorias para as unidades informacionais. Em ambos os sentidos, cada dia mais é prospectado também o processo que constitui a vertente tecnológica da mediação: a mediação digital.

Ventura e Silva (2019) constituíram um modelo de mediação digital sob três dimensões: a humana, que aborda a mediação do profissional da informação; a tecnológica, ou seja, a plataforma digital e; a simbólica, que são os códigos da informação representada.

A dimensão humana está relacionada ao perfil e competências do profissional da informação em mediar e compreender o perfil e as necessidades dos usuários utilizadores da plataforma.

Na dimensão tecnológica, a mediação se caracteriza nos conhecimentos da arquitetura da informação e da programação, apresentados em ambientes digitais que atendam as necessidades de acessibilidade da informação.

A partir da dimensão tecnológica, surge a terceira dimensão, a simbólica, ou seja, os códigos e representação da informação, com as suas diretrizes de armazenamento e descrição da informação.

Nesse contexto, a cooperação ganha destaque entre sistemas e unidades de informação como influenciadores desse processo de expansão da mediação digital em um esforço normalizador do tratamento da informação. O conceito desse modelo, fundamentalmente aplicado aos arquivos, vai ao encontro das necessidades

identificadas no âmbito dos centros de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil.

Os esforços de autores da área propõem a ação da mediação como um processo que envolve interferência e apropriação da informação, um processo de ressignificação e de produção de sentido, gerando conhecimento, que dialoga com o entendimento de Chartier (1999), isso é, a leitura enquanto apropriação, uma transformação do que é dado, em algo próprio, por meio de intervenção e produção de significados.

É de conhecimento da área que o conceito de mediação está intimamente ligado às definições estabelecidas nos campos da Educação, Direito e Comunicação. Para Silva (2015), as definições do termo borbulham no berço da modernidade e pós-modernidade, fenômenos que resultam na sociedade uma mudança de valores associadas às noções de complexidade, subjetividade e instabilidade, intimamente ligadas aos ideários de incerteza e insegurança.

O autor aponta que a partir desses fenômenos, surge a mediação como instrumento para “[...] lidar com os problemas da incerteza e da insegurança, estimular a construção e a socialização do conhecimento” (p.97).

Silva (2015) traz um estudo sobre a origem dos conceitos relacionados à mediação na CI e, baseado nas definições de Almeida Júnior (2008, 2009), Gomes (2008) e Sanches e Rio (2010), levanta três perspectivas da mediação: a) o caráter dinâmico e relacional; b) construção de conhecimento a partir da interação entre os indivíduos e; c) linha de investigação referente à interferência promovida pela prática mediacional.

O conceito de mediação é basilar na construção, intervenção e interferência da informação pelo seu caráter não estático, mas sim resultado da relação do sujeito com o mundo, da construção coletiva a partir das relações materiais e sociais, e também das ações de interferência realizadas por intermédio das práticas dos profissionais da informação.

Quanto a esse último, a teoria de Almeida Júnior (2008) divide o conceito de mediação em mediação explícita e implícita; sendo a explícita inerente ao fazer do profissional da informação, que atua diretamente no atendimento ao público,

disseminando informações, ideias, concepções e valores, sejam elas conscientes ou inconscientes. Já a mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais, em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários (2009, p. 93).

Portanto, a atuação do profissional vai permear todo o processo de acesso e uso da informação, construção do conhecimento, indo além, pois “mesmo antes de o usuário buscar a informação, a mediação já está presente no seu cotidiano, na forma como esse indivíduo lida com a cultura e se insere na sociedade” (Silva, Nunes, Cavalcante, 2018, p. 39). Ou seja, se a mediação também está inserida nas interações entre os indivíduos, por que não entre os próprios profissionais da informação entre si e estes com a comunidade geral?

O termo mediação digital, apesar de recente em sua aplicação no campo da CI, oriunda dos esforços em interpretar esta ciência sob a inserção da informação na era digital. Aldabalde, Melo e Bourguet (2020), em seu texto sobre mediação digital no contexto do mercado de trabalho, descrevem-na como “[...] um processo institucionalizado pelos meios (inclusive de comunicação), caracterizando-se pela intervenção nos elementos estruturantes de um sistema a fim de determinar a apropriação de objetos” (p.3). Estes objetos podem ser a própria informação, dados, conhecimento ou que quer que aquele acesso e uso da informação represente ao indivíduo.

Desta forma, a mediação digital vem ao encontro do movimento de um campo de pesquisa conhecido como Humanidades Digitais que, por sua vez, une esforços na inserção das pesquisas de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas junto às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e que possui relação direta com a CI no que concerne, por exemplo, a mediação da informação. Segundo Pimenta (2020), ambos os campos têm origem na mesma episteme. Para o autor, essa epistemologia:

fala da produção da informação, mas também de sua gestão, recuperação e formas de registro, indexação e classificações em suportes, conceitualmente no que conhecemos como documentos ou, pelo aspecto material/técnico/político, em sistemas e estruturas físicas e atualmente computacionais, cada vez mais presentes no nosso dia-a-dia (p.3).

Para Le Coadic (1996), é necessário que existam habilidades necessárias para aprender a informar, aprender a se informar, e onde adquirir tal informação. A

mediação digital também pode ser entendida no processo de autonomia do sujeito em buscar as informações de que necessita, não excluindo o processo de mediação implícita em que sugere Almeida Júnior por parte do profissional da informação. Na Biblioteconomia, a competência em informação se debruça sobre a capacitação do sujeito na busca por informação. Segundo Mata e Gerlin (2019 *apud* Mata, 2022, p.40) a competência em informação:

[...] abrange princípios ligados aos conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (saber agir) referentes aos processos informacionais, de forma que os usuários desenvolvam capacidades para buscar fontes de informação em ambientes híbridos (impresso, analógico e digital) ao sentirem necessidade, sanar dúvidas e/ou resolver problemas; avaliar as informações e as fontes no que se refere à sua confiabilidade, veracidade e credibilidade; usar e comunicar a informação em consonância com aspectos éticos e legais.

Esses aspectos abrangem a mediação digital na forma como esses profissionais oferecem seus serviços, responsáveis por exemplo, pelo tratamento, organização, uso e disseminação da informação nos catálogos digitais, pelo serviço de referência *online*, e pela divulgação dos produtos e serviços que são oferecidos pela biblioteca, sejam materiais ou digitais.

Já para os arquivos, a mediação digital visa favorecer a preservação e difusão de informações, para fins de acesso, gestão e uso da informação de domínio público ou de informações sigilosas.

Os museus e centros de memória também se inserem nesse contexto da mediação digital. Ainda sob a ótica do compilado realizado por Silva, Nunes e Cavalcante, as pesquisas de Silva e Ribeiro (2011) trouxeram ricas contribuições para o campo no âmbito dos museus e com uma conceituação de dois paradigmas da CI, os quais podem ser aplicados em centros de informação institucional. Definidos como “paradigma custodial” e “paradigma pós- custodial”, o primeiro conceito trata sob a perspectiva da guarda e preservação do acervo, caracterizada pelos autores como “mediação passiva” e; o segundo conceito refere-se ao seu caráter informacional, e “[...] se apresenta na contemporaneidade frente às diversas mudanças nos suportes, no armazenamento e no modo como os dados são acessados, marcado, ainda, pela falta de linearidade e de localização física” (Silva, Nunes, Cavalcante, 2018, p.40).

Seja em contextos culturais ou sociais, a mediação assume um papel central na CI, permitindo aprimorarmos a compreensão das práticas em centros de informação como arquivos, bibliotecas e museus e os métodos utilizados para atender as necessidades dos usuários que essas instituições pretendem atender.

A mediação da informação como um processo de interferência ativa, segundo autores como Perrotti e Pieruccini (2014), Almeida Júnior (2015) e Barreto (2009), faz com que o bibliotecário se torne agente transformador da realidade em que vive, de como a informação é recepcionada, compreendida e atinge seu propósito de utilidade e mudança, fazendo com que também os centros de informação sejam lugares de referência no constructo de conhecimento.

É uma categoria que trata inclusive sobre como as pessoas e as comunidades possam usufruir dos espaços de mediação das instituições públicas para terem os seus direitos atendidos. Para que isso seja possível, é necessário reconhecer que essas instituições produzem a sua cultura institucional, estão para além de si mesmas (enquanto unidade específica de gestão da informação e de mudança no universo da CI) e possuem espaços de mediação como arquivos, bibliotecas e memoriais para materializar práticas que reflitam os anseios da sociedade na fruição dos seus direitos, de maneira que cada proposta de prática esteja relacionada a um direito.

É nesse sentido que se entende necessário pensar no fazer dos profissionais da informação enquanto rede, como referência de mediação cultural, digital e da informação para alcançar objetivos, sendo possível em ações de cooperação.

3.4 REDES - CONCEITOS GERAIS E NO CAMPO DA CI

As propostas em redes não são características da atualidade e não têm origem nos modelos sociais humanos. Como bem define Castells (2005), as redes são uma antiga forma de organização social presente em todas as sociedades historicamente conhecidas, com seus modelos de organização mais flexíveis e adaptáveis, onde seguem de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos.

Em sua gênese, a rede é uma condição fundamental no aspecto da aprendizagem, segundo indica Maturana (1999). Essa aprendizagem pode ocorrer em seres vivos (organismos, partes de organismos e ecossistemas), em redes de seres vivos (conjuntos de seres vivos em interação), em redes de seres não-vivos (capazes de interagir, as máquinas, por exemplo) e em seres sociais (pessoas ou redes de pessoas).

Ou seja, a aprendizagem é um processo interativo, ocorrendo em seres vivos (organismos, partes de organismos e ecossistemas) e em redes de seres vivos (conjuntos de seres vivos em interação), em redes de seres não-vivos (capazes de interagir) e em seres sociais (pessoas ou redes de pessoas).

Nesse conceito Maturana abrange não somente a rede pessoas, que possuem características e objetivos em comum como vemos em todas as áreas da sociedade mas, igualmente, em organismos criados por seres vivos e que possuem, mesmo sendo seres não-vivos, a capacidade de interagir e produzir o aprendizado, como são nas instituições. Segundo o livro *"The Five Laws of Library Science"* (1931), a biblioteca é considerada por Ranganathan "organismo vivo em crescimento", onde o bibliotecário será mediador dos resultados que observa da relação acervo - usuário, essa produzida de forma independente, gerando a necessidade da biblioteca em expandir seus produtos ou serviços. O conceito se fundamenta não somente para a biblioteca, mas para qualquer unidade de gestão da informação.

Para além do conceito da biologia, as redes tomaram forma no aspecto social dos "seres não vivos", por intermédio da tecnologia, ampliando as oportunidades de aprendizagem dos seres vivos e dos seres sociais, teoria relacionada à alguns aspectos da sociologia pragmática francesa dos atores humanos e não-humanos Teoria Ator-Rede, ou TAR, sob o olhar de Bruno Latour (2007).

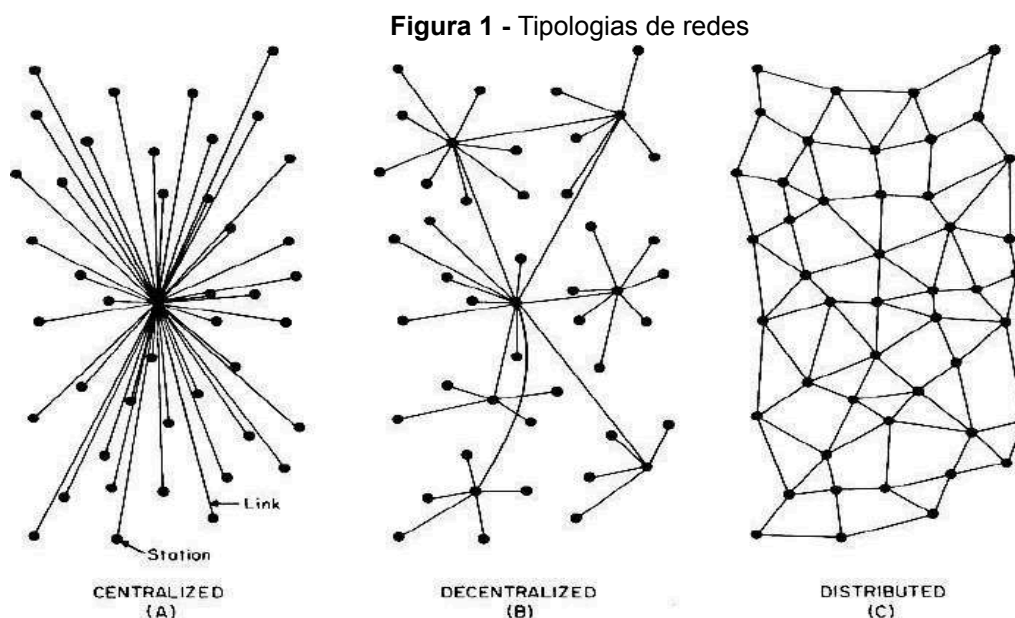
A cooperação e a colaboração são importantes conceitos na definição das Redes e, segundo o livro "Capital Social" de Augusto Franco (2001), entram implicitamente em evidência no conceito originário no aspecto social humano de Maturana, assim como o próprio conceito de Capital Social de Putnam (2002), que entende as redes como um dos aspectos da organização social, que facilita a coordenação e a colaboração para benefício de todos os atores, tanto internos como

externos, envolvidos no funcionamento dessas organizações.

O processo informal de cooperação ocorre quando a necessidade de um grupo parte em direção de buscar outros grupos com os mesmos interesses e objetivos e a partir da colaboração, gerar benefícios nas práticas e atividades de ambos os grupos, podendo-se manter sua heterogeneidade, desde que explorados seus limites.

As redes formais configuram esse recurso do ambiente, possuindo estruturas já bem conhecidas e delimitadas, como a de Paul Baran, em 1964, que elaborou um modelo de sobrevivência para as redes de comunicação, apresentando a topologia do que conhecemos hoje da internet. Para ele, as Redes podem ser classificadas em: centralizadas, descentralizadas e distribuídas, como mostra a Figura 1.

Na topologia centralizada (A), existe uma dependência ao nó principal, sendo a partir dela que as informações são geradas e chegam aos demais nós. No modelo descentralizado (B), alguns outros nós recebem a mesma importância de posição principal. No último modelo, o distribuído (C) não há mais dependência, e as vinculações se multiplicam.



Fonte: Baran, 1964.

Esses modelos possuem vantagens e desvantagens, no entanto, para o modelo proposto as unidades de gestão do MP, que visam a acessibilidade, a informação democrática e o acesso, arquivos, bibliotecas e museus têm a

possibilidade de criar uma rede descentralizada-distribuída. A topologia descentralizada parece mais adequada visto que administrativamente é necessário a elaboração das práticas a serem compartilhadas, a gestão de contratos dos recursos informacionais, os encontros e seus produtos a serem sintetizados em trocas organizadas e a produção dos manuais e políticas de gestão.

Para solucionar o problema dos vários nós ficarem sem vinculação com os outros, caso haja perda de algum dos nós centrais, o modelo distribuído pode coexistir com o outro modelo, focado principalmente nas práticas gerenciais da rede. À exemplo, quanto à manutenção de catalogação cooperativa, é possível as práticas e temáticas a serem incorporadas nas discussões introduzidas à rede, o que permite a colaboração em seu amplo potencial de transformação e sobrevivência.

Gómes Hernández (2002 *apud* Santos, 2017, p. 34) nos revela a diferença entre uma estrutura informal e formal de cooperação bibliotecária. A cooperação informal diz respeito a trocas pontuais e esporádicas de experiências entre as pessoas nas bibliotecas; já a cooperação formal ocorre por meio de sistemas ou redes de bibliotecas dentro de acordos com deveres e obrigações para os cooperantes. É importante a presença destes dois modelos, porém é uma estrutura formal que direcionamos no estabelecimento eficaz em uma proposta de integração.

No sentido da administração pública, Oliveira (2006 *apud* Malmegrin, 2011, p.19) define que as redes são “[...] sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de maneira democrática e participativa, em torno de causas afins com atuações colaborativas que sustentam pela vontade e pela afinidade de seus integrantes”.

No contexto da CI, Oliveira e Cianconi (2013) buscam estabelecer as relações de redes de bibliotecas, redes de informação e redes de conhecimento, e quais os produtos gerados em cada relação estabelecida.

De acordo com a definição das autoras, podemos definir: a) Redes de bibliotecas: constituem um conjunto de bibliotecas ou sistemas de bibliotecas que, embora conectados, mantêm sua autonomia administrativa; sendo a cooperação entre as instituições o sustentáculo da rede (Valera Orol; Garcia Melero; Gonzalez Guitian, 1988, p. 218); b) Redes de informação: visam à reunião de pessoas ou

organizações para o intercâmbio de informações, colaborando para a organização de produtos e disponibilização de serviços, que seriam impossibilitados se não houvesse a participação das partes (Tomaél, 2005a); c) Redes de conhecimento: primam pela interação, mas o objeto de compartilhamento é, principalmente, a informação e o conhecimento.

Por meio destas redes que conhecimentos, experiências e vivências individuais são compartilhados, visando benefícios recíprocos (Tomaél, 2008). Compreendem o desenvolvimento de novas ideias, conhecimentos e processos, decorrentes da interação entre os atores que a compõem, fortalecendo estoques individuais e coletivos sobre determinado objeto (Tomaél, 2005b).

Se vê uma tendência das bibliotecas ao modelo colaborativo primeiramente informal. Na linha de pesquisas da CI, Motta (1982) realizou pesquisas em unidades de informação e, quanto à gestão e planejamento, o desenvolvimento da cooperação informal, um modelo cooperativo muito importante para analisar de que forma elas podem contribuir entre si e a partir disso identificar as falhas da cooperação informal antes de institucionalizar os defeitos em alta escala.

Ainda de acordo com Tomaél (2005), a cooperação entre bibliotecas existe desde o início do século XX, já que os estudos de Elkington e Massie (1999) sobre o empréstimo entre bibliotecas resgatam essa prática na data de 1916, onde as bibliotecas dos Estados Unidos e as do Reino Unido apresentam a evolução desse serviço, com participação de programas cooperativos formais ou informais.

A autora aborda a evolução que a cooperação entre as unidades de gestão tomou até a constituição das redes formais, que possuem características próprias, institucionalizadas e incentivadas por diversos grupos e instituições como a Research Libraries Group (1975), a International Nuclear Information System (INIS) da Agência Internacional de Energia Atômica (1970), o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1942, no Brasil, entre muitas outras iniciativas de transformar a cooperação num processo relevante das funções realizadas por unidades de gestão da informação.

No que tange às instituições públicas, muitas organizações têm buscado a cooperação formal, principalmente em bibliotecas públicas e escolares. Temos

também as redes de bibliotecas institucionais especializadas no Brasil, conforme diagnóstico realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Marcial, E. C. et al., 2020) das bibliotecas especializadas da Administração pública Federal Brasileira, a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), gerenciada pelo Senado Federal e a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

É apresentado ainda, dentre outras, a Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa (REBIMD) e a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF). Além disso, a produção científica na área da CI tem como referência algumas dessas redes brasileiras nas pesquisas do exterior, como é o caso da dissertação de mestrado de Horta (2019), que realiza um estudo de caso sobre a evolução da Rede de Bibliotecas da Defesa Nacional.

No caso do Ministérios Públicos Estaduais, ainda não existe a constituição de uma Rede formal, no entanto, foi possível elaborar um fluxograma sobre as fases dessa possível Rede, proposta nesta pesquisa (Figura 2).

A cultura organizacional é colocada em ponto central pois é ela que vai direcionar como a mediação cultural e da informação irá se definir dentro da Rede.

Dentro de uma estrutura sócio-institucional definida, a centralização de uma unidade ou comitê do CNMP enquanto orientadora dos processos administrativos da Rede, irá permitir o planejamento, execução e atividades da Rede, mesmo que esta seja caracterizada por seu perfil descentralizado, promovendo integração de todas as unidades enquanto participantes ativos das ações da Rede.

Ainda sobre o CNMP, deve ser constituída uma unidade ou comitê com os profissionais da informação que façam parte dos Arquivos, Bibliotecas, Memoriais e Protocolos do MP.

Enquanto rede de cooperação, começa a ser definido as características e constituição da rede, fortalecendo a promoção da rede formal. Com a rede de colaboração, formal, definida, inicia-se seus procedimentos, obrigações, atividades e práticas, permitindo que esta possa se autogerir com autonomia e voz ativa dentro da instituição, enquanto força que integra esses centros de informação.

4 MODELO DE MEDIAÇÃO EM REDES

O conceito de mediação da informação voltado é um importante início para a compreensão dos diferentes modelos referenciais de mediação.

Para Sayão (2001, p. 85), não há sentido substituir a realidade (subjetivamente complexa) por modelos ainda mais complexos, já que eles são, sempre, “[...] aproximações seletivas que, eliminado aspectos acidentais, permitem o aparecimento dos aspectos fundamentais, relevantes ou interessantes, do mundo real, sob alguma forma generalizada.”

Dodebei (2002, p.20) aborda algumas características dos modelos:

- a) são “estruturados”, ou seja, os aspectos selecionados da realidade são explorados em termos de suas relações com outros modelos e aspectos dessa realidade;
- b) tem natureza “sugestiva” (a visão global de um modelo) que permite ao conhecimento um avanço mais significativo do que aquele que se poderia obter pela análise de apenas uma das partes;
- c) são simples, acurados, estruturados, sugestivos, representando analogias ao mundo real, que podem ser reaplicadas a novos conjuntos de observações e, nesse sentido, são necessários por constituírem uma ponte entre os níveis da observação e do teórico;
- d) são “construções” da mente humana, que têm função psicológica, aquisitiva, organizacional, normativa, sistemática, construtiva e de parentesco, o que permite a comunicação de ideias científicas, na medida em que muitos modelos se aplicam a mais de um conjunto de observações, de mais de uma área de conhecimento.

Farias, Varela e Freire (2013) propõe um modelo de mediação da informação, que facilite a produção de conhecimentos e incentivo do processo de conscientização para saírem do estado cognitivo e social de exclusão informacional, por meio da implantação de ações de informação e da promoção de competências

em informação de uma comunidade na cidade de João Pessoa, Paraíba.

Nesse sentido, o modelo trata aspectos sobre regime de informação, competência informacional e apropriação da informação, conceitos importantes para relação de um modelo inserido na sociedade da informação, como observado na Figura 3.

Figura 3 - Componentes do modelo de Mediação da Informação na Comunidade Santa Clara



Fonte: Farias, Varela e Freire (2013)

Farias (2014), em sua tese de doutorado, faz a análise da produção, implementação e avaliação do modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana, voltada principalmente para o protagonismo social.

A perspectiva da autora leva em consideração os aspectos conceituais teóricos quanto à cultura, segundo Perrotti e Pieruccini (2007, p. 64), de que mediar é intermediar, sendo também a ação de aproximar seres considerados como dados independentemente dessa ação, tendo a mediação cultural como categoria fundamental aos processos de significação, levando em conta que os elementos que

constituem esses processos não apenas como ferramentas, mas como signos portadores de sentido. Essa afirmativa pode ser corroborada com as ideias de Latour (2000, p. 21), que entende a biblioteca como:

nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de espetáculo provisório, de dispatcher, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimenta continuamente.

Para o autor, isso significa que a biblioteca não deve ser vista isoladamente, mas faz parte de uma vasta rede que transmite matérias que podem se tornar signos. Portanto, os centros de informação têm seu papel fundamental no processo, onde não limita os signos apenas a informação, mas também a trocas sociais que compõem as relações passíveis de transformações, ou seja, a mediação.

Os modelos de mediação se configuram em um aporte teórico ligados aos paradigmas físico, cognitivo e social da CI definidos por Capurro (2003). Na busca em delimitar aspectos principais a um modelo de mediação, a função dos conceitos de rede, cooperação e a cultura vão influenciar a quase totalidade desses modelos, ou seja, estão em paralelo aos três paradigmas que confluem da área.

Dessa maneira, Santo e Murguia (2006) apresentam um trabalho desenvolvido por seu grupo de pesquisas, onde os autores compreendem a relação entre bibliotecas, arquivos e museus como instituições “coletoras de cultura” e traz importantes tendências da pós modernidade as demandas para os “mediadores da informação” dessas unidades em perceberem-nas enquanto seus aspectos comuns, não isoladas entre si, já que convergem nas questões de produção do conhecimento, da memória social e da expansão cultural.

Baseado nos estudos do museólogo Homulos e a apresentação intitulada “Museums to libraries: a family of collecting institutions” em um evento da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) figura um espectro para a compreensão das funções de cada instituição (arquivo, biblioteca, museu), compostos de uma única coisa no sentido da semiótica. A biblioteca e o museu configuram os extremos do *spectrum*, e os arquivos estavam no centro, para o museólogo canadense.

O modelo de espectro era e ainda hoje é considerado um desafio, visto que

tais unidades de gestão da informação possuem semelhanças e diferenças que ainda não encontram métodos de trabalho que permitam o que Santo e Murguia (2006) definem como “domínio do espectro”. No entanto, um ponto chave defendido pelos autores para o alcance desse objetivo depende do grau de cooperação no desenvolvimento dos “[...] métodos de administração e da capacidade de conhecer o potencial transformador do usuário” (p.7).

Os autores abordam a evidente necessidade do papel institucional em considerar relações, diferenças, vantagens e desvantagens desse domínio, que enfrentam ainda certa rigidez dos profissionais em considerar o fortalecimento entre a CI e as práticas em comum das unidades de gestão da informação, nos benefícios resultantes da interação, da apropriação e da transformação da informação pensado sobre cada prisma.

Ainda na perspectiva da mediação enquanto método, surge na literatura da CI o modelo de mediação triádico elaborado por Perrotti e Pieruccini (2014), que traz na relação entre produtor e leitor da informação, a figura do mediador como categoria da semântica, não apenas como mero canal ou simples recurso de transferência de informações, mas sim como transformador cultural ativo nesse processo. Entendendo, portanto, a mediação como categoria de significação totalmente ligada à cultura, os autores concluem por meio de Darras (2004 *apud* Perrotti e Pieruccini, 2014), baseado na estrutura do signo de C. S. Peirce, que “Se o processo de mediação por entidades culturais está presente em todas as operações semióticas, a mediação da cultura é um fenômeno elementar do pensamento e os ‘intérpretes’, aos quais Peirce faz referência, são ativos em cada operação semiótica” (p.15).

Esse processo de mediação foi ampliado com o advento das novas tecnologias de informação que propiciaram que as plataformas digitais tivessem parte dentro da mediação.

O serviço de referência, comum às atividades biblioteconômicas de uso de acesso à informação, é pensado hoje na competência informacional do usuário em utilizar esses recursos e encontrar respostas para as necessidades informacionais de quem utiliza essas plataformas.

De acordo com Almeida (2008, p.11), a mediação é entendida como “[...] uma

construção teórica destinada a refletir sobre as práticas e os dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais”, trazendo a proposição cultural. Foi pensando nessa proposição que utilizou-se do esquema ontológico das propriedades essenciais de instituições arquivísticas de Aldabalde e Cid (2020), num modelo de avaliação de três vertentes de propriedade do que constitui como Arquivo Paradigmático: durabilidade, acessibilidade e praticabilidade.

Demonstrado na Figura 4, a proposta do modelo foi utilizada para a coleta dos dados piloto desta pesquisa, considerando sua remodelação aos contextos de outras unidades de informação além dos arquivos.

O que se propõe aqui é um modelo que, mesmo em consideração aos processos físico e cognitivo, se define no âmbito social. Isso porque, na tentativa em definir qual aspecto mais efetivo na criação e manutenção de uma realidade proposta em um modelo, sobressai-se nesta visão, o aspecto social.

Figura 4 - Esquema ontológico das propriedades das instituições arquivísticas e as gradações



Fonte: Aldabalde e Cid (2020, p.26).

5 MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

O Ministério Público atua como uma instituição independente, autônoma e especializada de garantia dos direitos fundamentais, da ordem jurídica e do regime democrático, seja para a defesa dos direitos de liberdade ou sociais, seja para os direitos individuais indisponíveis ou direitos individuais disponíveis, com relevância social ou direitos coletivos (Zaneti, 2018, p.159).

De acordo com Rogério Arantes (2007, p. 325), o Ministério Público se integra a formação do Estado Moderno segundo a concepção de Max Weber, onde uma formação política de determinadas sociedades delimitadas, atuam em seu espaço com exigência do monopólio do uso legítimo da violência física, sendo visível para o autor, uma reivindicação de grande utilidade para a sociedade no processo de valorização do direito para legitimar o Estado e suas ações em prol da manutenção da ordem pública e da lei.

Embora a Lei Maior de 1934 tenha sido de elevada importância para a instituição do Ministério Público no Brasil, em 1937 se instala uma nova Constituição Federal (CF) outorgada por Getúlio Vargas, sob o comando da ditadura, levou a um regresso em comparação às legislações anteriores, no que tange a atuação do MP.⁴

Em 1946 houve a promulgação de uma nova CF baseada agora no pilar democrático brasileiro, tratando o MP de forma mais específica, tendo a instituição um título próprio, prevendo a instituição do Ministério Público da União - MPU e dos Estados, da escolha do Procurador Geral da República, garantias da inviolabilidade e estabilidade aos membros do órgão, normas para o ingresso na carreira (mediante concurso e títulos), a promoção de entrâncias, fixou-se a competência do Senado Federal para aprovar a escolha do PGR, concedendo-lhe prerrogativa de foro, e previu a participação da instituição na composição dos tribunais. A mesma Carta Constitucional previu ainda o quinto constitucional nos Tribunais estaduais e a representação judicial da União pelos Procuradores da República (Ismail Filho, p.78).

Após o golpe militar de 1964 e várias mudanças categorizando o MP para

⁴ De acordo com o professor Carlos Alberto Salles (1999, p. 29), "A nova carta, promulgada sob a ditadura de Vargas, limitou-se a vaga referência ao Procurador Geral da República e a chamada criação do quinto constitucional"

diferentes poderes, em 1969 o MP retorna ao capítulo do Poder Executivo, revelando algumas atribuições conferidas ao PGR, como a outorga de poderes para propor ação direta interventiva para declaração de lei ou ato normativo estadual, a representação do Procurador Geral local para intervenção nos Estados, requerer a declaração de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, dentre outras.

No entanto, existe um consenso que, mesmo já existindo no Brasil, é somente a partir da Constituição de 1988 que o Ministério Público tem seu pontapé inicial do que realmente conhecemos hoje como função institucional do órgão, pois a partir dela que se garantiu a autonomia administrativa e financeira da instituição, desvinculando-o de qualquer subordinação aos Três Poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - e limitando-se apenas aos controles constitucionais.

A função do Ministério Público se concentra

na proteção de direitos difusos e coletivos, como meio ambiente, relações de consumo, patrimônio histórico e cultural, criança e adolescente, idosos, portadores de deficiência, patrimônio público e até controle de políticas públicas [...] destacado também no combate à corrupção política e, mais recentemente, no combate ao crime organizado (Arantes, 2007, p. 327).

Ou seja, assim como a CF de 1988 insere o MP no modelo de “Funções Essenciais à Administração da Justiça”, ele se torna independente e atuante em todas as esferas e localidades do território nacional, assumindo seu papel representativo de toda uma comunidade.

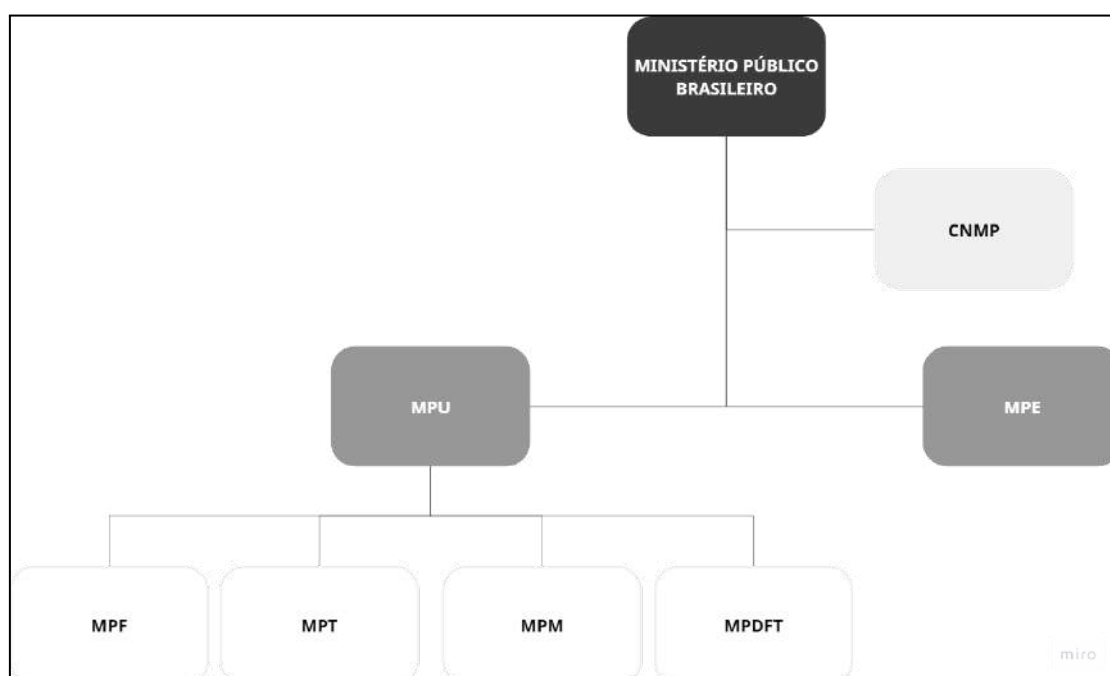
Em seu novo modelo de reconstrução institucional, a partir dos anos 1970, houve uma mudança significativa de inovações institucionais da sua atuação na esfera cível, trazendo ao MP o título de “agente político da lei”, entidade com grande capacidade discricionária de ação em nome da sociedade.

As três inovações que constituem o tripé institucional do MP são definidas pela a) legalização dos direitos difusos e coletivos, que constituem direitos transindividuais, dos quais sejam titulares pessoas indeterminadas (direitos difusos) ou grupo de pessoas ligadas entre si por alguma relação jurídica (direitos coletivos); b) ação civil pública, instrumento processual pelo qual os direitos poderiam ser objeto de apreciação judicial e; c) independência constitucional, que como já citado

antes, traz a garantia constitucional de independência em relação aos demais poderes do Estado (Arantes, 2007).

Os ramos do Ministério Público Brasileiro se subdividem em: o Ministério Público da União (MPU), que é composto pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Militar (MPM), Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e o Ministério Público dos Estados (MPE), como podemos observar na Figura 5.

Figura 5 - Estrutura do Ministério Público



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Cabe ressaltar que constitucionalmente como instituição permanente, a existência do Ministério Eleitoral se dá mediante composição mista de membros tanto do MPU quanto do MPE, portanto, não possui estrutura própria.

Essa análise sobre os Ministérios Públicos aborda uma parte da realidade da atuação dos profissionais da gestão pública e da informação, para aproximações do modelo que se pretende apresentar.

Ou seja, podemos compreender que o Ministério Público, além de ser uma agência reguladora dos Direitos Fundamentais, com capacidade orçamentária e

capacidade de fiscalização de todos os poderes, atua inclusive, quanto ao direito de acesso à informação como democracia cultural.

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

De acordo com a definição do próprio *site* do Ministério Público Federal, o órgão

O MPF atua como fiscal da lei, mas tem atuação também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na área eleitoral, o MPF pode intervir em todas as fases do processo e age em parceria com os ministérios públicos estaduais. O MPF atua na Justiça Federal, em causas nas quais a Constituição considera haver interesse federal. A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais federais, os juízes federais e os juízes eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais. O MPF também age preventivamente, extrajudicialmente, quando atua por meio de recomendações, audiências públicas e promove acordos por meio dos TAC- Termos de Ajuste de Conduta (MPF, 2021).

O MPF possui mais de 200 unidades espalhadas pelo Brasil e sua estrutura conta com Procuradoria-Geral da República (PGR); Procuradorias Regionais da República (PRRs); Procuradorias da República nos estados e no Distrito Federal (PRs); e Procuradorias da República nos municípios (PRMs).

Visto atender a um dos objetivos específicos desta pesquisa, em identificar em que medida as unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos se aproximam das propriedades de acessibilidade (usabilidade e publicidade), praticabilidade e durabilidade segundo os métodos de Aldabalde e Cid (2020), escolheu-se a Rede do Ministério Público Federal para uma pesquisa piloto.

De acordo com o site institucional, o MPF “ [...] atua como fiscal da lei, mas tem atuação também nas áreas cível, criminal e eleitoral”. Trabalha em parceria com outro segmento do Ministério Público da União, os MP Estaduais. Atuando na Justiça Federal, o MPF tem independência funcional assegurada pela Constituição Federal. Possui mais de 200 unidades espalhadas pelo Brasil, entre gerais, regionais e do Estado.

O MPF possui dois setores, a Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa

(COBIP) e Secretaria Jurídica e Documentação (SEJUD), ambas responsáveis pela Divisão de Biblioteca Digital (DBD), responsável pelo gerenciamento do Repositório Institucional que reúne, armazena, preserva e disponibiliza o conhecimento produzido pelas unidades, entre atos administrativos; convênios e instrumentos congêneres; diários e boletins; publicações do MPF e trabalhos acadêmicos e pelo Portal da Rede de Bibliotecas do MPF, que disponibiliza acesso a diversos portais de revistas, jornais, podcasts, livros, jurisprudência, leis, artigos, entre outros recursos informacionais digitais. Ainda conta com um catálogo *online* dos recursos disponibilizados em modo físico em todas as unidades da Rede.

Na pesquisa para compreender se a Rede ainda estava em funcionamento e entender a atuação da Rede, foi necessário um levantamento documental, solicitado no portal institucional o atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) sobre toda documentação referente à Rede. O pedido foi respondido pela Seção de Biblioteca e Pesquisa confirmando o pleno funcionamento da Rede, anexando a cópia da Portaria (Anexo B) que a instituiu, bem como um informativo (Anexo C) com um detalhamento sobre a Rede, sua missão, visão e valores, além da definição de sua estrutura.

A Rede de Bibliotecas do MPF fica sob gerência da Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa, com vistas à cooperação de recursos informacionais, materiais e humanos entre as 33 bibliotecas cooperantes. Instituída pela Portaria PGR n. 450 de 29 de maio de 2017, a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF) tem o objetivo de formar, desenvolver, avaliar e preservar o acervo documental, planejando, coordenando, orientando, acompanhando e controlando as atividades de Biblioteconomia e Documentação no âmbito da instituição, tendo a finalidade de subsidiar a atuação institucional de membros e servidores, sendo um setor também aberto ao público. Embora nem todos os municípios contem com uma biblioteca, as das Procuradorias da República nos Estados também prestam atendimento aos membros lotados nas respectivas Procuradorias da República nos Municípios, totalizando 224 unidades atendidas pela RBMPF.

Foi necessário uma pesquisa, alicerçada na literatura e também pesquisa com entrevista, para identificar processos e rotinas, já que havia a necessidade de observar a influência da Rede nas atividades daquela cooperante, bem como o

funcionamento do Portal da Rede nos serviços oferecidos pela biblioteca, no âmbito da mediação digital.

A figura 6 mostra um print screen da página inicial de acesso do Portal na intranet, evidenciando todos os recursos digitais de acesso informacional contratados e disponibilizados pela Rede.

O Portal viabiliza o acesso de qualquer unidade do Ministério Público Federal à várias bases de dados, via intranet, ou seja, com acesso restrito ao público interno.

Figura 6 - Portal da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal



Fonte: Portal institucional da RBMPF na intranet (2023).

Foi questionado quem administra a renovação de contratos com as bases de dados do RBMPF e como é repassado esse valor da unidade estadual. De acordo com o servidor, é a Procuradoria Geral da República, junto à divisão da Secretaria Jurídica e de Documentação (SEJUD), a responsável por receber um fundo anual

para distribuição de acervo a todas as unidades do MPF, inclusive é a responsável pelos contratos com as bases de dados. No ano de 2022, foi repassado cerca de R\$1,5 milhão para compra de acervo e essa demanda é dividida de forma proporcional ao número de procuradores. Já a Procuradoria Regional, dos estados, também recebe anualmente uma parcela para compra de acervo disponibilizado pelo orçamento anual de gestão tributária (LOA). Ou seja, cada unidade possui ainda uma autonomia de compra de recursos informacionais.

Parece evidente que a mediação, ou a falta de mediação em relação ao Portal, impacta a rotina dos Ministérios Públicos, pois há, conforme Aldabalde, Melo e Bourguet (2020), a dita “mediação digital”, além de rastros das ações de mediação implícitas realizadas pelo bibliotecário ou pelo profissional da informação. Fundamentado em Almeida Júnior (2009), podendo-se observar nessa estrutura a mediação enquanto institucionalidades (Mártin-Barbero, 1997).

Essas institucionalidades são compreendidas no âmbito também dos arquivos, bibliotecas e museus, principalmente no que figura em sua responsabilidade democrática das ações culturais e de informação no qual representam.

Na análise da pesquisa foi identificado em uma das unidades, a existência de um arquivo, associado a biblioteca. Os documentos passaram por uma organização recente por meio de serviço terceirizado e atualmente conta com uma servidora de carreira do setor administrativo, responsável pela gestão dos documentos de área fim, o que faz com que o bibliotecário seja o profissional da informação que está mais próximo da intrínseca práxis que exige o ambiente documental.

A interdisciplinaridade e o foco do mesmo objeto de estudo, a informação, faz com que haja um equívoco em colocar como responsáveis, profissionais de áreas distintas a formação original. Essa proposição é importante ser destacada, visto que diferentes profissionais da informação possuem funções específicas da área.

A iniciativa corrobora para que CI comece a definir uma ontologia desses ambientes informacionais, rompendo as barreiras, sem desconsiderar o fazer inerente de cada profissional da informação, mas buscando unir o que de fato caracteriza-os pelo mesmo objeto, a informação e impulsionando de forma

colaborativa, as unidades de informação em seus diferentes processos.

A análise de pesquisa na RBMPF vai ao encontro do paradigma de Aldabalde e Cid (2020). Relacionado ao conceito de instituição permanente dos arquivos, é possível inserir da mesma forma arquivos, bibliotecas e memoriais do Ministério Público, enquanto instituição permanente do Estado, no entendimento dessas unidades do seu caráter não-efêmero, permanentemente acessível, preservado e praticável.

Nesta análise, quanto às práticas de mediação com impacto na acessibilidade, foram questionadas quais são as restrições de acesso às dependências e recursos da biblioteca, as justificativas para tais questões e se são consenso em todas as unidades da Rede, sendo averiguado que não. No caso da unidade em evidência, desde 2017 e até que seja inaugurada a nova sede desta Procuradoria, está vedado o acesso às dependências da biblioteca para o público em geral.

A decisão se deve, pelo entendimento da gerência geral, de que o local não atendia aos princípios de um espaço adequado por contar apenas com uma mesa de leitura e estudo e por não possuir acesso a computadores ou a qualquer outro lugar para utilização dos recursos. Estes aspectos limitam não apenas o acesso ao público externo, mas principalmente do público ao qual se destina, o interno. Portanto, depreende-se que não ocorre mediação cultural e as práticas de mediação da informação são restritas ao público interno.

De acordo com o profissional entrevistado na pesquisa, isso tinha influência na falta de interesse por parte do pessoal da instituição em utilizar a biblioteca, pois impossibilitava ações que poderiam aproximá-los do ambiente e do que é oferecido no espaço. Outras bibliotecas cooperantes da Rede possuem espaço aberto ao público externo, no entanto, não foi possível contabilizar quantas possuem o mesmo problema da biblioteca em questão.

Ainda quanto à acessibilidade, foi questionado sobre a gestão de documentos para seleção, aquisição, controle da produção documental, desbaste e descarte. No caso dessa unidade, o bibliotecário segue o previsto no Regimento Interno da Biblioteca.

Quanto às políticas de gestão documental e assuntos do âmbito tecnológico, cibersegurança e preservação de documentos digitais, foi respondido que a Rede é responsável por elaborar informativos e provocar discussões sobre a catalogação cooperativa e *bugs* no acesso ao Portal.

No entanto, não foi possível ter acesso a sistematizações ou relatórios referentes aos procedimentos. Foi questionado sobre a ocorrência das reuniões entre as instituições, mas, quanto à periodicidade, também não foi possível chegar a uma definição.

De acordo com a resposta do entrevistado, este entendia que a Rede trazia contribuições na padronização dos serviços, como a gestão de compra de acervo, na prestação de apoio com as reuniões e a divulgação das práticas bibliotecárias, além de documentos relativos à catalogação cooperativa, com o catálogo Pergamum.

No entanto, em 2023, a Rede enfrentou uma reformulação exigida pela gestão geral da Procuradoria Geral da República (PGR), visto que propuseram a necessidade de reduzir o número das trinta e três unidades existentes para a concentração de apenas cinco, tendo em vista a eficiência e a economicidade nos serviços prestados, entendendo o Portal como o serviço mais demandado e eficaz de acesso à informação.

A Rede se uniu à categoria para propor uma reformulação em seus serviços, reiterar a contribuição das bibliotecas e organizar uma comissão responsável pela proposta que, posteriormente, foi apresentada à Procuradoria Geral da República, visto que não havia certeza de que uma redução das bibliotecas do MPF se daria nessas proporções.

A falta de uma sistematização do funcionamento da Rede levou à uma reestruturação que resultou na desmobilização desta, simplificando-a em práticas de mediação digital, desconsiderando seu acervo, seu pessoal, os espaços e os recursos das comunidades locais. Os resultados dessa pesquisa foram melhor definidos no artigo publicado, que se encontra no Apêndice D.

Portanto, é possível constatar que o desenvolvimento apenas da mediação digital não é suficiente para que as instituições alcancem seus objetivos e sua

missão. A mediação abrange questões informacionais e sociais, ou seja, uma proposta que merece ainda mais atenção no âmbito jurídico do Ministério Público.

5.2 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Outra vertente do MPU é o Ministério Público do Trabalho, que tem como atribuição

[...] fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores. Também pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, quando entender existente interesse público que justifique. O MPT pode ser árbitro ou mediador em dissídios coletivos e pode fiscalizar o direito de greve nas atividades essenciais. Compete, ainda, ao MPT propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes de relações de trabalho, além de recorrer das decisões da Justiça do Trabalho tanto nos processos em que for parte como naqueles em que oficie como fiscal da lei (MPT, 2021).

Da mesma forma que o MPF atua em todas as instâncias federais nos Estados e Municípios por intermédio de suas Procuradorias, o MPT também possui sua sede geral em Brasília no Distrito Federal e identificam-se regionalmente e numericamente de acordo com a referência atribuída ao Tribunal Regional do Trabalho no qual inserem o âmbito de sua atuação institucional.

Em pesquisa nas unidades de gestão da informação no MPT, foram levantados alguns dados de referência sobre a sua atuação. O MPT conta com uma Rede de Bibliotecas do Ministério Público do Trabalho (RBMPT), com a Comissão Permanente de Gestão Documental do MPT e ainda, com as atividades do Memorial do MPT.

O setor de Arquivo do MPT é submetido ao Departamento de Documentação e Gestão da Informação⁵. O MPT conta com um total de 24 unidades de gestão de arquivo espalhadas pelo Brasil, a de Brasília e a MPT Federal regional. Dois

⁵ Conforme Regimento Interno Administrativo, Portaria Nº 1314.2017. É importante tomar nota que antes era regido a Comissão Permanente de Gestão Documental da Procuradoria-Geral do Trabalho, instituída pela Portaria nº475, de 28 de setembro de 2012, que inclusive dispõe sobre a Política de Gestão Documental no MPT.

profissionais arquivistas trabalham na Comissão e orientam profissionais que se encontram responsáveis nas unidades setoriais, em sua maioria, bibliotecários e técnicos.

A tramitação dos documentos nato-digitais se dá com o auxílio de software próprio do MPT, o Sistema Cosmos MPTDigital, com o módulo Administrativo voltado para a criação, tramitação e gestão de documentos desde 2016.

O MPT se dispôs a contribuir com esta pesquisa demonstrando o seu recurso de gestão de documentos por meio de um profissional da área de Arquivologia. Foi possível notar que o sistema conta com um elaborado processo de manutenção de demandas, ou seja, um trabalho coletivo com as necessidades dos profissionais do Arquivo, principalmente no que se refere ao ajustamento junto a Política Arquivística, ajustamento temático, código de classificação e ajustamento dos metadados adequados às nomenclaturas.

No entanto, alguns desafios também são ainda encontrados. Um deles se refere a ferramenta do MPT Busca - que integra as Tabelas Processuais Unificadas do CNMP. É uma tentativa do Conselho em homogeneizar uma taxonomia própria dos documentos de todo o MPU, no entanto, lida ainda com certas limitações terminológicas e de linguagem verificadas pelo próprio profissional.

Há ainda um importante desafio quanto à infraestrutura de chaves públicas em assinaturas digitais de entidades externas à instituição. E ainda, o desafio maior, a necessidade da mediação nos termos da escola francófona, uma mediação voltada para a segurança do direito da democratização. Segundo a profissional entrevistada, esta última está sendo formulada para o MPT no meio digital, com a criação de um Repositório Institucional.

5.3 MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Já o Ministério Público Militar atua na apuração dos crimes militares, no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil de forma a garantir a proteção, a prevenção e a reparação de dano ao patrimônio público, ao meio ambiente e aos bens e direitos de valor histórico e

cultural; dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos; e também dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar (MPT, 2021).

O Ministério Público Militar possui uma estrutura mais específica, pois tem um direcionamento mais voltado à proteção de bens públicos e atua em torno de grupo de servidores públicos da área militar.

Portanto, tem características no qual demanda uma estrutura diferente de atuação de profissionais da gestão da informação, diferente dos outros e que pode analisada de forma mais próxima com a realidade, por exemplo, da Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa (REBIMD), como é muito bem abordado no trabalho sobre Redes de Bibliotecas Militares e da Defesa, de João Nunes Gomes Ferreira da Horta (2019, p.16).

5.4 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Completando a extensão de responsabilidade do MPU, cabe a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios por meio de seu órgão máximo, que é sua Procuradoria Geral

[...] coordenar as atividades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, promover o relacionamento institucional com órgãos públicos e praticar atos de gestão administrativa e financeira que visem à boa gestão do Ministério Público por meio de suas promotorias de Justiça (MPDFT, 2021).

Esse ramo do MP conta com uma estrutura de apoio submetida à Secretaria-geral, Câmaras de Coordenação e Revisão, Conselho Superior e Corregedoria-Geral. O MPDFT conta com o Centro de Cultura e Memória, que tem o objetivo de divulgar e preservar a cultura e a história da instituição e é um trabalho gerenciado pela Seção de Cultura (Secult) e a Seção de Preservação da Memória Institucional (Sepmi) do MPDFT.

Um importante aspecto de destaque da unidade de gestão arquivística do MPDFT é o espaço digital SEMPRE, por meio do software de descrição AtoM, dedicado à preservação e à disseminação da memória institucional. Ele tem como objetivo servir para fins de pesquisa, educação e reflexão relacionadas à trajetória

do MPDFT.

A sigla AtoM, *Acess to Memory*, é uma aplicação *open source* de código-fonte aberto para descrição arquivística. AtoM é um projeto colaborativo que visa prover a comunidade arquivística internacional de um software aplicativo gratuito e de código-fonte aberto, para gerenciamento de descrições arquivísticas em conformidade às normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). O aplicativo é multilíngue e totalmente baseado na *web*, permitindo que instituições possam disponibilizar seus acervos arquivísticos *online*.

Aberto ao público, o SEMPRE proporciona acesso a documentos arquivísticos e coleções de materiais bibliográficos produzidos pela instituição. A instituição destaca a importância da transparência ativa, preconizada pela Lei de Acesso à Informação e a conformidade com as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Dá ênfase ainda do espaço SEMPRE ser permanente, o que corrobora com os princípios e direitos culturais e informacionais das unidades de gestão da informação inseridos no Setor Público, mais especificamente, do Ministério Público.

5.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Este estudo se atenta às unidades do Ministério Público do Estado, que se ramifica entre os 26 Estados que compõem o mapa político do Brasil. Cada unidade federativa possui seu próprio Ministério Público, que, no âmbito regional, é responsável por manter a ordem jurídica de seu estado de origem e garantir a aplicação de leis voltadas para a saúde, educação, direitos humanos, consumidor, crimes, patrimônio público, meio ambiente, entre várias outras, aconteça, preservando a harmonia e atendendo as necessidades daquela sociedade.

Suas unidades são espalhadas pelo território estadual por meio da Procuradoria-Geral do Estado e de suas promotorias espalhadas por comarcas, a depender da necessidade de cada região municipal.

Compreendendo um pouco melhor sobre a instituição do Ministério Público, podemos perceber o grande trabalho que é considerá-lo no todo, incluindo sua

autonomia administrativa e diversa atuação. Pela limitação deste trabalho em alcançar todo desmembramento funcional do MP, a proposta de um modelo integrativo de mediação em rede insere apenas a realidade do conjunto dos MP Estaduais e seus profissionais.

Suas unidades são espalhadas pelo território estadual por meio da Procuradoria-Geral do Estado e de suas promotorias espalhadas por comarcas, a depender da necessidade de cada região municipal. O Ministério Público dos Estados conta com 27 unidades estaduais (contabilizando o do Distrito Federal) e cada Estado possui comarcas, centros concentrados nos municípios ou regiões, possuindo apenas as unidades de gestão da informação das capitais para acesso e uso dos recursos informacionais gerenciados pelas suas bibliotecas, arquivos e centros de memória. Dessa forma, a importância do trabalho produzido por essas unidades se torna fundamental já que elas que servem de amparo às pesquisas, estudos e conhecimento por meio de subsídios informacionais e também com o acesso e divulgação do que é produzido pelo MP.

5.5.1 Ministério Público Estadual do Estado do Espírito Santo

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) ratifica em seu portal institucional seu objetivo na “[...] defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis da sociedade” e de sua “[...] autonomia funcional e administrativa para organizar e gerir suas funções, assegurando a imparcialidade e a justiça social.”

O MPES está presente em todo território capixaba, por meio Promotorias das comarcas e das Procuradorias de Justiça, com atuação junto ao segundo grau de jurisdição no TJES.

Na pesquisa documental institucional do Ministério Público Estadual do Espírito Santo, podemos resgatar uma compilação sobre a origem da instituição, com as produções realizadas por meio do Memorial a partir de 2008, sua data de criação no órgão.⁶

⁶ Dados levantados pelo Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: [6d1441b5-fe01-4f99-9652-4a0a2fd8d147.pdf \(mpes.mp.br\)](https://www.mpes.mp.br/portal/images/stories/publicacoes/6d1441b5-fe01-4f99-9652-4a0a2fd8d147.pdf).

O MPES foi criado vinculado ao Tribunal de Justiça em 1891. Dentre os cinco desembargadores indicados para compor o Tribunal, um era escolhido como Procurador da Justiça, Soberania e Fazenda, sendo Manuel Armindo Cordeiro Guaraná o primeiro desembargador representante do MPES. A partir da década de 50, o MP deixou de funcionar junto ao TJ, sendo instituída junto com a Constituição Estadual em 1967, a criação da Procuradoria-Geral do Estado, constituída por corpo de advogados que representavam com exclusividade os interesses do Governo.

4.5.1.1 Arquivo: Gestão de documentos

O MPES possui um setor de Arquivo, que não se encontra instituído no organograma institucional. A gestão de documentos é realizada por algumas vertentes.

Sabe-se que na sede da Procuradoria existe o setor de Protocolo, onde são realizados os trâmites de gestão documental física e digital. No *site* institucional, podemos constatar que é utilizado os recursos de Tabela de Temporalidade, Classificação de Grau de Sigilo, Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e utilização de Protocolo Eletrônico.⁷

As atividades arquivísticas realizadas são subsidiadas pela Comissão de Avaliação de Documentos e Memória, não sendo possível sua localização no organograma pelo *site*. Sabe-se que esse tipo de Comissão Permanente é validada para a administração pública federal pelo Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, fazendo jus ao exigido na Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

O Arquivo do MPES fica em outro prédio, próximo da Sede, e conta com 3 profissionais, sendo 1 Arquivista, 1 Auxiliar Técnico e 1 Auxiliar Operacional. O Arquivo utiliza dois sistemas de gestão e tramitação de documentos, elaborados pela instituição. Um deles foi descontinuado, mas ainda é utilizado para consultas de processos antigos. O Arquivo também faz a coleta dos arquivos de processos já finalizados, para o seu correto armazenamento.

Por meio de observação, foi possível verificar que cada setor do MPES

⁷ Ícone de “Acesso à Informação” e “Gestão Documental”, no site institucional mpes.mp.br.

produz de maneira contínua diversos produtos e documentos, como livros, manuais e relatórios. No entanto, a salvaguarda e a gestão desses documentos muitas vezes se limita ao setor ou ao próprio funcionário executor, o que restringe não só a vida do documento como a ampla difusão da totalidade produzida pelo órgão. Acredita-se que a criação de um repositório poderia contribuir para que não haja dispersão dessas produções.

No MP, após a aplicação da Política de Gestão de Documentos Arquivísticos e a Política de Classificação, Tratamento e Gestão de Informação Sigilosa e Pessoal implementada na instituição em 2017, existe um movimento para a gestão dos arquivos produzidos na instituição. Esse movimento está relacionado aos arquivos correntes do órgão, que utilizam sistemas específicos de gestão interna.

5.5.1.2 Biblioteca Elias Faissal

A Biblioteca do MPES é integrada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e este é definido como

[...] uma escola institucional e tem a finalidade de promover a difusão da educação dentro do MPES, com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento profissional e cultural, a atualização e a especialização do conhecimento de membros, servidores e estagiários do MPES, diretamente ou em parceria com órgãos ou entidades da área pública ou privada, de fins educacionais, culturais e de treinamento, visando à melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços prestados pela instituição. Está subordinado administrativamente ao Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, tendo como titular o ocupante do cargo de Dirigente, e, como subordinados, os serviços e ocupantes dos postos de trabalho (CEAF, 2023).

A Biblioteca recebeu o nome de Elias Faissal em homenagem ao procurador de Justiça falecido no dia 7 de novembro de 1997. A leitura era uma de suas grandes paixões. Foi orador de diversos grupos literários nos municípios de Muqui, Guaçuí e Alegre, onde também foi professor de Português e de Literatura Brasileira e Portuguesa.

A homenagem partiu da ideia do colega e até então procurador de Justiça, Ulisses Gusman. A proposição foi aprovada pelo Colégio de Procuradores no dia 17 de novembro de 1997.

De acordo com os registros, Elias Faissal nasceu no dia 21 de julho de 1928 e era natural de Alegre, no Espírito Santo. Era de família pobre, mas conseguiu se manter em Vitória, onde terminou a graduação na Faculdade de Direito da Universidade do Espírito Santo (hoje UFES), em 1954. Foi servidor da Assembleia Legislativa e advogou nas comarcas de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, com ênfase na área criminal. No Ministério Público estadual atuou a partir de 1957, participando como promotor nos julgamentos dos envolvidos no Esquadrão da Morte no Espírito Santo (MPES, 2023). Aposentou-se em 19 de maio de 1997, após 40 anos na instituição.

No que tange a mediação digital como extensão da mediação pelo serviço de referência, a equipe utiliza de recursos para tratamento, organização, uso e disseminação da informação nos catálogos digitais, pelo serviço de referência *online*, e pela divulgação dos produtos e serviços que são oferecidos pela biblioteca, sejam materiais ou digitais. Os catálogos são recursos informacionais mais demandados para o acesso aos materiais disponíveis em cada biblioteca, seja para consulta local ou para consultas de outras demandas à distância.

Abaixo, o Quadro 1 apresenta os softwares de catálogos de bibliotecas utilizados por cada Ministério Público em seu respectivo Estado (Periani, 2021).

Quadro 1- Softwares de catálogos de bibliotecas dos Ministérios Públicos Estaduais

Norte	Acre	-
	Amapá	-
	Amazonas	
	Pará	PHL
	Rondônia	Sophia
	Roraima	
	Tocantins	-
Nordeste	Alagoas	Biblivre
	Bahia	Sophia
	Ceará	Biblivre
	Maranhão	Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)

	Paraíba	-
	Pernambuco	Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)
	Piauí	-
	Rio Grande do Norte	Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)
	Sergipe	Catálogo próprio
Centro-Oeste	Distrito Federal	Pergamum
	Goiás	Pergamum
	Mato Grosso	-
	Mato Grosso do Sul	-
Sul	Paraná	Ex Libris
	Rio Grande do Sul	Pergamum
	Santa Catarina	Pergamum
Sudeste	Espírito Santo	Bibliivre
	Minas Gerais	Pergamum
	Rio de Janeiro	Pergamum
	São Paulo	PHL

Fonte: Periani, 2021.

A coleta desses dados foi realizada mediante informações disponíveis no *site* de cada instituição, nos diários oficiais e nos Portais de Transparência para obtenção dos valores despendidos nos contratos de plataformas digitais de acesso, no período de setembro de 2015 a setembro de 2021. As lacunas com um traço representam que não foi possível identificar a presença de acesso ao catálogo.

De acordo com a pesquisa, 66,7% das 27 bibliotecas possuem um catálogo do acervo da biblioteca, o que configura dezoito (18) unidades institucionais. Já as que não possuem um catálogo constituem 33,3% do total, por conseguinte, 9 instituições. Devemos constatar que destas nove (9) unidades, duas (2) delas não possuem uma biblioteca, ou seja, não possui uma unidade com serviço de referência informacional. Além disso, dos sete tipos de catálogos utilizados, quatro são softwares proprietários, ou seja, são pagos e oferecem uma licença de compra e uso

de acesso. Dois deles são softwares livres, gratuitos e com código aberto, o que permite alterações de programação e um deles é um sistema próprio de criação da instituição.

Em outra análise, a soma dos valores dispensados anualmente pelos órgãos dos Ministérios Públicos Estaduais na contratação de bases de dados para bibliotecas é de R\$ 3.645.984,93, sendo 53% desse valor a somatória destinada a uma mesma base de dados que oferece pacotes de assinatura que poderiam ser integrados em uma mesma contratação de consórcio configurando economia dos recursos financeiros e contratuais (Periani, 2021). Esses dados representam alguns avanços e desafios das bibliotecas da instituição.

De acordo com os Relatórios de Gestão que estão disponíveis desde 2016, é possível verificar dados sobre a biblioteca dentro da instituição, a partir de 2017. Entre os anos de 2017 a 2019, a apresentação consiste apenas em evidenciar a quantidade de exemplares do acervo, a quantidade de empréstimos realizados e número de títulos adquiridos, de acordo com o Quadro 2 abaixo.

Quadro 2- Relatórios de Gestão sobre a biblioteca do MPE

BIBLIOTECA - RELATÓRIOS DE GESTÃO 2017-2019		
2017	2018	2019
4.290 exemplares	4.088 exemplares	4.140 exemplares (211 novos)
747 empréstimos	989 empréstimos	946 empréstimos
290 novos títulos adquiridos	241 novos títulos adquiridos	211 novos títulos impressos e 1.097 livros e 36 revistas digitais

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Relatórios de Gestão do MPES (2024).

Destaca-se que em 2019, os relatórios apontam que a Biblioteca adquiriu a assinatura da Biblioteca Digital Thomson Reuters Proview que na época contava com, aproximadamente, 1.097 títulos. Muito oportuno seria essa aquisição para o próximo ano de 2020 que viria com a pandemia da Covid 19, pois o período foi marcado por certa imprevisibilidade e por muito tempo, as instituições tiveram de repensar em como manter suas atividades funcionando à medida que os ambientes não podiam ser abertos ao público.

A partir daí, os relatórios exploram a quantidade de acessos e o aumento do acervo das bases digitais contratadas pela biblioteca entre os anos de 2020 a 2022. Apontam de maneira assertiva também o trabalho de referência realizado pela biblioteca com os atendimentos ao público de forma *online* ou agendamento presencial (de acordo com os protocolos de segurança periódicos da instituição).

Quanto às atividades culturais realizadas pela biblioteca, a única apontada nos relatórios é a do Treinamento: Biblioteca Digital Proview e Revista dos Tribunais *Online*, realizado pelo Serviço de Eventos do CEAF.

A biblioteca conta com uma equipe de: 1(uma) agente de apoio administrativo (consta no primeiro relatório de janeiro de 2014 disponível *online*), 1 (uma) bibliotecária desde setembro de 2014 e um estagiário.

5.5.1.3 Memorial

De acordo com pesquisa feita no *site* institucional do MPES, o Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Memp) foi criado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, por intermédio da Resolução n.º 007, de 15 de outubro de 2008 e também é integrado ao CEAF.

O Memp foi incluído na estrutura administrativa da instituição por meio da Lei Complementar n.º 565 de 2010, que alterou a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Lei Complementar n.º 95/97), com a finalidade de preservação da memória e fortalecimento da identidade institucional sob a coordenação de um membro ativo ou inativo designado pelo Procurador-Geral de Justiça, segundo Resolução n.º 003/2011.

Nos Relatórios de Gestão de 2017, o memorial promoveu o VII Simpósio Capixaba de Memória Institucional com o tema “História do Direito no Estado do Espírito Santo”, reunindo 83 pessoas, entre membros, servidores, colaboradores e profissionais e estudantes da área de ciências humanas, principalmente do curso de Direito, além de representantes de instituições públicas e privadas do estado. O evento continuou a ser promovido nos anos de 2018, 2019 e 2022.

Dentre as principais funções e atividades realizadas pelo MEMP, destacam-se a criação da Galeria dos Procuradores-Gerais de Justiça; Concurso de artigos científicos em 2014; a organização e pesquisa de acervo documental; o *Workshop* MPES Transparente em 2018 com o intuito de estreitar as relações entre o MPES e os veículos de comunicação do Espírito Santo; e o evento “Visita Institucional” com mais de 100 estudantes para ampliar o conhecimento do papel do MPES e as respectivas funções entre a sociedade como um todo; o Projeto de Memória Oral desde 2019, que produz conteúdo audiovisual com narrativas sobre a história do MPES contadas por ex e atuais membros da instituição, disponibilizando inclusive a entrevista em formato transcrito; os Simpósios Capixaba de Memória Institucional, além de produtos com registros para valorização da história do MP.

Como apresentado, o memorial capixaba realiza como unidade de referência, simpósios de discussões quanto à memória institucional, tratando sobre assuntos de gestão e tecnologia, além do próprio caráter permanente e de preservação da memória institucional.

Tanto os arquivos quanto os memoriais possuem relações no aspecto de formação do patrimônio arquivístico, gestão documental, preservação e mediação (Aldabalde, 2018), mas necessitam de uma melhor definição de suas funções dentro do órgão no que tange os produtos e serviços oferecidos aos usuários e comunidade em geral dentro das competências.

Todas as unidades dos 27 estados do MP Brasileiro possuem um memorial, de certa forma, no sentido de preservação e divulgação dos arquivos e história de cada unidade, apresentando uma consolidação no lugar de arquivos na instituição.

Durante as pesquisas, foi observado um esforço em unir ou fomentar o diálogo entre esses centros de informação quanto à gestão dessas unidades. O Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (COPLANAME), criado pelo CNMP, desenvolveu um Catálogo de Memoriais do Ministério Público Brasileiro⁸, apresentado em 2019. É um compilado extremamente rico sobre as informações de todos os Memoriais, incluindo suas ações, produções, espaço físico, recursos, horários de funcionamento, contato e composição de pessoal. Possibilitando inclusive uma análise dos pontos fortes e os

⁸ [Catálogo elaborado pelo CNMP](#), em 2019.

desafios de cada unidade, a produção tem o objetivo de

[...]contribuir para a difusão da cultura da preservação da história [...] fomentar o debate, despertar o espírito crítico, propiciar intercâmbio de experiências, atrair parcerias e aperfeiçoar o muito sensível tema de resguardo da trajetória institucional [...] estimulando que os espaços de memória de cada Parquet se revelem ambientes aptos à aferição e desenvolvimento da identidade institucional (CNMP, 2019, p6).

Pensando em uma proposta de atividades realizadas sob o olhar da gestão documental, foi pesquisado um pouco mais sobre como os outros MP Estaduais tratam essa questão de gestão arquivística e no que consiste em práticas de mediação digital, a título de exemplo, o Ministério Público do Rio de Janeiro e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apresentam avanços no âmbito do centro de memória, via Atom, quanto à busca de um acordo com os princípios arquivísticos, como é sugerido nas propostas da política da instituição.

5.6 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é uma entidade responsável pela fiscalização e controle administrativo, financeiro e disciplinar do Ministério Público brasileiro. Sua atuação é fundamental para garantir a eficiência e a transparência do Ministério Público, bem como para promover a defesa dos direitos e interesses da sociedade (CNMP, 2023).

O CNMP desempenha diversas funções e atribuições, visando fortalecer o Ministério Público e assegurar a sua atuação em conformidade com os princípios constitucionais. Entre as principais áreas de atuação do CNMP, destacam-se a fiscalização e controle, planejamento e gestão, capacitação e formação dos membros do MP e a defesa dos direitos e interesses da sociedade.

O CNMP é composto por diversos integrantes do MP Brasileiro e, portanto, foi considerado nesta pesquisa como parte fundamental para a implementação administrativa da Rede, por sua atuação nacional eficiente no desenvolvimento de trocas de mediação cultural no âmbito do MP. Mais a frente será abordado o encaminhamento do CNMP dentro deste projeto.

6 A MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NOS MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS

É possível levantar as proximidades conceituais da mediação entre a área do Direito e CI. Sob a ótica moderna da teoria do conflito, a área do Direito situa a área sob a Lei nº13.140 de 2015, ou Lei da Mediação, que “[...] dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública” (p.1).

O estudo da mediação no Direito ainda compreende as espirais de conflitos e algumas das vertentes trazem-na sob a ótica de uma oportunidade construtiva. Para além da resolução de conflitos e do consenso, entre os pontos destacados na espiral construtiva, surge a capacidade de estimular o desenvolvimento de soluções criativas, que permitam a compatibilização de interesses aparentemente contrapostos.

Segundo Tânia Santos (2018, p. 200), o objetivo procedimental da mediação, segundo a ótica do Direito, é “[...] intervir para facilitar, ou restabelecer a capacidade de diálogo sobre situações conflituosas entre pessoas, grupos ou organizações”, inclusive ser compreendida como saber disciplinar, o que é percebido, por exemplo, com comissões de mediação de instituições advocatícias.

Como vimos, a CI não compreende necessariamente a mediação como resolução de conflitos, mas sim, uma construção dos diferentes dentro de um ambiente.

Analisando os métodos sobre mediação na área do Direito, podemos levantar maior proximidade com o entendimento da CI, o modelo de negociação integrativa, levando em conta a alteridade e o holismo.

A sua ação não possui estrutura pré-definida, mas o seu papel é dar condições para o empoderamento e o reconhecimento mútuo das partes. Opera no nível linguístico, deve ser imparcial e não trabalha no nível da compreensão do conflito, buscando construir uma versão coerente.

Por parte da CI, a visão de Martins (2019) vai lembrar que Hegel estabelece essa categoria para colocar o conceito dos “contrários”. No Direito, a mediação é

encaminhada para a conciliação, para que os contrários cheguem a um acordo. Mas a mediação no campo da CI não é bem assim, pois também trata de conflitos culturais, históricos, de identidade, que não serão resolvidos rapidamente, mas que sim, vão criar possibilidades de gozo de direitos e também, a resolução de conflitos.

Nesse contexto, podemos colocar a parte requerida como a instituição, um arquivo, uma biblioteca, um memorial, espaço que representa aquele que detém, proprietário da cultura material, dos bens materiais, do acervo, dos documentos, custodiador e que, pela Lei 8.159 deve “dar a proteção especial aos documentos”. E a parte hipossuficiente é a população fragilizada, a maior parte da população, que não detém e tem necessidades de direitos informacionais e principalmente culturais.

Diferentemente da área do Direito, o mediador tem papel fundamental na promoção de trocas simbólicas e interações indispensáveis aos processos culturais de construção de sentidos. Assim como explorado no modelo triádico de Perrotti e Pieruccini (2014), os mediadores não são apenas intermediários, mas também atores de transformação cultural. Não é apenas um “transferidor” neutro de informações, mas sim uma categoria significativa na construção de sentido

A cultura que envolve uma instituição “[...] não é inata, e sim aprendida; suas distintas facetas estão inter-relacionadas; ela é compartilhada e de fato determina os limites dos distintos grupos. A cultura é o meio de comunicação do homem” (Hall, 1978). O autor entende como as transformações sociais, advindas da modernidade, produzem profundos efeitos na maneira pela qual o indivíduo se entende e é entendido socialmente, colocando a cultura e a sociedade no processo influência da identidade do indivíduo.

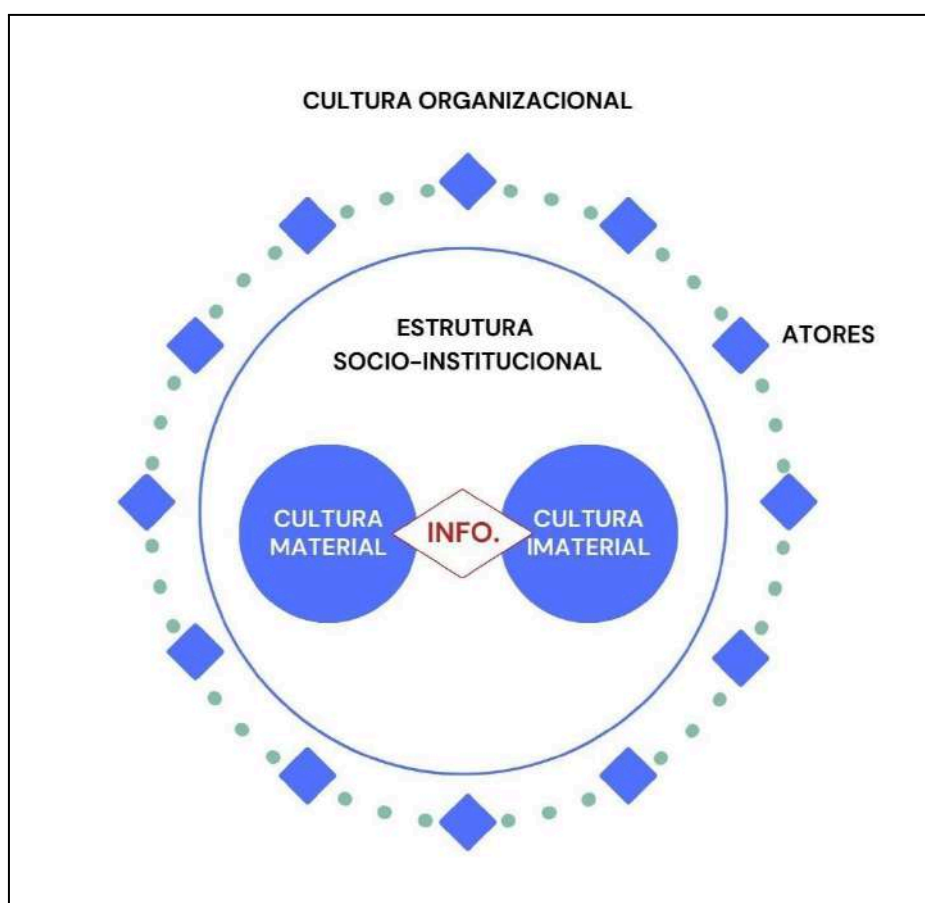
Aqui, o papel do mediador está inserido no âmbito da TAR-Teoria Ator-Rede (Latour, 2007), pois o ator é definido pelo papel que desempenha, sua atuação ativa e o impacto que tem em sua rede. A rede representa as interconexões entre os atores e essas conexões podem ocorrer em qualquer direção e estabelecer relações com base em similaridades ou outras relações.

A TAR enfatiza que os atores, sejam humanos ou não humanos, estão constantemente ligados a uma rede social de elementos materiais e imateriais. Assim como na Teoria Ator-Rede, buscar entender como as associações entre

atores humanos e não humanos ocorrem em contextos específicos e como essas associações contribuem para a construção do social é parte da proposta da criação da Rede de Unidades de Gestão da Informação dos MP Estaduais.

É nessa cultura que o ator de transformação cultural atua como mediador entre a instituição e os usuários, sejam estes internos ou externos, e vai influenciar no âmbito material e imaterial da cultura, ou seja, em todos os seus processos junto à informação (Figura 7).

Figura 7 - Modelo de Cultura Organizacional baseado na mediação dos atores



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Embora para a CI a imparcialidade total seja tema de debate na sua atuação, no contexto das redes, enquanto mediadores junto à instituição e os usuários, essa mediação ocorre em espaços transicionais de direito, onde o mediador atua como uma força legítima e fundamental, pois quando os mecanismos internos falham, o mediador entra em cena para facilitar a vinculação entre as partes, promovendo a

justiça e a eficácia no processo de mediação.

As instituições não existem para si mesmas, existem para beneficiar a sociedade, colocar em prática os direitos culturais, gerar visibilidade e valorização desses espaços, podendo ser uma prática conduzida a valores e motivos pragmáticos, cognitivos, estéticos, éticos e outros diversos valores culturais que muitas vezes não são vistos nos documentos e na prática, por parte da população. E esses podem ser alcançados pela mediação dos arquivos, bibliotecas e memoriais.

6.1 PESQUISA DE CAMPO COM OS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS: COLETA DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados das atividades desenvolvidas pelas unidades, foi utilizada a Tabela de funções, serviços e processos arquivísticos criado por Aldabalde (2019, p.27), que se aplica às unidades de Arquivo.

Entende-se este modelo como apropriado para a utilização metodológica dos arquivos, bibliotecas e memoriais dos MP Estaduais pois compreendeu-se inovadora a possibilidade de compreensão geral das atividades das três áreas da CI. Apesar do entendimento geral das atividades inerentes de cada uma delas, existem pontos de convergência e, após a análise da literatura, das atividades de cada unidade dos MPE e da tabela de funções, foram elaboradas perguntas adequadas à linguagem e procedimentos utilizados para os arquivos, bibliotecas e memoriais.

O universo da pesquisa engloba os 27 estados, 108 unidades de gestão da informação (arquivos, bibliotecas, memoriais e protocolos). Ainda foi enviado aos gestores do CEAF e/ou quaisquer outros setores de gestão da informação dos 27 estados, não sendo possível o cálculo exato destas, pois o direcionamento da pesquisa foi solicitado por meio da ouvidoria de cada órgão, de acordo com a existência ou não destas, não havendo retorno por *e-mail* de todas as ouvidorias. Ainda, durante as pesquisas, foi facultada a participação de uma das unidades de gestão do CNMP, localizada em Brasília, no qual houve participação.

Dos 26 estados do Brasil, mais o Distrito Federal, 13 estados participaram da

pesquisa (Figura 8), sendo a amostra constituída pelo total de 23 respondentes e 25 respostas sobre os setores⁹.

Figura 8 - Unidades estaduais participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2024).

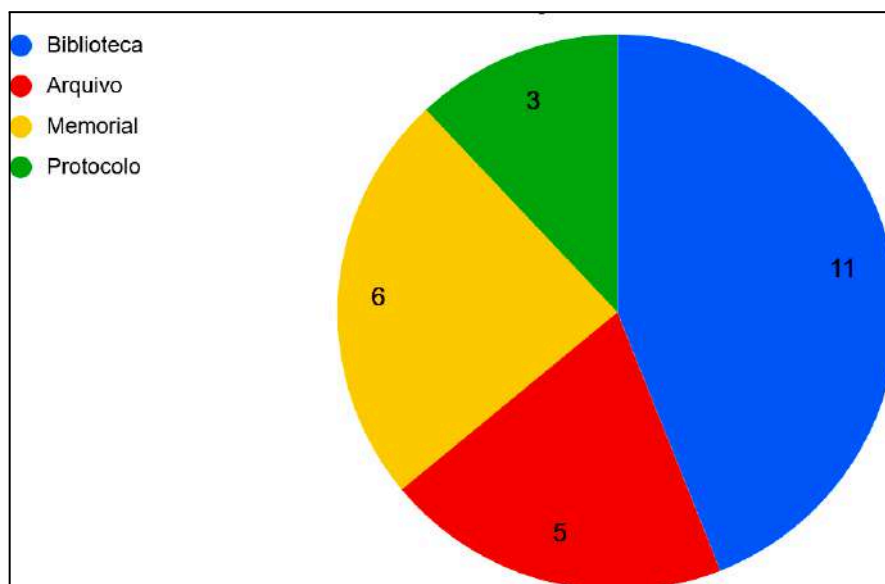
Todas as respostas foram enviadas pelas capitais de um destes estados. Sobre a autodeclaração da função profissional dos respondentes, é descrito: arquivista; bibliotecário; historiador; estagiário de biblioteca; técnico administrativo - Memorial; servidor público; Coordenadora da Diretoria de Informação e Conhecimento e; Chefe do Departamento de Memória Institucional. Três dos respondentes não identificaram sua função, mas atuam no setor do Protocolo. Dentre os participantes da pesquisa, 11 responderam pelo setor da biblioteca, 6 dos arquivos, 5 dos memoriais e 3 respondentes pelos setores de protocolo (Figura 9).

Com a intenção de alcançar mais de um profissional da mesma unidade, para identificar como suas percepções e conhecimentos poderiam interferir na análise

⁹ [Link de acesso para a pesquisa na íntegra.](#)

dos resultados, percebeu-se duas questões. A primeira era a necessidade de enviar aos diferentes cargos que trabalhavam nos setores, seja como gestão, administrativo, técnico ou estagiário.

Figura 9 - Tipos de unidades de gestão da informação participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa (2024).

A outra ideia vai ao encontro do objetivo de cooperação para sabermos em que medida as três unidades sabiam das atividades que as outras realizavam, ou seja, se o arquivo de um Estado saberia responder sobre alguma pergunta direcionada à biblioteca ou o memorial da sua própria instituição estadual.

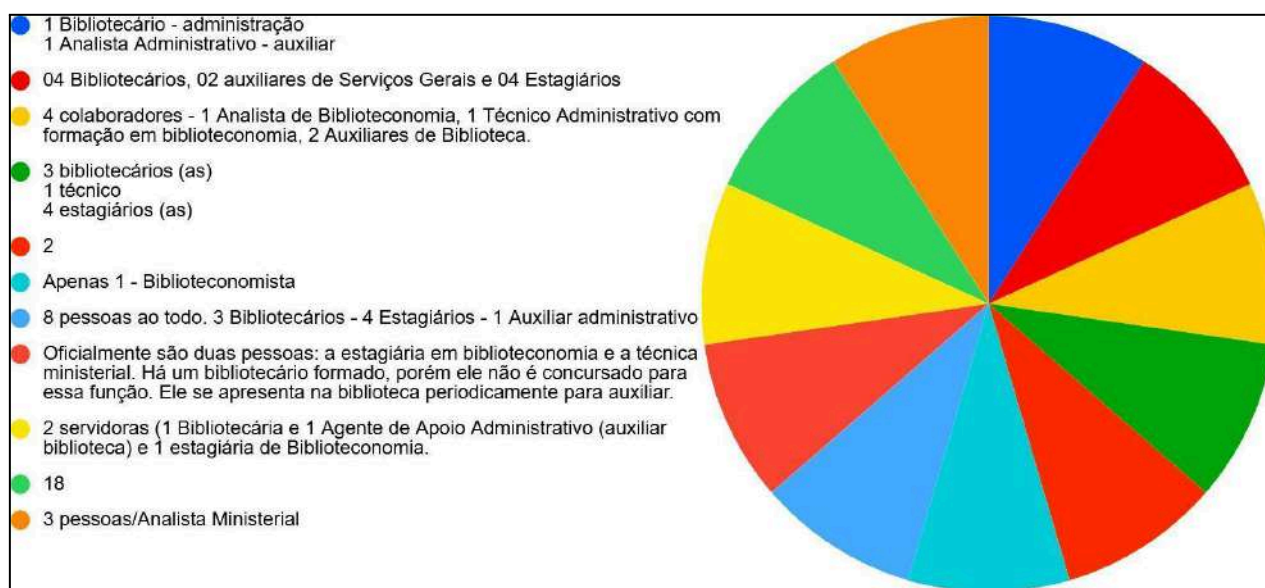
Foi identificado que a maioria não se dispôs ou, não sabia responder essas perguntas fora do seu âmbito e por esse efeito, as respostas não preenchidas ou quando o profissional optou por não responder sobre as demais unidades, foram desconsideradas na contagem dos resultados. Dois respondentes apresentaram a divergência de respostas de outras duas respostas(apontadas nos resultados abaixo). As respostas iguais respondidas por ambas unidades, convergimos em apenas uma resposta.

Para melhor compreensão dos dados, será dividido os resultados por unidade de gestão e posteriormente serão analisadas as respostas dos arquivos, bibliotecas e memoriais quando as perguntas baseadas na Tabela de Funções, Subfunções e atividades (Aldabalde, 2018), reelaborado e citado nesta pesquisa como “modelo de atividades”.

6.1.1 Bibliotecas

Para saber quantas pessoas atuam nas unidades, foi questionado sobre o número e perfil de profissionais (Figura 10). Ao todo, 11 pessoas responderam a pergunta.

Figura 10 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor da biblioteca e quais os cargos/funções



Fonte: dados da pesquisa (2024).

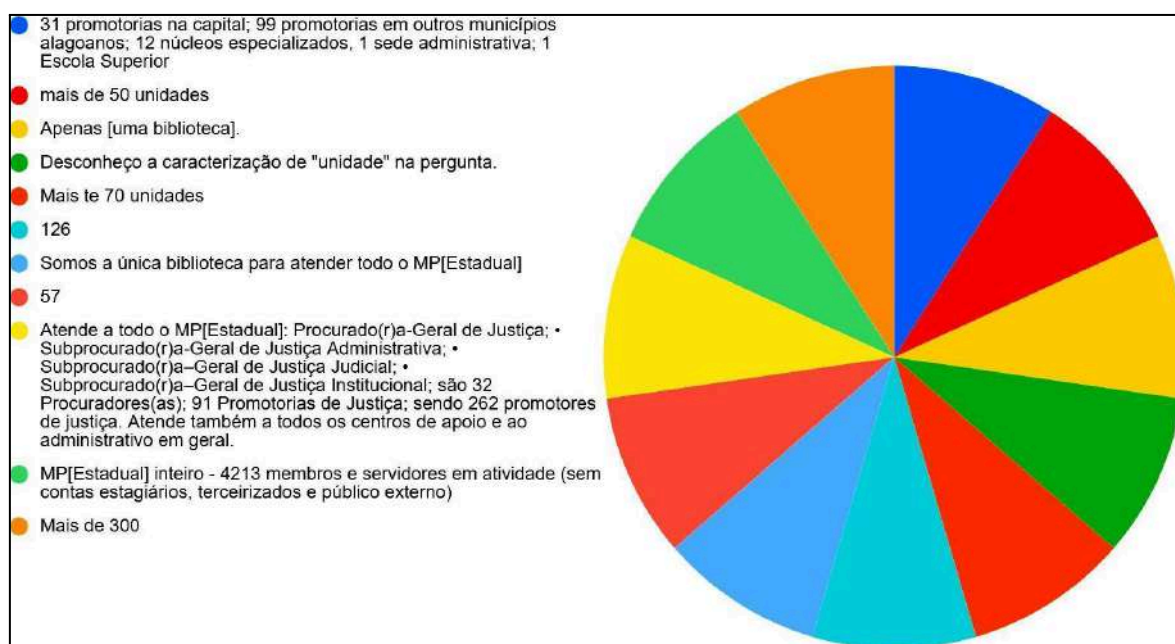
A existência de profissionais bibliotecários pode demonstrar a busca do órgão público em promover editais de concurso com cargos para profissionais qualificados para a função dentro das bibliotecas.

No entanto, ainda não é predominante a existência e número desses profissionais em todas as unidades e, conforme é possível notar nas respostas do formulário, não fica claro a existência de bibliotecários concursados para preencher o cargo.

Por si só, esse dado é definido como um problema geral das bibliotecas do MP, mas, também pode apontar como um alarme, já que a falta de um profissional concursado em tempo integral implica na ausência desse profissional como supervisor das atividades diárias da biblioteca, causando uma gestão precária de planejamento, execução e coordenação da unidade.

A próxima questão do formulário foi a respeito de quantas unidades do MP Estadual aquela unidade de gestão atendia (Figura 11). Dois dos respondentes não compreenderam a pergunta. A confusão pode se dever ao fator da unidade da biblioteca física estar apenas em uma localização do Estado. No entanto, a diretiva é que essas atendam a todas as unidades regionais e municipais dentro do Estado.

Figura 11 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de unidades do MP a biblioteca atende (contando com promotorias e procuradorias do Estado)



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Ainda, duas das respostas revelam uma divergência entre profissionais do mesmo setor da biblioteca. Enquanto um destaca o número de “57” unidades atendidas, o outro aponta “mais de 300”. Fazendo uma pesquisa no site da instituição, pode-se observar que a unidade contava com apenas uma biblioteca para atender 275 promotorias e 3 procuradorias.

Outra questão foi uma pergunta sobre quantas bibliotecas do MP Estadual existem no Estado: 8 unidades possuem 1 (uma) única biblioteca no Estado, e 1 unidade possui 3 ou mais bibliotecas para atender todo o Estado.

Foi possível constatar ainda, que 7 das bibliotecas não promovem ou promovem poucas práticas culturais e ou de mediação junto aos arquivos e memoriais da sua instituição (Figura 12). Existe um agravante quando consideramos o retorno de profissionais que desconhecem ou pouco conversam com essas outras

unidades de gestão da informação dentro do próprio prédio.

Figura 12 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto ao arquivo e/ou memorial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Foi apresentada uma lista para saber quais serviços a biblioteca realizava (Figura 13). As duas últimas respostas foram somadas à lista pelos profissionais. Essa pergunta foi feita para saber em que medida a biblioteca se aproximava das atividades do Modelo de atividades.

Figura 13 - Serviços realizados pela biblioteca



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nota-se a predominância total das atividades de atendimento ao público, presencial e online; os serviços de empréstimo, renovação e reserva; assinatura de bases de dados; acesso ao catálogo da biblioteca e o acesso à internet.

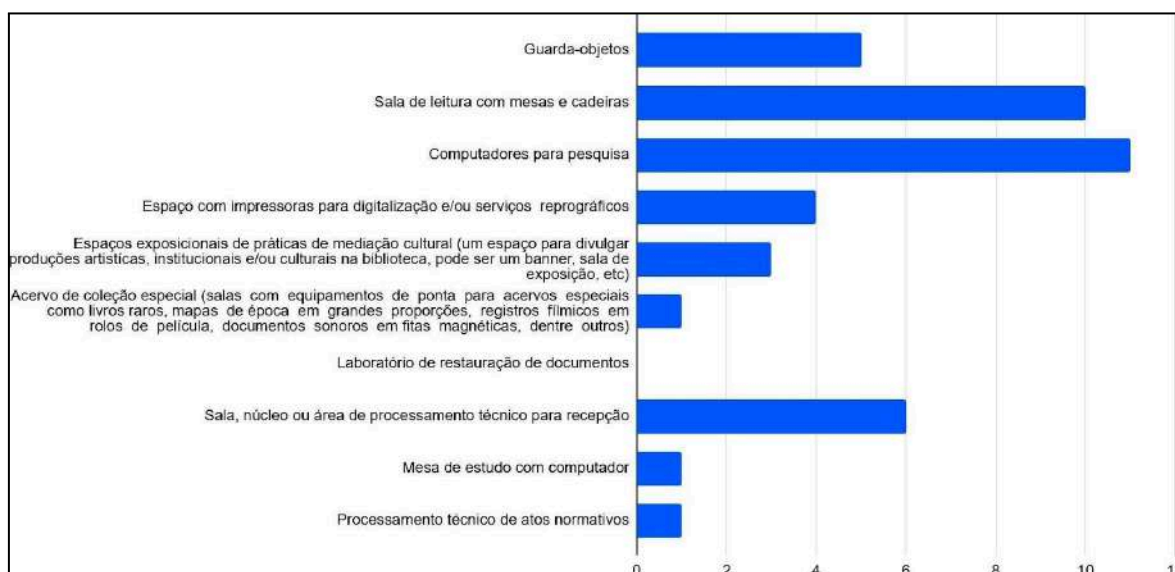
Apesar da maioria das unidades contarem com auxiliares administrativos, e cerca de 64% delas realizar o serviço de licitação de compra, outros serviços administrativos como relatório interno, criação de regimento, impressão e digitalização, processo de desbaste, gestão de todos os contratos da biblioteca, marketing e divulgação e relatórios de atividade no site não sobressaem na totalidade dos dados.

O resultado pode se dar devido a centralização de alguns serviços dentro do Ministério Público, direcionados a setores específicos, como na área do financeiro, protocolo, e comunicação.

No entanto, essa terceirização não deve implicar na ausência dos profissionais da biblioteca nas elaboração e ações desses processos, o que acarretaria no distanciamento das reais necessidades da biblioteca em se autogerar e aproximar os seus usuários.

Sobre a pergunta referente aos produtos e serviços disponíveis nas dependências das bibliotecas físicas (Figura 14); 11 delas possuíam computadores

Figura 14 - Produtos e serviços disponíveis na biblioteca

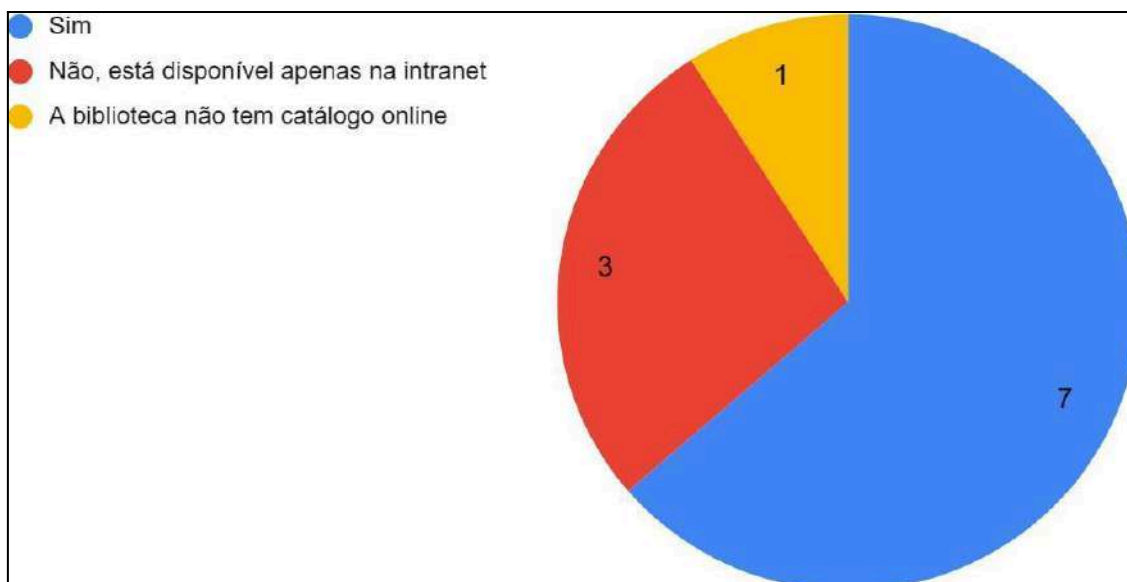


Fonte: dados da pesquisa (2024).

para pesquisa; seguida de 10 que possuíam sala de leitura; 6 tinham área de processamento técnico; 5 com guarda-objetos; 4 com impressoras; 3 com espaços expositivos; 1 (uma) delas conta com acervo de coleção especial; 1 (uma) com mesa de estudos e; 1 (uma) delas pontuou a prática de processamento técnico de atos normativos.

Sobre a acessibilidade aos catálogos das bibliotecas, foi questionado se eram disponibilizadas de forma online ao público e se havia alguma restrição de acesso (Figura 15). Sete (7) das 11 bibliotecas possuíam catálogo online aberto ao público, 3 delas estavam disponíveis ao público interno e; 1(uma) delas não possuía catálogo online, não sendo possível especificar se o catálogo era disponível fisicamente.

Figura 15 - Acessibilidade pública nos catálogos das bibliotecas



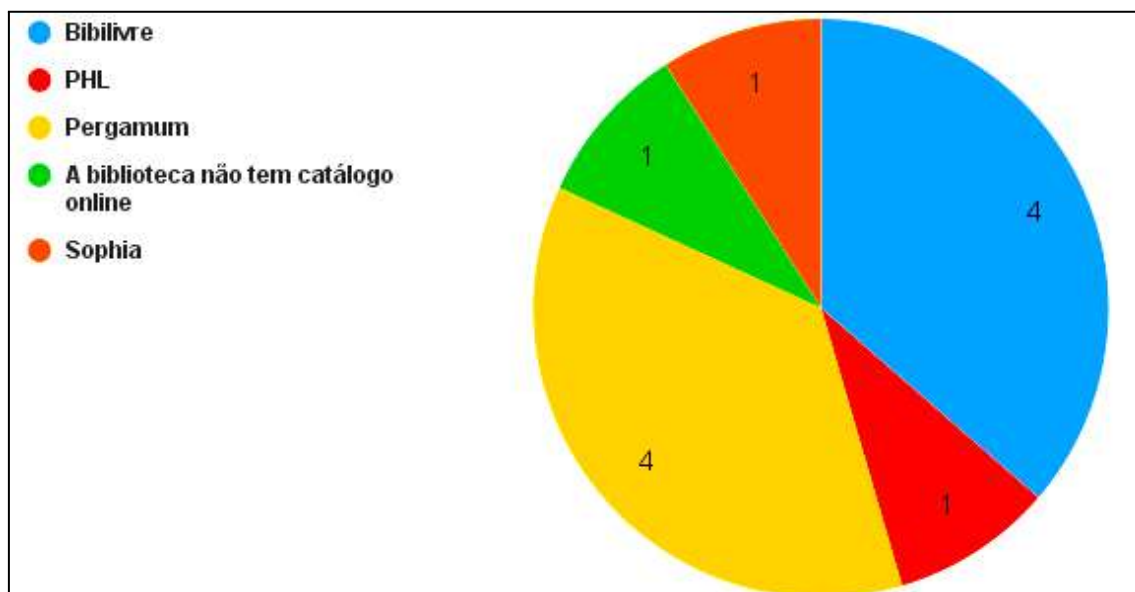
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Outra questão era sobre quais os softwares disponíveis para o acesso aos catálogos online (Figura 16). Quatro (4) das bibliotecas utilizavam o software de código aberto, o Biblivre; quatro (4) utilizavam o Pergamum, um software pago utilizado em muitas instituições do Brasil, inclusive em Redes de Bibliotecas.

Por fim, foi questionado sobre quais são as bases de dados de livros, artigos, normas e/ou processuais jurídicas assinadas semestralmente ou anualmente pelas bibliotecas (Figura 17). Os dados refletem semelhança com a pesquisa realizada em 2021 nos sites institucionais dos MP Estaduais, onde as três bases mais utilizadas segundo a pesquisa realizada por Periani (2021), também são a Fórum, a Proview e

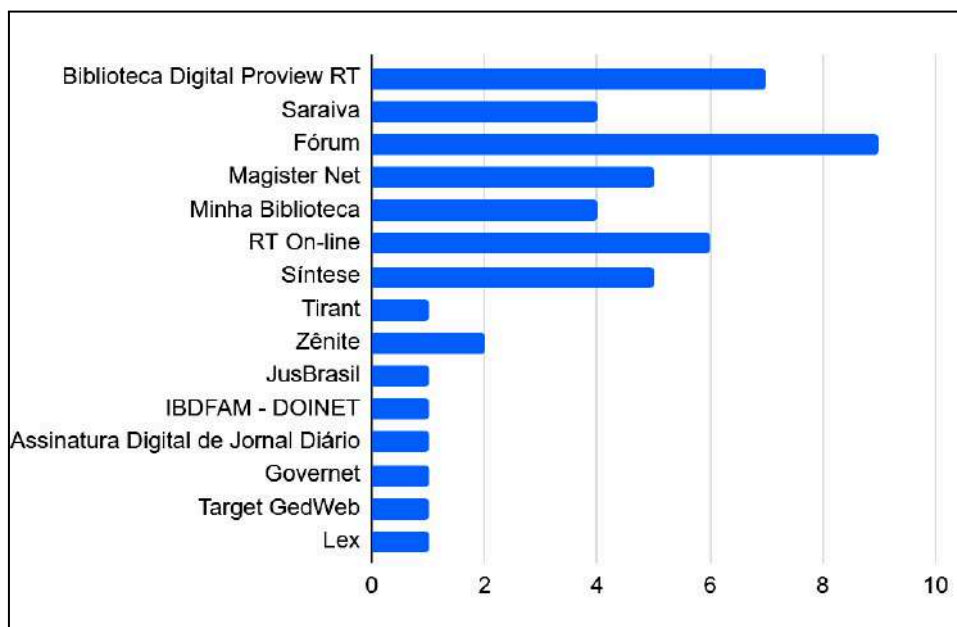
a RT Online.

Figura 16 - Softwares utilizados nos catálogos das bibliotecas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Figura 17 - Bases de dados utilizadas pelas bibliotecas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Segundo a pesquisa, a Fórum foi a que mais demandou recursos financeiros de contratação, configurando o valor total de R\$ 1.949.017,20 dos R\$ 3.645.984,93, o que representa 53% deste total, estando presente em treze (13) das unidades dos

MPE.

A segunda maior despesa vem da Plataforma RT Online, no valor de R\$ 730.892,84 em nove (9) unidades institucionais; seguido da Biblioteca Digital Proview (R\$ 505.641,22) em nove (9) unidades (p.58).

Vemos aqui um padrão se repetindo em um intervalo de 3 anos, o que reflete a importância da justificativa da pesquisa anterior em implementar um consórcio entre as bibliotecas para compartilhar esses recursos e diminuir os gastos públicos.

6.1.2 Arquivos

Participaram desta pesquisa 6 profissionais do setor de Arquivo. Foram questionados acerca da quantidade de pessoas e cargos/funções (Figura 18) e quantas unidades do MP Estadual atendia (Figura 19). Foi possível identificar a presença dos profissionais arquivistas.

Figura 18 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor do arquivo e quais os cargos/funções



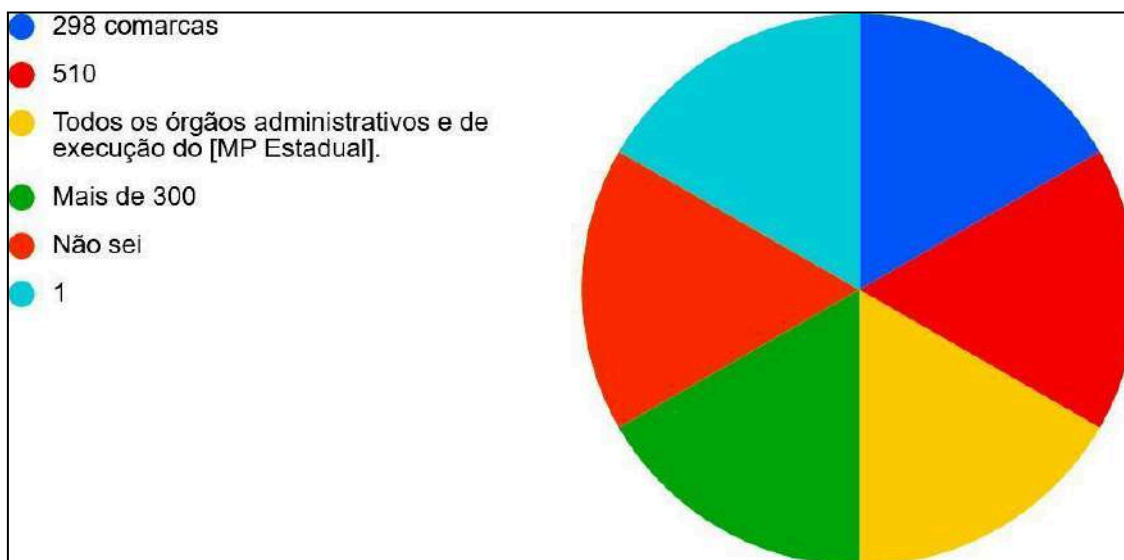
Fonte: dados da pesquisa (2024).

A falta de uma definição dos profissionais arquivistas concursados levanta a hipótese dessa influência na mediação cultural e da informação nos arquivos, ainda que este não fosse o objetivo da pergunta.

Quanto à quantidade de arquivos que existem em cada um dos Estados no qual os respondentes atuam, o total foi de 6 respostas, sendo 4 respostas “três ou

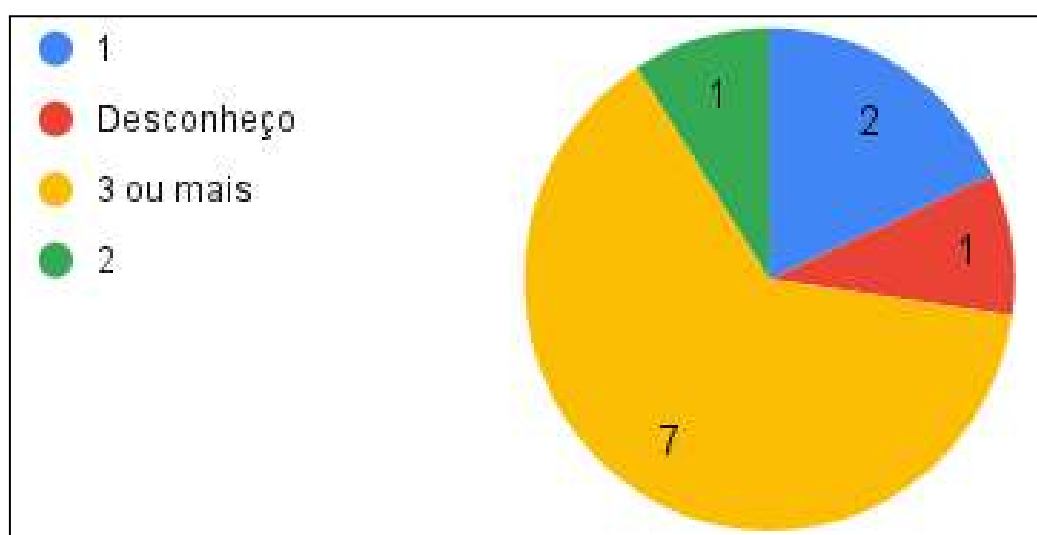
mais unidades”, 1 resposta “uma unidade” e 1, o profissional não soube informar (Figura 20).

Figura 19 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de unidades do MP o arquivo atende (contando com promotorias e procuradorias do Estado)



Fonte: dados da pesquisa (2024).

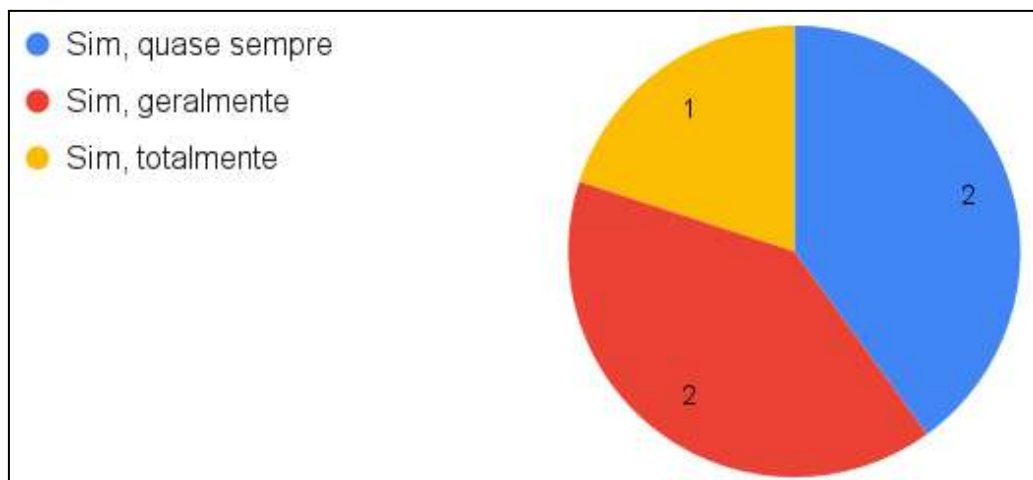
Figura 20 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de arquivos do MP no seu Estado (contando com arquivos nas promotorias regionais)



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Se o arquivo atendia a Lei 8.159/91 - Lei de Arquivos e a legislação arquivística, as respostas foram: (1) - Totalmente; (2) - Sim, geralmente; (2) - Sim, quase sempre; (1) - Não houve resposta (Figura 21).

Figura 21 - Resposta dos participantes sobre o arquivo e se atende a Lei 8.159/91 - Lei de Arquivos e a legislação arquivística?



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Sobre o arquivo promover práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou memorial da instituição, os resultados apresentaram respostas diversas de compreensão, sendo contabilizadas 7 respostas, inclusive de outros setores, acerca das suas percepções do papel do Arquivo (Figura 22).

Figura 22 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou memorial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Conforme notou-se na coleta dos dados e na observação das atividades e práticas desenvolvidas pelas unidades, nota-se uma maior proximidade dos arquivos

juntos aos memoriais, o que pode indicar a possibilidade de existência e/ou necessidade da rede. Três dos respondentes disseram não existir práticas culturais e/ou de mediação com as bibliotecas e memoriais.

Uma pergunta técnica sobre as bases de dados e suas características (se relacional ou orientado a objetos), apresentaram poucos resultados (Figura 23). Foi possível verificar certo desconhecimento por essa parte técnica.

Figura 23 - Resposta dos participantes sobre a bases de dados de gestão documental e/ou arquivística



Fonte: dados da pesquisa (2024).

É compreensível à medida que nem todas as instituições dos MP Estaduais inserem o profissional arquivista no planejamento, criação, implementação e/ou desenvolvimento das bases de dados. Por vezes falta ainda, a capacitação por parte desses profissionais em dialogar com os profissionais de TI sobre o assunto.

Nesta pergunta foi ainda questionado se a base segue o Modelo Conceitual de Entidade-Relacionamento¹⁰, como foi apresentado aos participantes da pesquisa é de conhecimento técnico da área. Uma das respostas que definiu “Excel”, diverge com a resposta dada pela profissional especialista da área, que respondeu a

¹⁰ É uma orientação técnica, elaborada pela Conarq, sobre a estruturação de banco de dados na implementação de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Acesso em: [Microsoft Word - MER_eARQ_public.doc \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mjbr/pt-br/assuntos/arquivos/microsoft-word-mer-e-arq-public.doc).

pergunta como “Base Relacional”.

As bases de dados arquivísticas são sistemas de armazenamento de informações que têm como objetivo principal preservar e gerenciar documentos e registros de valor histórico, cultural ou legal.

As bases de dados relacionais possuem uma estrutura onde os dados são organizados em tabelas. As tabelas são relacionadas entre si por meio de chaves primárias e chaves estrangeiras. Uma base de dados que utiliza o modelo relacional, é baseado na teoria dos conjuntos e na álgebra relacional.

A manipulação dos dados é feita por meio de uma linguagem de consulta estruturada, como SQL (Structured Query Language), por exemplo. Esse tipo de base de dados facilita a consulta e manipulação dos dados e a integridade dos dados é garantida por restrições e relacionamentos, suporte a transações e concorrência.

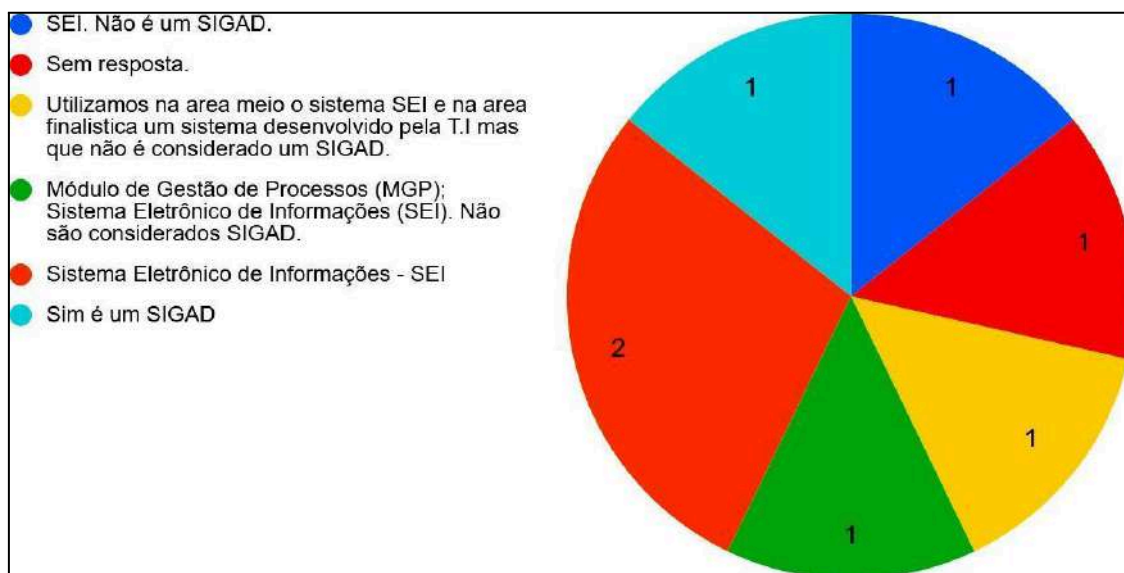
Já as bases de dados orientadas por objetos são estruturadas por objetos, que são instâncias de classes. Cada objeto possui atributos e métodos, representando tanto os dados quanto o comportamento. O modelo orientado por objetos é baseado nos conceitos de encapsulamento, herança e polimorfismo, e a manipulação de dados é feita por uma linguagem de programação orientada por objetos, como Java ou C#. Traz uma representação mais fiel ao mundo real, flexibilidade na estrutura dos dados, reutilização de código e comportamento.

Sobre os sistemas de produção, tramitação e gerenciamento de informações utilizados, a maioria utiliza o SEI ou outro sistema (Figura 24). Verificou-se que há um entendimento dos profissionais de que a maior parte dos sistemas utilizados não podem ser considerados um SIGAD (Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos) visto que este possui características específicas para gerenciar e controlar documentos ao longo de seu ciclo de vida, garantindo a organização, acesso e preservação adequados dos registros.

Verificou-se que há um entendimento dos profissionais de que a maior parte dos sistemas utilizados não podem ser considerados um SIGAD (Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos) visto que este possui características específicas para gerenciar e controlar documentos ao longo de seu ciclo de vida, garantindo a

organização, acesso e preservação adequados dos registros.

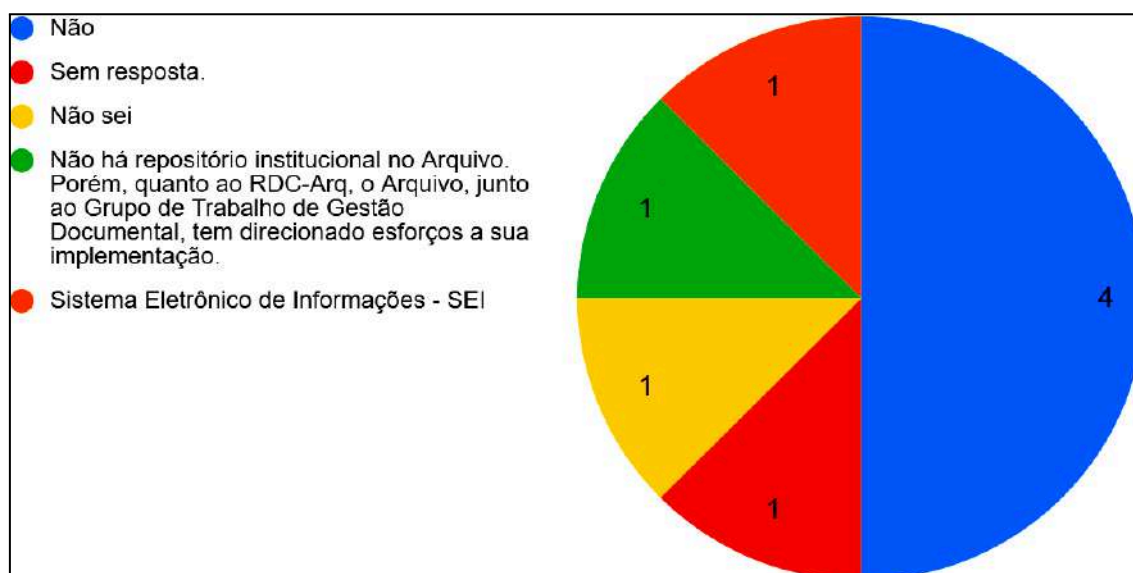
Figura 24 - Resposta dos participantes sobre os sistemas de tramitação e gerenciamento de documentos



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Foi questionado ainda sobre a existência de repositórios institucionais (Figura 25).

Figura 25 - Resposta dos participantes sobre a existência de repositórios institucionais e RDC Arq



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Um repositório institucional serve para gerenciar, preservar e disponibilizar documentos arquivísticos de forma organizada e acessível. Deve principalmente,

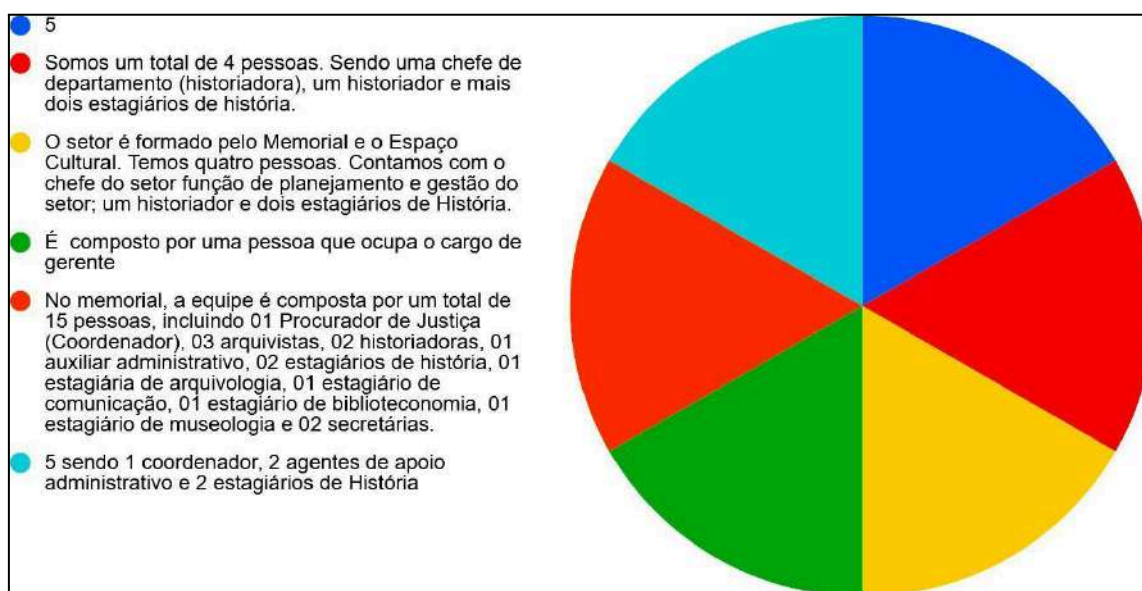
atender às Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais (RDC Arq.), documento elaborado pela CONARQ.

À medida que são elaborados e gerenciados por profissionais arquivísticas, esses repositórios institucionais podem ainda se concentrar na gestão e disseminação de produção de documentos, oferecendo acessibilidade aos documentos de valor histórico, administrativo e legal produzidos e recebidos pela instituição ao longo do tempo.

6.1.3 Memorial

O memorial contou com 7 participantes do setor (Figura 26), um deles para enfatizar a inexistência de um memorial, o que converge com o que é citado no Catálogo de Memoriais do CNMP onde consta que desde 2019, a criação ainda está em fase de estruturação. O participante faz parte do setor de arquivo.

Figura 26 - Resposta dos participantes sobre a quantidade de pessoas que trabalham no setor do memorial e quais os cargos/funções



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Sobre quantas unidades do MP cada Memorial atende, contando procuradorias e promotorias municipais do seu Estado: (1) 4213 membros e servidores ativos, além dos inativos, estagiários, terceirizados e público externo; (1)

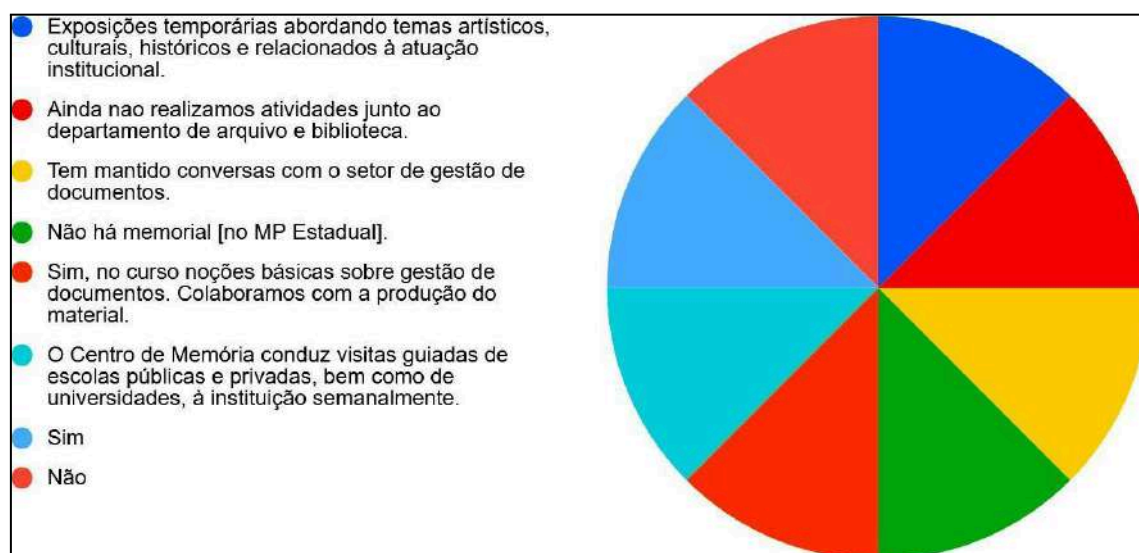
510 unidades; (2) Todo o MP Estadual; (1) 1 unidade. Dois dos participantes não responderam a pergunta. Sobre o número Memoriais do MP em cada Estado, contando com memoriais nas promotorias regionais: (5) Uma unidade; (2) Nenhum.

Também foi perguntado se o memorial promovia práticas culturais e/ou de mediação junto a biblioteca ou arquivo (Figura 27) e como era realizado a expografia do memorial (Figura 28).

Aqui novamente é evidenciado a proximidade das unidades de gestão dos arquivos junto aos memoriais e como o memorial ganhou uma identidade muito própria através das suas ações de expografia, o que se acredita ter sido impulsionada pela criação da Portaria que a instituiu.

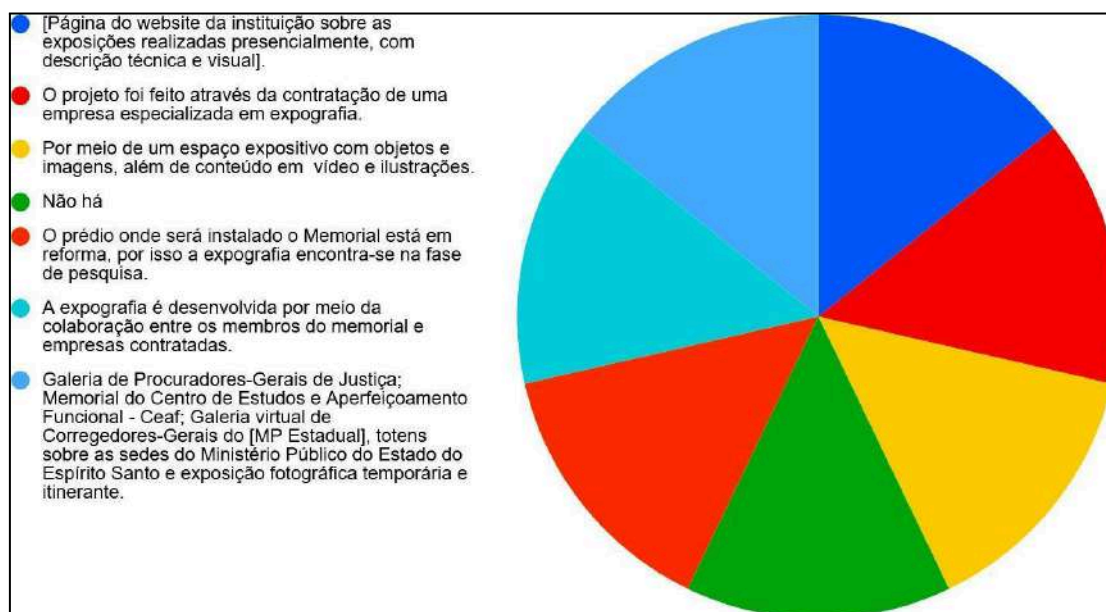
Apesar da aparente proximidade com os arquivos, dois dos respondentes não identificaram práticas junto às outras unidades e, duas delas, não identificaram quais seriam essas práticas junto à biblioteca e/ou memorial.

Figura 27 - Resposta dos participantes sobre a promoção de práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou arquivo



Ou seja, não foi possível chegar a um consenso sobre a relação estrita entre eles junto ao memorial, sendo melhor investigado nas próximas perguntas do formulário.

Figura 28 - Resposta dos participantes sobre realização de expografia do memorial



Fonte: dados da pesquisa (2024).

6.1.4 Protocolos

Três participantes na pesquisa trabalhavam no setor de protocolo. Foi possível identificar algumas das atividades, bem como seu funcionamento.

Apesar de possuírem atividades fundamentalmente administrativas como expedição e tramitação documental, parece haver convergência entre as atividades de gestão documental do Arquivo, o que sugeriu uma observação crítica sobre o papel dos arquivos junto ao setor de protocolo (Quadro 3). As respostas foram apresentadas conforme a resposta de cada respondente, apresentadas pela sigla R1, R2 e R3.

Algumas nomenclaturas das atividades descritas pela literatura fogem um pouco do conhecimento prático dos profissionais. Mesmo com a explicação destas nomenclaturas na aplicação do questionário e do formulário, é possível que falte compreensão entre as atividades de caráter técnico administrativo e os de caráter arquivístico, entre os profissionais para fomentar a interlocução entre a academia e o profissional do mercado de trabalho.

Foi verificado, segundo as respostas, que um dos MP Estaduais (R2) trabalha em conjunto com o Protocolo, o que parece dinamizar as atividades arquivísticas

frente aos processos administrativos de toda a instituição estadual.

Os setores de protocolo foram incluídos nos dados por representar forte presença dentro das instituições, o que nos permite refletir e questionar de que maneira, os arquivos tem se constituído dentro dos MP Estaduais e como podem colaborar nas práticas desenvolvidas pelos arquivos. Também cabe o questionamento do motivo pelo qual esses setores de protocolo não existem acoplados ou dissolvidos em uma única unidade de gestão, o arquivo.

É claro que a proposta não é fechar estes setores com uma justificativa econômica, mas de pensar nos profissionais em suas necessidades, suas técnicas e funções, de como é possível desburocratizar alguns processos e impulsionar uma melhor gestão de criação, tramitação, controle e difusão arquivística.

Quadro 3 - Formulário de respostas dos participantes do setor de protocolo dos MPE

PERGUNTAS DO FORMULÁRIO	RESPOSTAS
P13- Descreva quantas pessoas trabalham no setor de arquivo/protocolo e quais os cargos/funções.	R1- 4 (quatro) servidores, 3 (três) auxiliares administrativos terceirizados e 2 (dois) recepcionistas terceirizados
	R2- Exerço a função de diretor da Diretoria de Comunicação e Arquivo (DCA), que tem 04 servidores. Subordinada à diretoria estão a Gerência de Arquivo (GEARQ) e a Gerência de Comunicação (GECOM). A GEARQ é responsável pelo Arquivo Central do MP[Estadual], possui 07 servidores, e a GECOM conta com 30 servidores. A GECOM é responsável pelos serviços do Protocolo-Geral, Correspondência e Malote, entre outros.
	R3- 4 pessoas: 01 Técnico Ministerial 02 Auxiliares de apoio administrativo 01 Estagiário
P14- Quantas unidades do MP o seu arquivo/protocolo atende? (contando procuradorias e promotorias municipais do seu Estado)	R1- Atendemos todas as Promotorias, Procuradorias, Órgãos e Unidades Ministeriais do MP[Estadual]. Mais especificamente, o contato direto se dá com as Procuradorias, Promotorias e Unidades da Capital, pois as unidades do interior funcionam com atendimento individualizado.
	R2- [Todo o MP Estadual]
P15- No seu Estado, quantos	R1- 3 ou mais

arquivos/protocolo do MP existem (contando com arquivos nas promotorias regionais)?	R2- 2
P16- Sua unidade atende a Lei 8.159/91 - Lei de Arquivos e a legislação arquivística?	R1- Não sei
	R2- Sim, quase sempre
	R3- Não, nunca atendeu
P17- O arquivo/protocolo promove práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou memorial da instituição? Descreva em poucas palavras.	R1- Temos a função apenas de Protocolo e Expedição.
	R2- Eventualmente, junto ao Centro de Memória.R2-
	R3- Protocolo não exerce esta função
P18- Qual é a base de dados utilizada pelo Arquivo ou Protocolo? É relacional ou orientada a objetos? Segue o Modelo Conceitual de Entidade-Relacionamento para bases de dados, conforme, orientado pelo Conselho Nacional de Arquivos	R1- Não sei
	R2- Utiliza-se o sistema Módulo de Gestão de Processos (MGP), desenvolvido internamente, e o sistema SEI para o tratamento das demandas administrativas e finalísticas. São sistemas relacionais.
	R3- Não possui
P19- Qual é o sistema de produção, tramitação e gerenciamento de informações utilizado pelo Arquivo ou Protocolo? É um SIGAD?	R1- SEI [Sistema Eletrônico de Informações], SIM[Sistema Integrado], ARQUIMEDES e planilhas próprias. Não sei se é um SIGAD. A classificação dos documentos segue a taxonomia do Ministério Público e utilizamos a tabela de temporalidade para documentos físicos e aplicamos nos digitais.
	R2- Os sistemas informados ainda não possuem todos os requisitos de um SIGAD.
	[Dois sistemas internos de tramitação]
P20- Existe um repositório institucional? Se sim, qual? É um RDC Arq?	R1- Não sei
	R2- Não
	R3- Não
P27- Quanto ao Processamento Técnico, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação:	R1- Ordenação e planejamento de acondicionamento; Realização de atividades técnico-administrativas; Tabelas Unificadas do Ministério Público
	R2- Realização de atividades técnico-administrativas
P28- Quanto à Comunicação/difusão, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação:	R1- Digitalização; Serviços reprográficos
	R2- Digitalização; Treinamentos
P29- Quanto à Mediação, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação:	R1- Concepção, elaboração e execução de mediação da informação junto ao pessoal interno; Concepção, elaboração e execução de mediação da informação junto ao pessoal externo; Concepção, elaboração e execução de mediação digital junto ao pessoal interno; Concepção, elaboração e execução de mediação digital junto ao pessoal externo; Rede de compartilhamento de informações, conhecimento, cultura e/ou recursos informacionais; Diálogo com os usuários; Produção de

	informações sobre o acervo para utilização; Outras práticas de mediação humana (entrevistas presenciais, serviço de atendimento/acolhimento/inclusão, etc); Rede de mediadores culturais e da informação
P30- Qual o espaço de mediação digital culturais adotado?	R1- Não possui
	R2- Não possui
	R3- Não possui
P31- Quanto à Preservação, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação:	R1- Elaboração de plano de segurança; Higienização; Conservação preventiva; Desinfestação; Controle do ambiente
P32- Quanto à Gestão de serviços, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação:	R1- Gestão de contratos; Gestão de qualidade na digitalização
	R2- Gestão da DCA e unidades subordinadas, observadas as diretrizes institucionais.
	R3- Gestão de recursos humanos; Gestão de qualidade na digitalização; Gestão das estruturas e do funcionamento
P33- Sua unidade tem contato com outro(s) arquivo(s)/biblioteca(s)/memorial(ais) dos MP Estaduais? Se sim, quantos? Descreva essa relação.	R1- Não
	R2- Não
	R3- Não

Fonte: elaborado pela autora (2024).

6.1.5 As três unidades

A apresentação dos resultados a seguir advém das perguntas baseadas no modelo de atividades, sendo apresentado de forma conjunta, ou seja, das respostas sobre os arquivos, bibliotecas e memoriais, assim como os do setores de protocolos, já apresentados anteriormente no Quadro 3.

Buscou-se compreender, em que medida essas atividades eram desenvolvidas por cada uma das três unidades e, em que medida, elas convergiam na realização de uma mesma ação ou atividade.

Esse cálculo foi feito a partir da contagem do total de perguntas em cada categoria (Processamento Técnico, Comunicação/Difusão, Mediação, Preservação e Gestão) e da relação entre o total de cada unidade que respondia afirmativamente realizar aquela atividade.

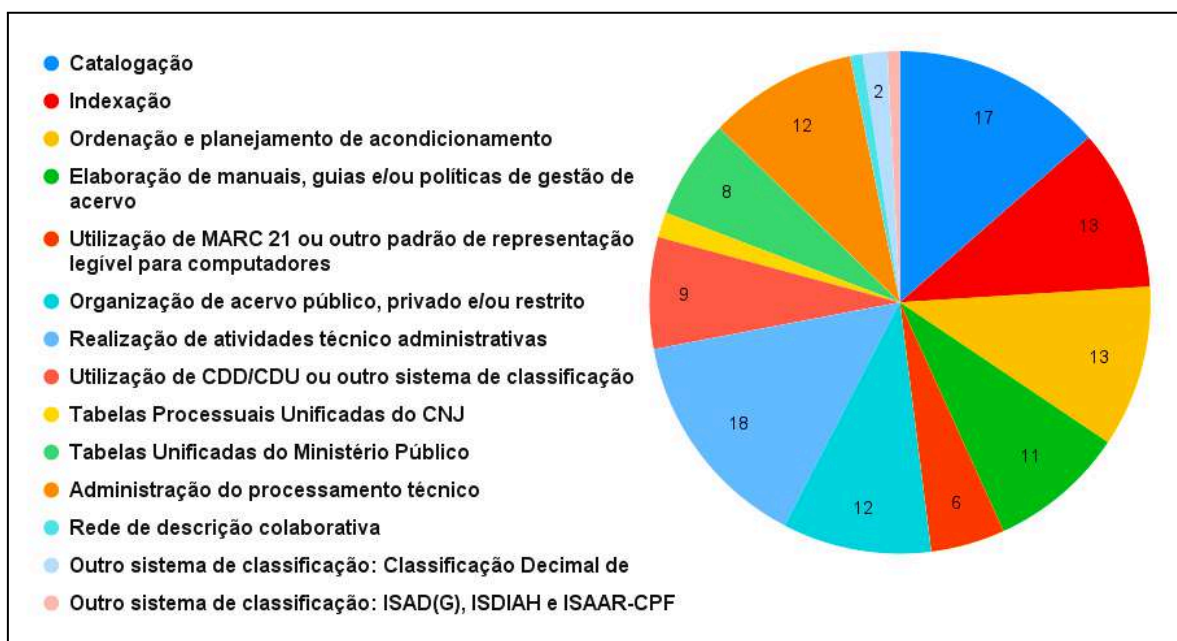
Foram consideradas as 23 respostas dos profissionais do seu respectivo

setor, sendo que 4 são sobre os arquivos, 11 respostas são das bibliotecas, 5 são referentes ao memorial e 3 respostas sobre os setores de protocolo.

Na compreensão de que, as atividades desenvolvidas pelos protocolos deveriam se tornar um setor conjunto dos setores de arquivos, as respostas desse setor foram consideradas parte do setor de “Arquivo” nos resultados para avaliação dos dados.

Sobre o processamento técnico, foi solicitado a resposta das atividades inerentes de cada área e as ferramentas utilizadas (Figura 29). Das doze atividades listadas, houve uma convergência de 75% entre arquivo e biblioteca, 33% entre arquivo e memorial, e 42% entre biblioteca e memorial, conforme o Gráfico 1. As respostas classificadas como “Outro sistema de classificação” foram agregadas ao resultado da pergunta “Utilização de CDD/CDU [ou outro sistema de classificação]”.

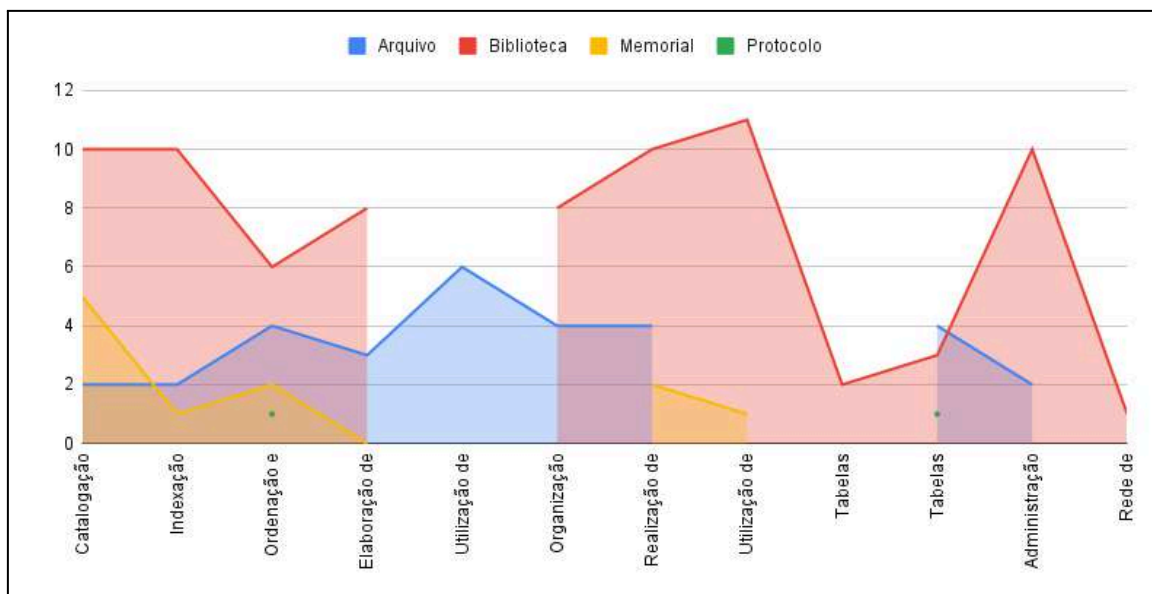
Figura 29 - Processamento Técnico das unidades de gestão da informação dos MPE - atividades desenvolvidas e suas ferramentas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Sobre as técnicas, produtos, serviços e atividades relativos a Comunicação/Difusão, por parte dos setores (Figura 30), verificou-se a convergência

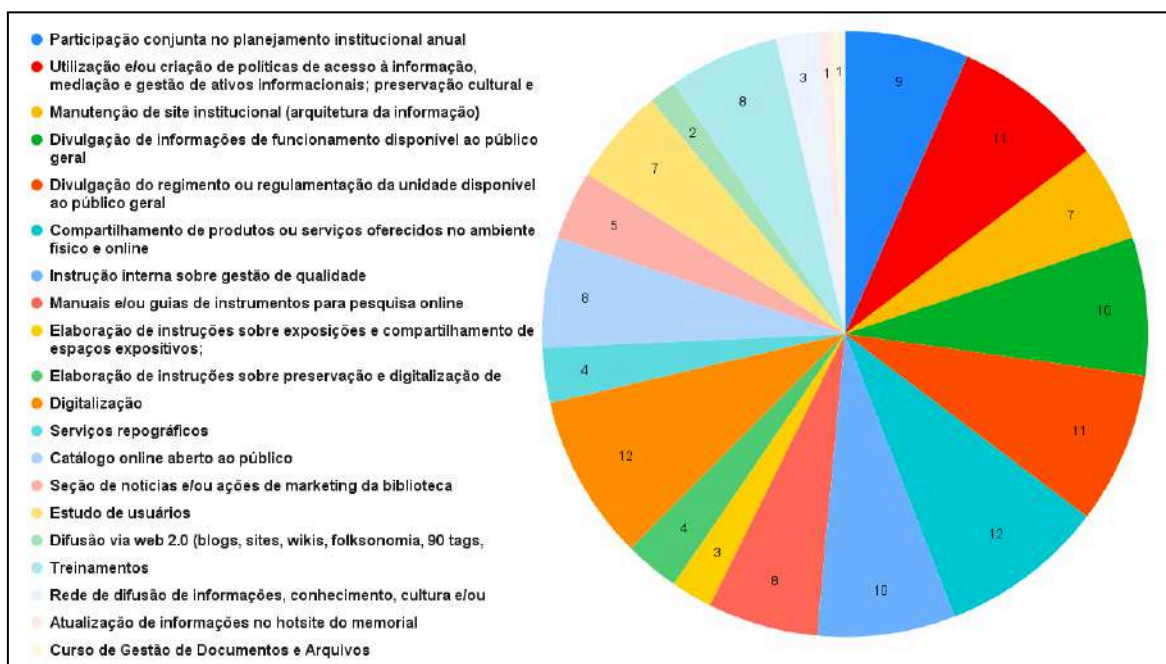
Gráfico 1 - Processamento Técnico das unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades



Fonte: dados da pesquisa (2024).

de 48% entre arquivo e biblioteca, 43% entre arquivo e memorial e 57% entre biblioteca e memorial, do total das vinte e uma atividades listadas (Gráfico 2).

Figura 30 - Comunicação/difusão das unidades de gestão da informação dos MPE - atividades desenvolvidas e suas ferramentas



Fonte: dados da pesquisa (2024).

■ Arquivo ■ Biblioteca ■ Memorial ■ Protocolo

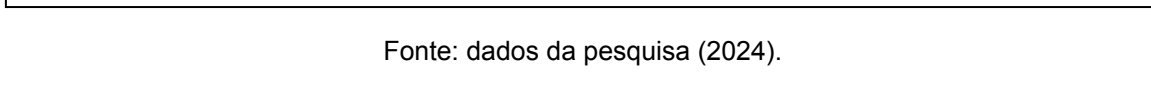


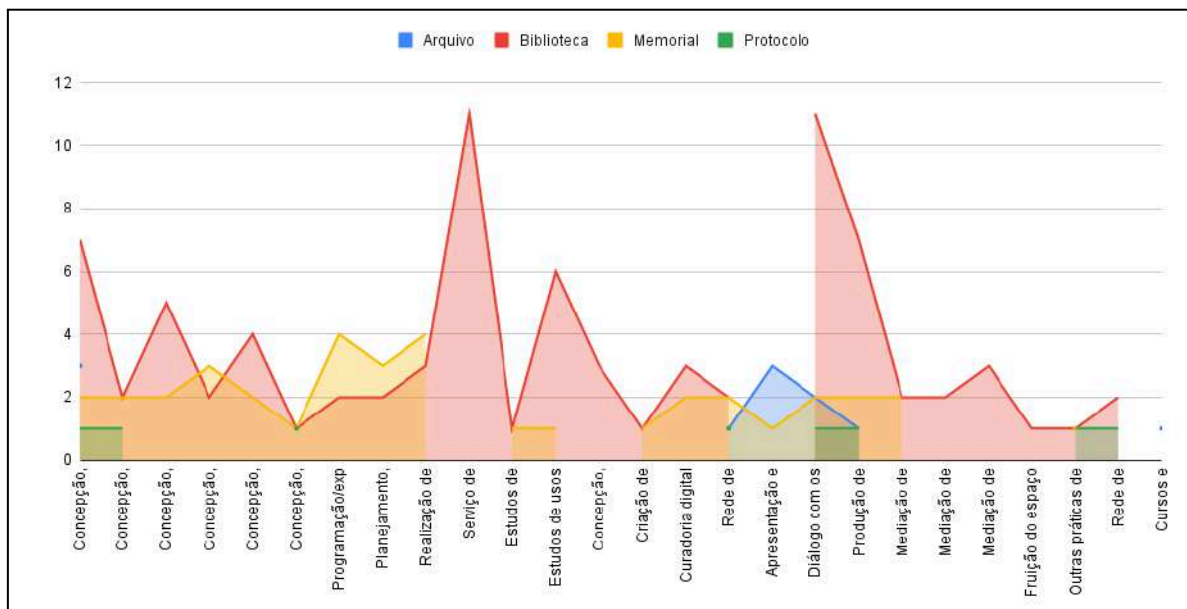
Figura 31 - Atividades de mediação das unidades de gestão da informação dos MPE

● Concepção, elaboração e execução de mediação da informação junto ao pessoal interno



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Gráfico 3 - Mediação nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Foi incluído uma resposta livre de um respondente acerca de cursos sobre preservação ao público interno e, decidimos manter a categoria dentro do enquadramento mediação. A outra pergunta referia-se aos espaços de mediação cultural (Figura 32).

Figura 32 - Resposta dos participantes: espaços digitais de mediação cultural das unidades de gestão da informação dos MPE



Fonte: dados da pesquisa (2024).

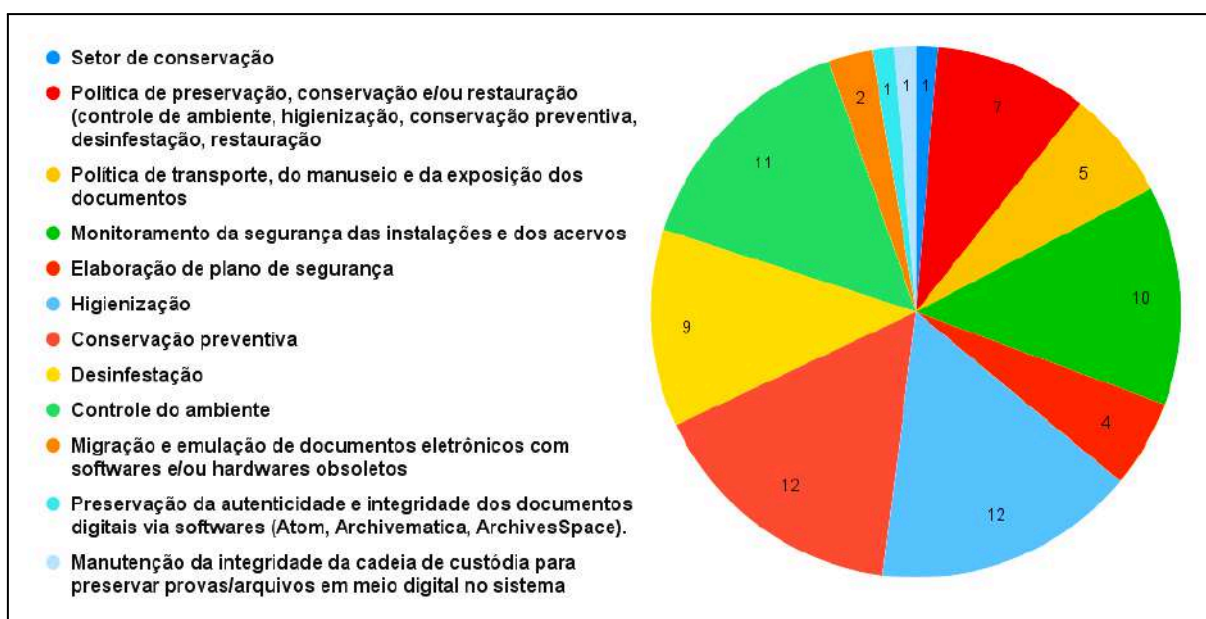
A pergunta contava com uma imagem de anexo sobre o conceito perguntado, baseado na explicação oferecida sobre o termo “mediação cultural” da pergunta anterior.

Apesar da maioria não utilizar espaços digitais de mediação cultural, ainda houve uma grande incidência de espaços que estão sendo ou ainda serão utilizados, como o *Archieve-it*, *D Space*, *Tainacan* e o *Atom*.

O site institucional, bem como os catálogos digitais, podem configurar espaços de mediação digital, no entanto, estão mais próximos das características de mediação da informação do que da mediação cultural.

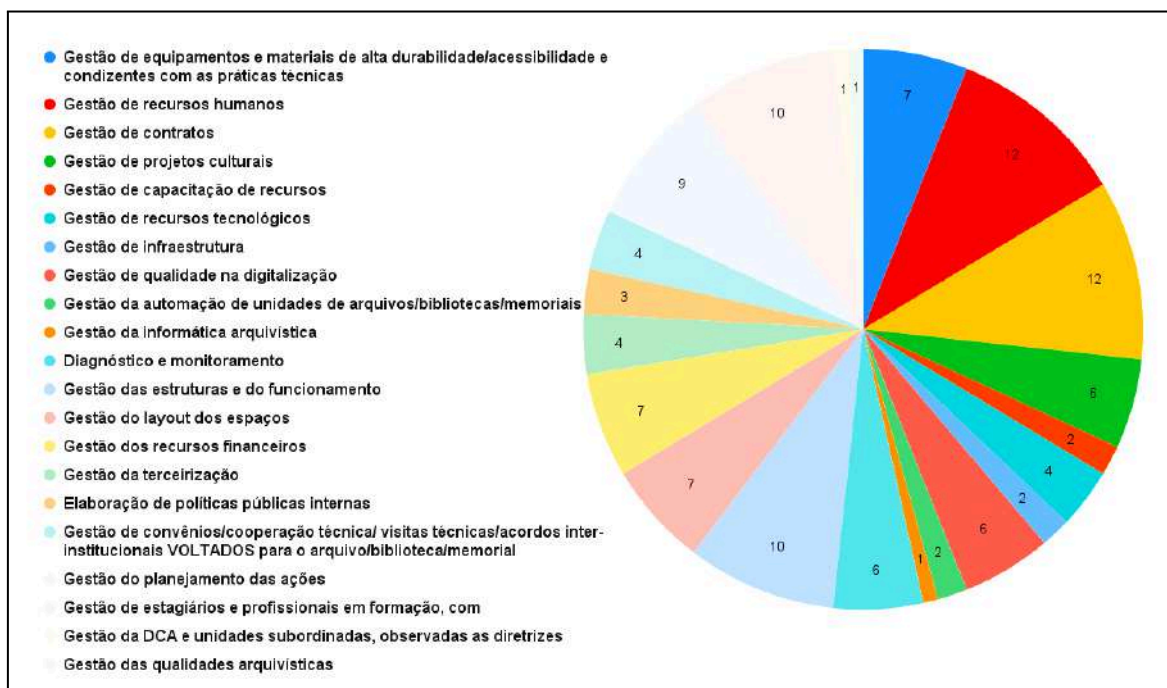
Quanto à preservação (Figura 33), e gestão administrativa (Figura 34), os resultados apresentaram maior participação dos respondentes, visto que esses profissionais possuem maior familiaridade com esses conhecimentos e atividades em suas funções de rotina.

Figura 33 - Atividades da área da preservação nas unidades de gestão da informação dos MPE

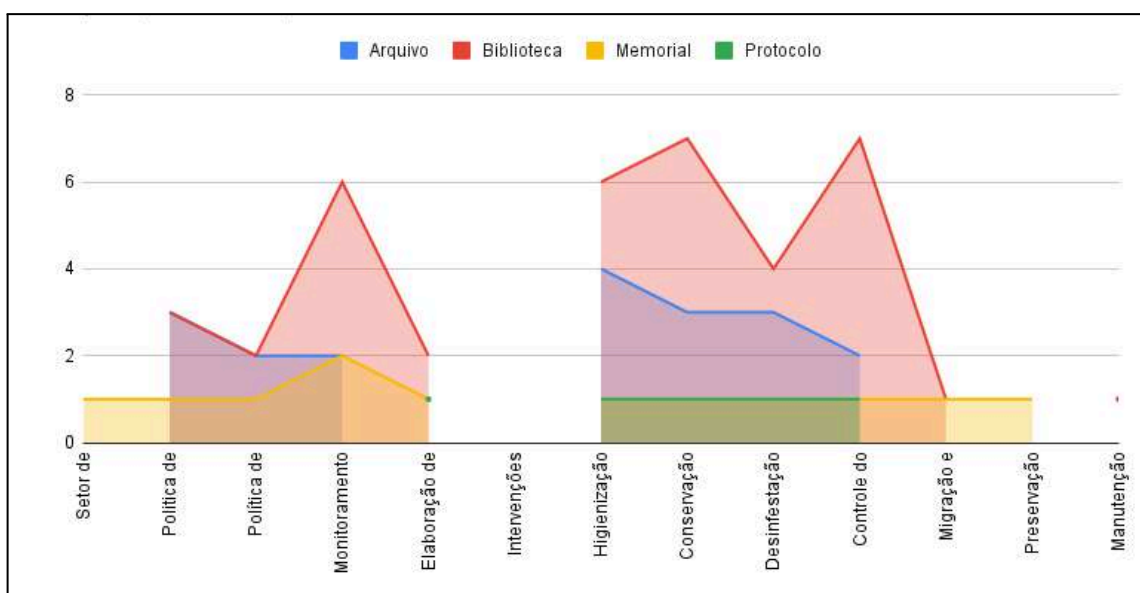


Fonte: dados da pesquisa (2024).

Quanto à preservação, arquivo e biblioteca convergiram em 50%, arquivo e memorial, 50% e, biblioteca e memorial, 57%, do total de 14 atividades listadas (Gráfico 4).

Figura 34 - Atividades da área da gestão nas unidades de gestão da informação dos MPE

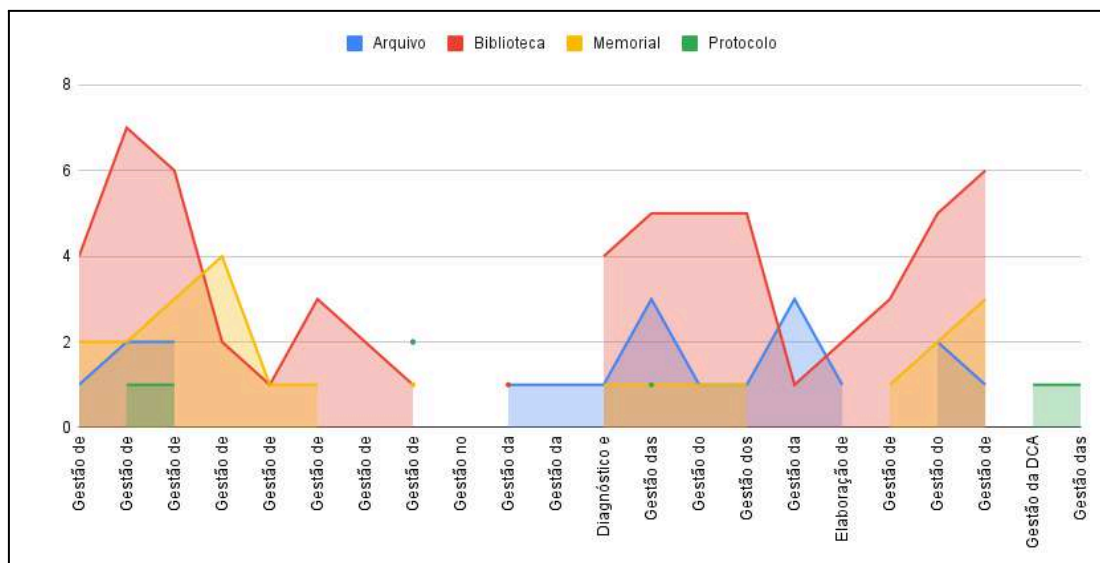
Fonte: dados da pesquisa (2024).

Gráfico 4 - Preservação nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Já sobre as atividades de gestão administrativa, a convergência das 22 atividades listadas foi de 59% entre arquivo e biblioteca, 45% entre arquivo e memorial e 64% entre biblioteca e memorial (Gráfico 5).

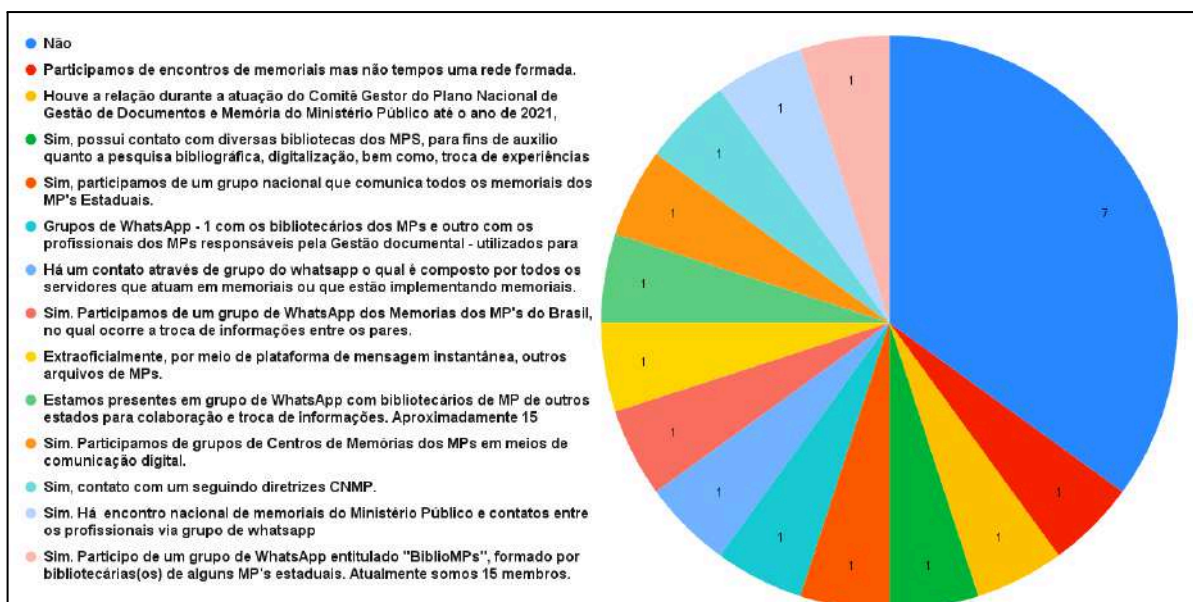
Gráfico 5 - Gestão administrativa nas unidades de gestão da informação dos MPE - convergência entre as atividades realizadas pelas unidades



Fonte: dados da pesquisa (2024).

A última pergunta do formulário objetivou identificar a existência de possíveis redes de relacionamento ou de cooperação entre as unidades estaduais (Figura 35).

Figura 35 - Resposta dos participantes: existência de redes de relacionamento entre as unidades de gestão da informação dos MPE



Fonte: dados da pesquisa (2024).

Sete (7) dos 20 respondentes disseram não possuir nenhum tipo de comunicação e/ou trocas com outras unidades, ao passo que 13 delas possuíam

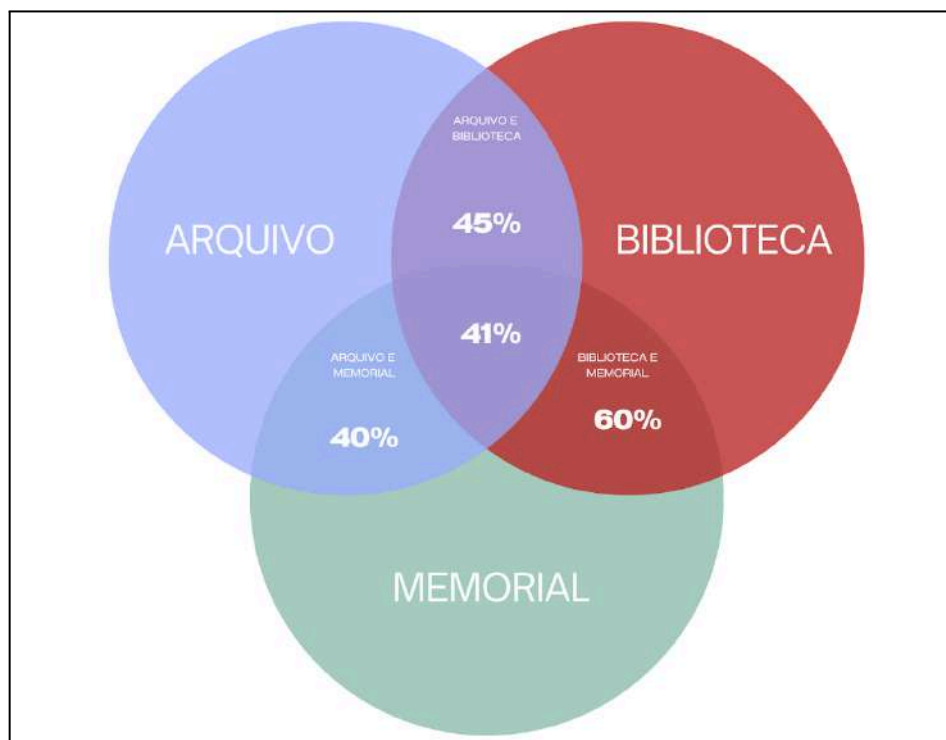
algum grau de contato com outros arquivos, bibliotecas e memoriais. Ou seja, um total de 65% das unidades, já expressam ou refletem o desejo e/ou necessidade em atuar em conjunto com as outras unidades de gestão da informação.

Na Figura 36, é possível verificar em porcentagem o total de convergência em relação às 95 atividades descritas nesta seção do formulário.

Os dados consideraram a relação de convergência em pelo menos uma resposta de cada unidade de gestão, ou seja, esse número considera que, se pelo menos um arquivo, biblioteca ou memorial realiza uma atividade que outra unidade também realiza, ela já é considerada convergente com aquela unidade em comparação.

Na conclusão, um total de 45% das atividades convergem em pelo menos uma relação arquivo/biblioteca; 40% das atividades convergem na relação arquivo/memorial e; 60% das bibliotecas/memoriais convergem em suas atividades.

Figura 36 - Porcentagem sobre a taxa de convergência entre as atividades dos arquivos, bibliotecas e memoriais dos MPE



Fonte: dados da pesquisa (2024).

7 UMA PROPOSTA DE MODELO INTEGRATIVO EM REDES

Antes de apresentar o desenvolvimento dos modelos de mediação, parece necessário introduzir alguns apontamentos que colaboram para o entendimento destes modelos.

Esses modelos de mediações podem ganhar sentido, enquanto base para aplicação acadêmica e prática, na medida em que os profissionais da informação, no contexto de bibliotecas, arquivos e centros de informação, aderem práticas mediadoras impactando na acessibilidade, uso e disseminação de informação.

Considerando que a Sociedade da Informação possui a tendência de interação global de informações e conhecimento, por meio da Rede Mundial de Computadores(Internet), um modelo de mediação em redes ainda compreende o entendimento da influência desse processo em redes no contexto social e este sobre aquele, marcando a dualidade entre acessibilidade democrática da informação e invenções de poder, visto que o acesso à informação não é algo posto, mas algo a ser conquistado, pois a cultura está inserida num processo em redes de modelo sócio cibernético, marcado por monopólios de conhecimento (Fleury, 2013).

No âmbito organizacional, a importância dos conceitos de regimes de informação e cultura ainda, auxiliam no entendimento do contexto sócio institucional, que está inserido dentro de um regime democrático de direito e também num âmbito global da sociedade em rede.

A fim de entender de que forma a mediação cultural e da informação se configuram nesse espaço tempo, suas características e tendências, esse arcabouço contribui para a eficiência do modelo de mediação adequado às especificidades.

Os modelos processuais são métodos com o objetivo de aumentar o grau de cooperação entre profissionais da informação e a acessibilidade de arquivos, bibliotecas e museus, as práticas de mediação tanto cultural como da informação configuram única possibilidade do êxito dessas unidades de gestão da informação na atuação em redes, visto que sem modelos de práxis, limita a organização em depender de práticas isoladas, não normatizadas e muito menos organizadas em desenvolvimento progressivo.

As tentativas de aproximação e cooperação entre as bibliotecas das unidades estaduais do MP retoma o questionamento: as redes contribuem para uma maior acessibilidade e uso dos recursos informacionais?

Durante as pesquisas foi possível identificar que já havia a presença de uma rede ali, mesmo que de maneira informal e iniciante, recorrendo a trocas de mensagens por meio de Whatsapp. Ou seja, mesmo não se constituindo rede de cooperação ou de colaboração formal, essa, por autocomposição, já levanta a necessidade e características de uma rede.

Considerando essas características de uma rede, o levantamento realizado na RBMPF reflete sobre como a busca da cooperação entre unidades pode permitir um maior grau de desenvolvimento dos centros informacionais. Visto os desafios expostos na pesquisa podemos dizer que, para além da cooperação, um ponto fundamental para que as redes possam ser plenas no avanço de suas ações são as práxis de mediação.

As práxis permitem que um conjunto articulado de mediadores possam trabalhar por meio da cooperação e ampliar discussões conscientes da categoria mediação enquanto transformação cultural e social (Perrotti; Pieruccini, 2014).

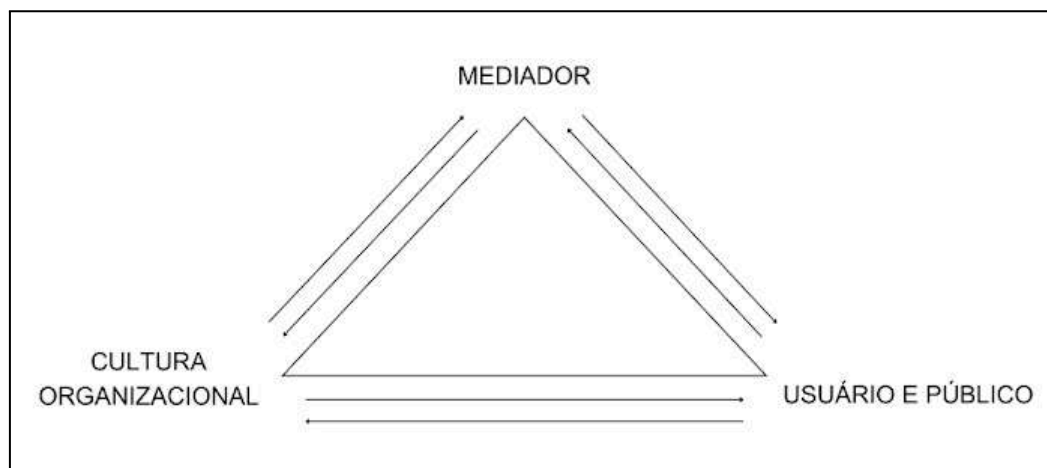
Visto que a própria instituição possui atributos muito bem definidos no que tange ao acesso à informação, esses centros de gestão da informação podem ainda contribuir para que a Ciência encontre caminhos de superar suas limitações em considerar atuações conjuntas entre bibliotecas, arquivos e museus. Ou seja, práxis de mediação é um conjunto de ações transformadoras.

Nesse sentido, o modelo contribui para a eficiência das práticas já existentes e identificar as diferenças entre cada centro de gestão, permitindo selecionar aquelas que se correlacionam.

Até o momento, a elaboração de três modelos de mediação social. O primeiro se refere a relação entidade mediador-público-cultura organizacional. A cultura organizacional vai tratar dos aspectos problema de sequestro, confisco, perda da cultura da leitura, informação dispersa, valores, crenças e práticas relacionadas à categoria da mediação (Figura 37).

Como já analisado preliminarmente por meio de entrevista, as unidades de gestão enfrentam dificuldades em integrar a cultura organizacional da instituição, tanto por parte dos usuários internos, principalmente servidores e estagiários, mas também com o público externo, na sua função democrática de acesso, inclusive de seus recursos disponíveis digitalmente.

Figura 37- Modelo de mediação - cultura organizacional



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Por meio das entrevistas, foi constatado que muitas vezes as unidades não são vistas pela totalidade como parte necessária do desenvolvimento integral de seus usuários internos, enquanto serviço-meio da instituição. Uma delas era subutilizada, assim como seus recursos que, mesmo digitalmente, não eram explorados com o uso de competência digital, ações culturais ou integração com outros setores.

Outra questão observada foi a utilização de palavras como "registros históricos" e "registro histórico" utilizados nos relatórios dos Memoriais dos MPs, no lugar do termo legal da Lei 8.159/1991 "documentos" de arquivo ou arquivo. Atentos às questões terminológicas da área, verificamos a importância da compreensão de significado de que aquele documento necessita de de um tratamento específico e exige um profissional qualificado. De acordo com Aldabalde e Cid (2020), deve haver "arquivos de museus", e no caso MP, arquivos de memoriais.

Ainda existe um problema quanto a produção de informação de algumas instituições que se encontra dispersa entre os setores, livros, relatórios institucionais,

culturais e de produção intelectual. Foi identificado que uma dessas unidades solicita aos membros o depósito de teses e dissertações na biblioteca, mas o setor carece de práticas de apropriação, difusão, acesso, uso e disseminação dessa informação.

O resultado disso nos leva a colocar o modelo de mediação em redes no cerne da questão, já que é preciso, para além de uma formalização da rede, o mapeamento de práxis que enriquecem as práticas desenvolvidas com periodicidade, constância, produtividade e transparência.

Periodicidade pois como ambiente em crescimento, a unidade de gestão da informação está inserida em um ambiente também em desenvolvimento, como rotatividade de pessoal, necessidade de competência informacional incessante, considerando a unidade fazendo parte ainda da memória institucional e histórica.

Constância pois prevalece em seu caráter permanente e portanto, possuindo uma missão, visão e valores que entregam serviços e produtos que são esperados pela sociedade.

Produtividade, pois como parte de instituição pública, possui demandas que devem caminhar com os interesses dessa sociedade, a fim do desenvolvimento e continuidade da manutenção social. Produtividade nada tem a ver com sobrecarregar ainda mais os profissionais com outras demandas, mas direcioná-lo ao que realmente é necessário para elaborar a mediação de forma integral.

Necessita ainda de transparência, pois além de ser um valor institucional, serve como eixo das práticas éticas, morais e constitucionais, permitindo que o acesso e democratização sejam alcançados por todos.

A formalização da rede enquanto marco legal, vai permitir que essas práticas sejam executadas por meio da colaboração e organizar administrativamente a rede.

A gestão para contratação de bases de dados por exemplo será ponto estratégico do marco legal, uma vez que essas contratações são ligadas a empresas privadas e que deverão disponibilizar acesso a mais de uma unidade institucional do MP, nas diversas regiões do país. Ainda vai permear a responsabilidade que cada unidade que compõe a rede tem junto a própria rede.

Ponto de destaque para este modelo também se dá a esta descentralidade

gestora. Em pesquisas anteriores, foram sugeridas que o CNMP fosse responsável por concentrar a administração da Rede, assim como acontece na RBMPF por meio da COBIP.

No entanto, essa centralidade se resume essencialmente apenas às questões de contratos e manutenção de um portal digital, pois existe uma lacuna entre esse modelo administrativo e o modelo de colaboração.

Já o segundo modelo, descentralizado, visa os recursos que darão suporte às unidades de gestão em incorporarem a rede, agilizar seus processos, alcançar usuários em potencial e permitir que a competência informacional seja antecipada.

A essencialidade de autonomia e independência da instituição são princípios que devem estar sempre em vista no desenvolvimento do modelo, visto que a mediação se desenvolve num processo descentralizado-distribuído. Descentralizado pelo caráter administrativo, fundamentado na concentração da eficiência de recursos, tempo e processo. Distribuído porque possibilita uma rede autônoma em seus processos, emissora e receptora de informações e conhecimento e que possibilita a garantia de própria existência e demais por meio da cooperação.

Tal modelo de mediação, perpassa entre recursos materiais informacionais, inclusive digital, por toda a produção de informação da instituição, como os catálogos ou base de dados, portal do site institucional e ainda, os Sistemas Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), as bases de dados e os repositórios institucionais.

Com a existência de sistemas já consolidados nas unidades estaduais, cada uma com uma com o seu próprio sistema, a Rede tem como potencial, consolidar as diretrizes que esses sistemas devem atender e posteriormente, pensar na criação de um sistema que possua interoperabilidade, mantendo a autonomia de cada estado.

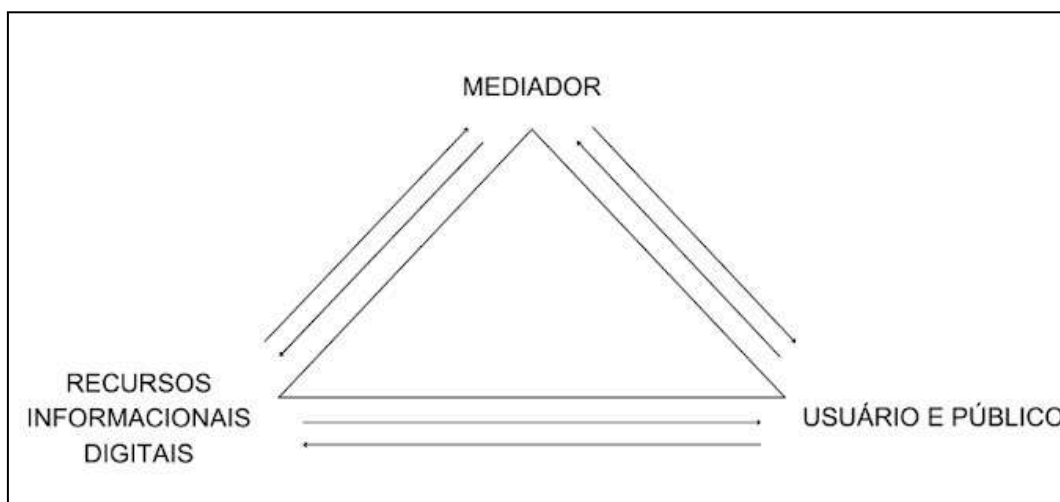
. As atividades voltadas para os recursos digitais são: a descrição, catalogação, aquisição, restrição, representação de artefatos culturais (livros, jornais e outros); o compartilhamento de infoprodutos; a reprodução de informação; compartilhamento e disponibilização de recursos informacionais (Figura 38). Em uma reflexão crítica do modelo em seu aspecto concreto, é importante destacar que a descrição dos objetos digitais enquanto termo não limitam apenas “digitais”, mas são

também culturais, exprimindo na sua descrição características de representação social e cultural, e ainda permite acender a difusão de um para muitos, uma categoria multilateral entre usuário, mediador e artefato.

Portanto, cada pequena ação dos profissionais da informação transforma a prática mediadora não somente numa ação vazia de sentido, mas considera a filosofia da práxis (Targino, 2008). Aqui, é esperado que a Rede crie um portal compartilhado, que integre os catálogos das bibliotecas, as bases de dados contratadas, um repositório, uma aplicação de descrição arquivística e outros sistemas de mediação cultural (AtoM, Tainacan, Archon, CollectionSpace, BitCutator, etc), que visem atender as atividades mapeadas para a Rede.

A proposta de um modelo processual baseado na colaboração, permite que, para além de uma criação mecânica de um portal digital integrado entre unidades, a cooperação se estabeleça como em um potencial transformador de mediação, onde cada unidade integra a produção e gerenciamento de uma rede colaborativa.

Figura 38- Modelo de mediação - recursos informacionais digitais



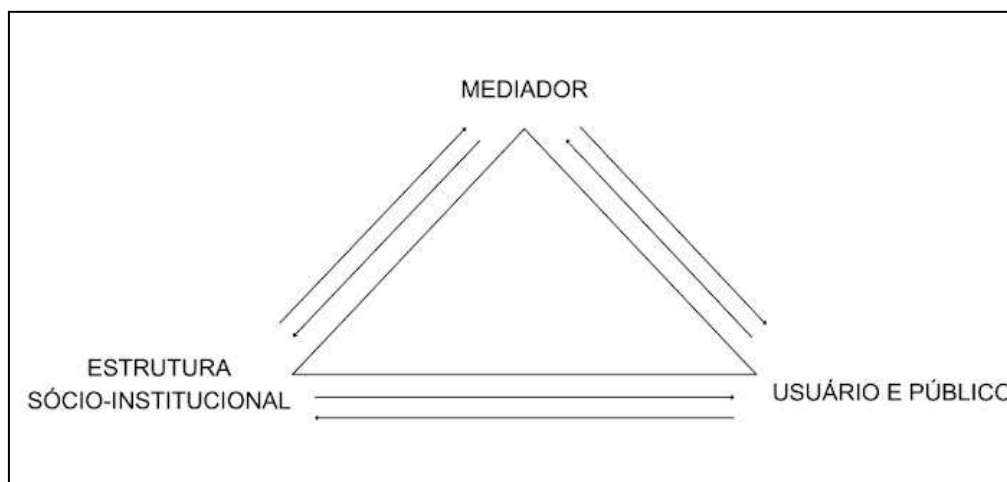
Fonte: elaborado pela autora(2024).

Deseja-se aprofundar nos estudos para a compreensão de como um modelo de colaboração pode possuir uma administração compartilhada e rotativa, permitindo que todos os componentes da rede, ou seja, cada unidade estadual, possa se tornar uma comissão administrativa de coordenação de mediação de uma rede.

Esse tipo de funcionamento permite que todas as unidades tenham

preservadas a sua autonomia não em função de outras, mas que de modo colaborativo possam produzir melhores práticas no desenvolvimento dessa rede, possibilitando o protagonismo social dentro da instituição.

Figura 39- Modelo de mediação sócio-institucional



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O último modelo tem a centralidade voltada para a estrutura de gestão do MP, segundo o qual, vai fazer parte, a parte administrativa com a qual a rede de mediação poderá se conectar e aproximar seu público e os usuários internos de acordo com a especificidade de seus setores (Figura 39).

De acordo com os dados coletados na RBMPF, pode-se identificar práticas mapeadas para o desenvolvimento do modelo, como as reuniões ou encontros; debates ou discussões, pois essas atividades culturais, segundo Silva (2008 apud Aldabalde, 2018, p. 38), principalmente na área do arquivo, são primordiais para que esses espaços permanentes sirvam como fonte de interpretação e outros usos que incluem publicações especializadas, vídeo institucional, visitas, ciclo de palestras, debates, cursos, workshops, exposições, incluindo os diversos públicos.

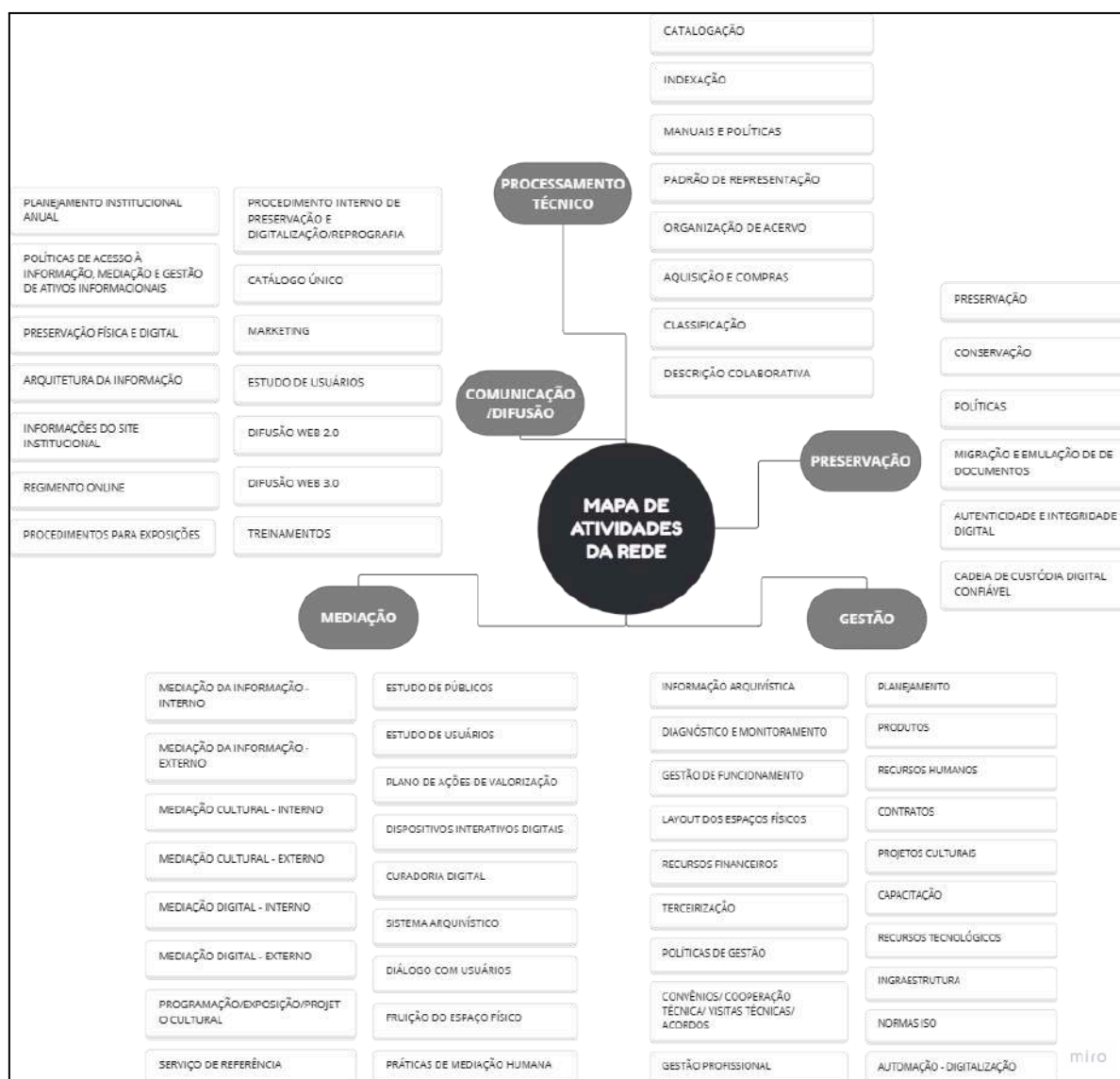
Nesse sentido, a mediação sócio-institucional contribuiria ainda, para o fortalecimento das unidades de gestão da informação na concentração da produção de informação da instituição, o que foi verificado preliminarmente, não acontece em todas as unidades dos MP Estaduais. A reutilização de informações técnicas em canais de comunicação formais (e-mail) seria ainda uma prática fundamental para a comunicação sócio-institucional entre as unidades, permitindo que a lacuna da

periodicidade dos encontros não comprometa o desenvolvimento da rede.

Portanto, criou-se um modelo processual das práticas mapeadas no contexto do MP (Figura 40), voltadas para as unidades de gestão da informação. Essas foram divididas, primariamente em: Processamento Técnico; Comunicação/Difusão; Mediação; Preservação e; Gestão.

Com a instituição do marco legal (conforme possível ver no fluxograma da Figura 2), o início da rede proposta se dará mediante o direcionamento dessas atividades.

Figura 40- Mapa de atividades da Rede de Unidades de Gestão da Informação dos MP Estaduais



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A comissão responsável deverá ser composta por pelo menos um integrante do CNMP, que irá gerir administrativamente a Rede, e por integrantes da própria Rede, com rotatividade anual para que a Rede seja dinâmica e participativa. É claro que, dentre as muitas atividades, é necessário planejamento a longo prazo, uma perspectiva de construção e desenvolvimento dessas unidades de gestão.

As práticas mapeadas, ou práxis, dão forma ao modelo em redes e à princípio, mais favoráveis de acontecer entre unidades com a mesma função. Essa é uma questão a ser levantada, uma vez que as práxis se inserem em diversos tipos de unidades, o que sugere a interseção relacional do modelo de mediação cultural e da informação, no âmbito das três principais: biblioteca-arquivo-museu.

Seu desenvolvimento opera também na rede internacional de computadores e, de maneira preliminar, suas práticas de mediação podem servir para todas as unidades, inclusive no âmbito internacional. Quanto à isso, espera-se, que, futuramente, a troca entre países com diferenças de linguagem gere um produto, como um tesouro, contribuindo para os aspectos de uso e recuperação da informação no enriquecimento de uma ontologia para a Rede, de forma a alcançar o avanço de práxis de mediação dos profissionais da informação.

Tanto nas questões de acessibilidade quanto às propostas de democratização, a mediação cultural entre ambos os países é totalmente necessária e possível, uma vez que compartilham de um mesmo modelo institucional do MP.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DISCUSSÃO

A universalidade da pesquisa busca contribuir para o avanço da gestão da informação das instituições públicas do Brasil e trazer a tona o campo da mediação cultural no seu objetivo de democratizar não somente a informação, mas os espaços e os usos possíveis dos recursos públicos, tomando como ponto de partida o acesso e fruição dos arquivos, bibliotecas e museus para legitimidade dos seus direitos constitucionais, por meio da criação de uma Rede de Mediação entre os profissionais da informação.

A proposta foi ainda, realizar um levantamento de conceitos e referências das áreas dos arquivos, bibliotecas e museus, que apesar de coexistirem na literatura da CI no Brasil, não são abordadas juntas de forma recorrente, visto que a pesquisa de mediação em redes de unidades de gestão da informação se configura uma nova proposta do paradigma social, que está inserido em contextos organizacionais dentro da sociedade da informação, inserida nas redes de internet e inseridas em si mesmas.

Apesar disso, essa pesquisa não aborda a temática da relação arquivistas, bibliotecários e museólogos debatida fora do Brasil, como a intervenção da GLAM (galleries, libraries, archives and museums), conforme muito bem elucidou o professor Carlos Guardado e espero que a discussão se amplie em uma próxima pesquisa.

O contexto da mediação apresenta muitas possibilidades de atuação, por meio de diferentes práxis. Os modelos elaborados a partir da compreensão da tríade cultura - recursos - sócio-institucional, permitiu entender em que medida a mediação cultural está relacionada com a mediação da informação, suas diferenças e convergências, seu impasses e potencialidades.

A cultura é reflexo da missão, visão e valores da instituição e necessita de agentes que possam utilizar os recursos de maneira valiosa. Aqui, não colocamos como primazia a utilização de avançados recursos tecnológicos mas sim, aqueles que refletem um anseio cultural da comunidade que a instituição atende, o que ela necessita, quais são suas percepções e expectativas sobre aquele ambiente (físico ou virtual) e o que ele reflete na competência e no conhecimento do indivíduo. Para

esta última, é necessário conhecer diversos grupos étnicos por meio de uma sociografia, base da atuação nos estudos de público.

Considerando os resultados da pesquisa, foi observado a busca dos profissionais em reunir para dialogar, trocas que fortalecem a atividade dos profissionais da informação.

Foi verificado que 65% das unidades dos MP Estaduais já cooperam entre si, e a taxa de convergência entre as unidades aponta que é possível implementar uma rede. Apesar do número expressivo das unidades que de alguma maneira, já buscam cooperar, essa necessidade pode ser maior.

Portanto, pode-se dizer preliminarmente que, a criação de uma rede de mediação se justifica na medida em que verificamos como o mapeamento de atividades pode implicar na maior cooperação entre arquivos, bibliotecas e memoriais e elevar a acessibilidade destas unidades, com um maior número de práticas de mediação cultural e da informação.

Sobre o modelo de atividades, não buscou-se uma porcentagem ideal para a taxa de convergência, pelo entendimento de que, apesar da administração ou a matemática buscarem uma taxa de convergência como indicadores de eficiência de um método iterativo ou de gestão, a atuação em conjunto destas três unidades é uma proposta e deve ser testada conforme as práticas forem adotadas pelas unidades.

Contudo, considerando a porcentagem atual de convergência, podemos verificar que é possível estabelecer relações, trocas e desenvolvimento de práxis entre as três unidades, por intermédio da rede, que o universo da pesquisa ainda tem o potencial de aumentar sua taxa de convergência e, inclusive ampliar o mapeamento das atividades.

A construção de uma rede de mediação acontece no sentido de um anseio dos atores envolvidos e possui parâmetros metodológicos de criação, desenvolvimento e evolução. Para uma rede de comunicação se tornar uma rede colaborativa entre si exige da instituição um investimento na promoção da cultura e do acesso à informação. Exige das instâncias superiores sua contribuição em facilitar a atuação dos profissionais e que estes tenham voz para invocar os direitos

dos seus usuários.

É preciso desmistificar a ideia atual de que a internet é capaz de compreender a estrutura social e substituir a atuação profissional. É preciso afastar a existência elitista, endógena e excludente de alguns espaços que desvalorizam o cidadão, não aproximam os indivíduos, nem propiciam o encontro dos diferentes.

Ainda, o ambiente digital deve ser um meio para facilitar a ação dos atores em se aproximar dos cidadãos, membros, técnicos, estagiários e funcionários. Compartilhar esse conhecimento diante do desafio histórico atual deve ser uma estratégia apresentada à administração da instituição, para que não ocorra o mesmo que ocorreu com as unidades da Rede de Bibliotecas do MPF.

Sobre a RBMPF, não foi possível verificar os motivos pelo seu desmonte, no entanto, a falta de comunicação (formal ou informal) dentro da Rede como aspecto fundamental que não foi evidenciado e esse óbice pode ter gerado a falta de autocomposição, característica fundamental nas pesquisas em redes, para que estas se desenvolvam, evoluam e se multipliquem.

Esse resultado possivelmente permitiu que a rede diluísse sua força, frente a decisão arbitrária de reestruturação, mas antes, permitindo que seus atores ficassem à deriva dos seus pares, não propondo sua ação transformadora, o que gera inúmeros prejuízos para a instituição, mas principalmente para a sociedade. Portanto, é necessário lembrar que a Rede deve constituir primordialmente em sua característica: a periodicidade, a constância, a produtividade e a transparência.

A participação da metade dos Estados do Brasil nessa pesquisa reflete o interesse em desenvolver melhorias, sem esconder as dificuldades enfrentadas. Na medida em que avaliamos os dados, as respostas evidenciaram, por exemplo, a falta de um espaço em algumas unidades, para fruição dos direitos culturais, a falta de estudos de públicos (que podem vir a ser potenciais usuários), mesmo afirmando posteriormente realizar práticas de mediação cultural. Esse distanciamento dos profissionais em compreender o que significa as práxis de mediação e não apenas um processo de ação enquanto “canal” traz luz a necessidade de uma representação, uma rede, para apoiar o profissional.

E essa foi a principal característica para pensar em um modelo: permitir que

os profissionais da informação reconheçam seu posicionamento, os seus usuários e/ou públicos e os objetos a serem mediados, para que por meio da rede, possam adotar estratégias em conformidade com a mediação alocada dentre as mediações propostas, sendo elas: trocas que visem a concepção, elaboração e execução de mediação da informação, cultural e digital, junto ao pessoal interno e externo; planejamento da programação/exposição cultural da/na unidade, ofertada aos diversos públicos; planejamento, execução e controle de projetos culturais; realização de práticas de mediação cultural (exposições, debates, mostra de artes, etc); atenção especial ao serviço de referência; ao estudo de públicos (inclusive de grupos marginalizados desses espaços, por falta de conhecimento e/ou acessibilidade); estudo de usos e usuários; concepção, implantação e gerenciamento de um plano de ações de valorização e exploração dos documentos e do espaço institucional; a criação de dispositivos interativos em espaços digitais de mediação da informação; a curadoria digital da divulgação do acervo nos instrumentos de pesquisa; rede de compartilhamento de informações, conhecimento, cultura e/ou recursos informacionais; a escolha de sistemas arquivísticos de informação; ações voltadas para aproximar e permitir o diálogo com os usuários; produção de informações sobre o acervo para utilização; mediação de informações coletadas no acervo para fins de práticas mediadoras digitais (mineração de texto, nuvem de tags, etc); mediação de informações sobre produtores de documentos (clubes do livro, indicações, compartilhamento de monografias do corpo institucional, dos setores, etc); mediação de informações sobre leis e ética ao uso (manuais, etc); fruição do espaço físico para fins de exercício dos direitos culturais, cursos, seminários e treinamentos elaborados para e pela rede; outras práticas de mediação humana e; participação da rede em vista a formar mediadores culturais e da informação. Seguindo ao menos essa categoria, a Rede já tem um potencial muito transformador.

Foi possível perceber que, com a construção dos modelos, o mapeamento das atividades tornou-se extenso e isso na prática, com certeza exige desses profissionais disciplina e alinhamento da sua missão. No entanto, o modelo torna-se relevante para a CI e outras áreas sobre o aspecto metodológico de atuação, pois sem esse direcionamento, é possível que se perca ao longo do tempo, o engajamento em realizar todas as práticas de mediação. A criação desses modelos

processuais torna-se ainda mais importante quando passível de ser aplicado em outras instituições públicas, que não necessariamente precisam adotar o modelo, mas podem se basear no mapeamento para elevar seu grau de cooperação e acessibilidade.

A experiência com os profissionais respondentes permitiu não só a aproximação das suas realidades como a troca de experiências, visto que alguns foram além e procuraram conhecer mais dessa proposta de modelo elaborado na pesquisa. As reuniões, presenciais ou virtuais no qual a pesquisadora teve a oportunidade de participar, também validaram a importância do estudo.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço da Rede de colaboração e que eleve o grau de acessibilidade desses espaços, criando espaços fundamentados nos aspectos democráticos e de democracia cultural.

9 REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V.; CID, R. L. Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 14, n. 4 - out-dez, p. e020010, 2020. DOI: 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9987>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ALDABALDE, T. V. **Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo**. 2015. 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALDABALDE, T. V.; MELO, K. I.; BOURGUET, J. Mercado de trabalho sob mediação digital: um estudo de termos em plataformas digitais às ofertas de vagas no setor de arquivos|Laboral market under digital mediation: a study of terms on digital platforms in job offers in the archival sector. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5137>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G.. **Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Transinformação, v. 27, p. 255-264, 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/W8NwsbGQLksCMbGZGwGvVjn/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119328>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ANDRADE, D. F. M. de. **Política de formação e desenvolvimento de coleções: subsídios para elaboração de uma proposta para a Biblioteca da Procuradoria da República no Maranhão**. 2018. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/2810>. Acesso em: 15 jul 2022.

ARAÚJO, C. Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/404/404>. Acesso em 20 fev. 2022.

BARRETO, A. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Perspectiva Brasileira em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p.3-28, 2009.

BARAN, P. **Rand Memorandum on Distributed Communication**. IEEE, Santa Monica, 1964. Disponível em: http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf. Acesso em: 15 abr 2022.

VAN BERTEN, Philippe; ERMINE, Jean-Louis. **Applied knowledge management: a set of well-tried tools**. Vine, v. 36, n. 4, p. 423-431, 2006. Disponível em: https://hal.science/hal-00432742/file/Applied_Knowledge_Management_a_set_of_well-tried_tools.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BORGES, L. C.; ALMEIDA, P. de; FREITAS, C. V. de; CARDOSO, S. A. MEDIAÇÃO SOB O OLHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [S. l.], p. 17-32, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/5022>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BORKO, H. What is it? **American Documentation**: 1-6, 1968. Tradução livre. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB/UFGM, 2003.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2008. **Anais[...]**. Leon: Universidad de Leon, 2008. Disponível em: <http://www.capurro.de/leon.pdf>. Acesso em: 20 fev 2022.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1999.

DANTAS, C. F. N. et al. A mediação da Informação na Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal: um mapeamento sobre o uso dos serviços de referência online disponíveis no sistema Pergamum. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2012.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**.

Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

ELKINGTON, N. E.; MASSIE, D. The changing nature of international resource sharing: risks and benefits of collaboration. **Interlending & Document Supply**, v.27, n.4, p.148-153, 1999.

FARIAS, M. G. **Análise da produção, implementação e avaliação de um modelo de mediação da informação no contexto de uma comunidade urbana**. 2014. 283f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Salvador (BA), 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17910/1/2014_tese_mggfarias.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

FARIAS, M. G. G.; VARELA, A. V.; FREIRE, I. M. Construção e acionamento de um modelo de mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92630>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política/Millennium, 2001.

FLEURY, S. As redes e a difusão de inovações. In: SEMINÁRIO CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, 2013, Salvador. **Anais[...]**. Salvador: Instituto Federal da Bahia (IFBA), 2013, 23p. Disponível em: https://ebape.fgv.br/sites/default/files/artigo_sonia_fleury_as_redes_e_a_difusao_de_inovacoes.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na

construção do conhecimento. Datagramazero, [Rio de Janeiro], v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: http://dgz.org.br/fev08/F_1_art.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, J. A. **Gestión de bibliotecas**: texto-guía de las asignaturas de "Biblioteconomía General" y "Biblioteconomía Especializada". Universidade de Murcia, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N., CHICANEL, M.. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), IX, São Paulo, 2008. **Anais**[...]. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/180489>. Acesso em: 21 fev. 2022.

HALL, R. H. **Organizações**: estruturas e processos. Rio de Janeiro: PrenticeHall do Brasil, 1978.

Horta, J. N. G. F. D. **A evolução das bibliotecas militares e de defesa**: estudo de caso da rede de bibliotecas da defesa nacional. 2019. 136f. Monografia (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, PT, 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41971/1/ulfl276603_tm.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

ISMAIL FILHO, S. A. A. **Ministério Público e atendimento à população**: instrumento de acesso a justiça social. Curitiba: Juruá, 2011, p.78.

JOHNER, D. O. **Modelo de Sistemas de Informação para a gestão de pessoas no setor bancário**. 2006. Sistemas de Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p.

LATOUR, Bruno. **Changer de société, refaire la sociologie**. Paris: La Découverte, 2007.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/07/a-cic3aancia-da-informac3a7c3a3o-l e-coadic.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MARCIAL, E. C. et al. **Diagnóstico das bibliotecas especializadas da administração pública federal brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MARTINS, A. A. L. Mediação: categoria ontológica, lógica, epistemológica e metodológica. **Investigaciones Bibliotecológicas**, v. 33, n. 80, p. 133-154, 2019. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58036/52003>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MACHLUP, F. The production and distribution of knowledge in the United States. **Political Science Quarterly**. Princeton, v. 78, n. 3, p. 467-469, set. 1963. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2146009>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação | "Regime" and "Information": the dialogue between two concepts and their application in the Information Science. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i2.392. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MALMEGRIN, M.L. **Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2015.

MATA, M. L.; GERLIN, M. N. M. Programa para a formação em competência em informação visando uma educação que auxilie no combate à desinformação: enfoque nos critérios de avaliação da informação e de fake news. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANCIB: PPGCI/UEL, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1143/501>. Acesso em: 04 dez. 2021

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23694>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MELLO, M. R. G. de; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Desinformação, verdade e pós-verdade: reflexões epistemológicas e contribuições de Piaget. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 108–127, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5480>. Acesso em: 19 out. 2023.

MOTTA, E. A . R. S. da. A implantação de redes de bibliotecas: um problema ou uma solução? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 11, n. 2, 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74847>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, C. B. de; CIANCONI, R. de B. Cooperação, compartilhamento e colaboração: caso da rede de bibliotecas e centros de informação em arte no Estado do Rio de Janeiro (REDARTE/RJ). **Brazilian Journal of Information Science**, v. 7, n. 1, p. 224-246, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4332480>. Acesso em: 15 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. G. M. **Museus e Escolas: os serviços educativos dos museus de arte moderna e contemporânea, um novo modo de comunicação e formação**. 2011. 614 f. Tese (Doutoramento em História da Arte) - Universidade de Évora, Portugal, 2011.

PERIANI, H. B. A. **Integração de Redes de Bibliotecas dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil**. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: M. Lara; A. Fujino; D. Noronha (Orgs). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, p. 47-96, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf#page=46>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PIMENTA, R. M. Por que Humanidades Digitais na Ciência da Informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 2, 2020.

PINHO, F. A, BARBOSA, A. M. da S. Os usuários da informação jurídica. **BíbliOS: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**, nº 44, p. 50-61, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4530238>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science**. Londres: Madras Library Association (Madras, India) and Edward Goldston, 1931.

ZANETI JR, Hermes. O Ministério Público e as normas fundamentais do Direito Processual Civil brasileiro. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro**, v. 68, p. 147, 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. Ed. São Paulo : Atlas, 1989.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/16297>. Acesso em: 15 jul 2022.

ROSADO, K. M. L. **Controle de autoridade de nomes de pessoas: uma proposta a partir da análise da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal**. 2019. 229f. Monografia (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34027>. Acesso em: 15 jul 2022.

SALGADO, T. B. P. A Virada Não Humana na Comunicação: contribuições da Teoria Ator-Rede e da Ontologia Orientada aos Objetos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 171–191, 2018.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer bibliotecário no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez., 2010.

SANTO, S. M. E.; MURGUIA, E. I. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo - biblioteca - museu. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/179017>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SANTOS, T. M. dos. Mediação judicial no Brasil: breves notas conceituais à luz de princípios constitucionais. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 10, n. 01, p. 195, 2018. DOI: 10.32361/201810011903. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/1903>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SARACEVIC, T.; EMPTY, Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37415>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SAYÃO, L. F. Modelos teóricos em ciência da informação – abstração e método científico. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/18262>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SILVA, F. S.; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. O conceito de mediação na ciência da informação brasileira: uma análise a partir da brapci. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 12 No 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/48979>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação. Recife: **Néctar**, p. 122-138, 2011.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto, v.6, n.1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SILVA, P. S. S. **Políticas culturais e arquivos públicos**: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais – 1995-2005. 2008. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

SILVA, V. R. da. **Gestão da informação em repositórios institucionais**: um estudo de caso da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal Brasileiro. Monografia (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/129095>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SALLES, C. A. de. Entre a Razão e a Utopia: A Formação Histórica do Ministério Público. In: VIGLIAR, J.M.M; JÚNIOR, R.P.M. Ministério Público II Democracia. São Paulo: Atlas, 1999. P. 14.

VARELA, F.; MATURANA, H.; URIBE, R. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. **Springer**. Boston, MA, p. 559-569, 1991.

VENTURA, M. I. A. **A representação da informação nas plataformas digitais dos serviços de arquivo**: estudo comparativo e proposta de modelo. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto/ Universidade de Aveiro, Porto, 2019.

Takahashi, T. (Org.). **Sociedade da informação**: livro verde. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>. 10 ago. 2023.

TARGINO, M. D. G. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 7 n.1 1997, n. 1, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91942>. Acesso em: 24 set. 2022.

TOMAÉL, M. I. Redes de conhecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, abr. 2008.

_____. **Redes de conhecimento: o compartilhamento da Informação e do conhecimento em consórcio de exportação do setor moveleiro**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 289f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005a.

_____. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina

(PR), v.1-2, jan./dez. 2005b.

VALERA-OROL, C.; GARCIA-MELERO, L. A.; GONZALEZ-GUITIAN, C. Redes de bibliotecas. **Boletín de La Anabad**, La Coruña, v.38, n.1-2, p.215-242, 1988.

VENTURA, M. I. A.; SILVA, A. M. da. A representação da informação nas plataformas digitais dos serviços de arquivo: alguns resultados. **Prisma.com**. Lisboa, PT, v. 46, p. 97-125, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/11928/10845>. Acesso em: 15 set. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **La era del capitalismo de la vigilancia**: la lucha por un futuro humano frente a las nuevas fronteras del poder. Barcelona: Paidós, 2020, 912 p.

APÊNDICE A Formulário de aplicação no MPF

Sobre a Rede

- 1) Desde de quando a biblioteca do MPF faz parte da RBMPF?
- 2) Quem administra a renovação de contratos com as bases de dados do RBMPF e como é repassado esse valor da unidade estadual?
- 3) De acordo com a formação e desenvolvimento de coleções, os livros digitais contratados pela Rede possuem caráter permanente ou são de aquisição temporária?
- 4) Qual a periodicidade dos encontros com a Rede?

Características da unidade (Baseado no esquema ontológico de Aldabalde, 2020)

Durabilidade

- 5) Em que medida a Rede tem impacto nas questões de durabilidade da biblioteca? Ela deveria participar destas questões do caráter institucional?

Acessibilidade

- 6) Quais as restrições de acesso às dependências e recursos da biblioteca e as justificativas para tais, caso houver, e se elas são consenso geral em todas as unidades da Rede.

Praticabilidade

- 7) Conta com uma equipe de gestão de documentos para seleção, aquisição, controle da produção documental, desbaste e descarte?
- 8) A Rede possui orientação na execução ou nas próprias políticas de gestão documental?
- 9) A Rede possui orientação quanto às questões de tecnologias da informação, cibersegurança e preservação de documentos digitais ou a instituição já oferece equipe própria para tal?

APÊNDICE B — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
- TCLE

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada — Mediação Cultural e da Informação na atuação dos profissionais nas unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil: uma proposta de integração das práticas mediadoras em redes — pela Bacharel em Biblioteconomia e Mestranda em Ciência da Informação Hellen Bianca Araújo Periani, sob orientação do Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde, a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo.

É importante que você leia, ou que alguém leia para você, esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, peça ao(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo que explique a você. Você não é obrigado(a) a participar desta pesquisa. Ao início da pesquisa, estará disponível um termo de aceite, para que você assinale a opção “SIM” ou “NÃO”. Caso aceite participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção SIM, e em seguida, será solicitado que você preencha com um endereço de e-mail para recebimento de uma cópia desse documento. Caso não deseje participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção NÃO, e a sua participação será encerrada automaticamente. Você pode se recusar ou se retirar do estudo a qualquer momento, sem ter que dar maiores explicações, não implicando em qualquer prejuízo.

O objetivo geral deste estudo é identificar práticas de mediação cultural e da informação para formular modelos processuais dessas práticas, a fim de elevar o grau de cooperação entre os profissionais da informação e acessibilidade das unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil e se justifica pela criação de um modelo de mediação em

redes que contribua para elevar o grau de cooperação e acessibilidade entre bibliotecas, arquivos e museus, visando desenvolver o avanço dos países lusófonos e a integração entre a instituição brasileira e portuguesa.

Sua participação será responder a um formulário online, por meio do Google Forms, e uma entrevista semiestruturada de forma presencial, a ser realizada no Ministério Público Estadual do Espírito Santo, em Vitória, ambos com tempo estimado de 20 minutos e 1 hora, respectivamente. A entrevista tem como objetivo atender as dúvidas relacionadas ao trabalho realizado no arquivo e biblioteca da instituição, para a identificação das práticas de mediação digital, cultural, conhecimento e uso da informação, além de caracterizar o funcionamento de integração das unidades no território nacional.

Caso aceite participar da pesquisa, é importante saber que:

- A. Não haverá remuneração financeira em qualquer espécie, salvo os casos em que a participante tenha alguma despesa decorrente da participação na pesquisa, em que haverá o ressarcimento do mesmo.
- B. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois asseguramos sigilo à sua participação, sendo os mesmos utilizados somente para o desenvolvimento de pesquisa, sendo potencialmente divulgadas em periódicos, trabalhos acadêmicos e congressos com fins científicos;
- C. O participante tem garantia ao direito de buscar indenização caso sofra eventual dano decorrente da pesquisa, conforme Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.
- D. A entrevista será anotada através de formulário para que os dados sejam utilizados posteriormente na pesquisa, ressalta-se que o conteúdo será enviado por e-mail para validação dos resultados por parte do entrevistado;
- E. Este termo será redigido em duas vias; assinado e rubricado em todas as páginas pela pesquisadora responsável e pelo participante e você receberá uma das vias.

- F. Sua participação é voluntária, sendo assim você poderá desistir e/ou se retirar desta no momento que desejar. O participante tem garantia de direito de não responder a qualquer questão do questionário, inclusive obrigatórias, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal.

Os eventuais riscos desta pesquisa são de desconforto aos participantes, constrangimento ao responder sobre desafios de trabalho, exaustão física/mental pelo tempo gasto para responder o questionário, incômodo por relembrar situações desagradáveis e queda da conexão de internet durante a realização do preenchimento online. Para combater isso, busca-se amenizar quaisquer desconfortos com a dinâmica das perguntas, seguindo o fluxo de uma conversa para que os participantes sintam-se à vontade para responder o que compreender como necessário. Ainda ciente da impossibilidade do pesquisador em garantir a segurança diante dos riscos inerentes ao ambiente virtual e em função das limitações das tecnologias utilizadas, o pesquisador garante seguir as orientações do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS, nos procedimentos de segurança da coleta de pesquisa em ambiente virtual. Quanto aos benefícios diretos, espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para a área da Ciência da Informação, divulgação científica sobre as atividades realizadas pelos profissionais bibliotecários, ressaltar a atuação das instituições de bibliotecas como mediadoras no processo de acesso à informação por meio do uso de seu acervo e materiais, inclusive digitais, como recursos importantes na construção do conhecimento, através do acesso à informação.

Caso haja dúvidas sobre o projeto e/ou sua participação, colocamo-nos à disposição para supri-las por meio do endereço de e-mail da pesquisadora responsável Hellen Bianca Araújo Periani hellenperiani@hotmail.com ou pelo telefone celular (27) 99656-2039, e também pelo e-mail do Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde taiguara.aldebalde@ufes.br. Também podem nos encontrar através do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFES), localizado na Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) - Anexo I Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras, CEP 29075-910, Vitória (ES).

O Comitê de Ética em Pesquisa deverá ser contatado para o caso de denúncias e/ou problemas durante a pesquisa por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Por meio da orientação quanto ao teor aqui mencionado e compreendido, eu, _____, manifesto meu livre consentimento e na participação desta pesquisa. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados e estar ciente de que a participação é voluntária.

Vitória (ES), ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

A **pesquisadora responsável declara** que esta pesquisa foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES e que todos os procedimentos experimentais estão de acordo e obedecendo aos princípios éticos, conforme Resoluções nº 466/12 e 510/16 do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, que estabelecem as diretrizes e normas regulamentadoras para as pesquisas envolvendo seres humanos no país.

Pesquisadora Responsável:

Local e data:

Assinatura:.....

APÊNDICE C – Questionário de aplicação no MPF

PESQUISA - MINISTÉRIO PÚBLICOS

Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado

MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE MODELO INTEGRATIVO EM REDES, de autoria da mestranda Hellen Bianca Araújo Periani e orientada pelo professor Taiguara Villela Aldabalde, pelo **Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI-UFES)**.

O objetivo geral dessa pesquisa é definir modelos de mediações para a elevar o grau da acessibilidade dos arquivos, bibliotecas e memoriais dos Ministérios Públicos Estaduais, além da cooperação entre os profissionais dos Ministérios Públicos.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE ★

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: Mediação Cultural e da Informação nas Unidades de Gestão da Informação dos Ministérios Públicos do Brasil : uma proposta de modelo integrativo em redes.

Garantimos o anonimato e a proteção do nome dos respondentes participantes da pesquisa.

É importante que você leia, ou que alguém leia para você, esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, peça ao(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo que explique a você. Você não é obrigado(a) a participar desta pesquisa. Ao final deste termo, estarão disponíveis duas caixas de seleção, para que você assinale a opção "SIM" ou "NÃO". Caso aceite participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção SIM, e deverá encaminhar eletronicamente o termo assinado, podendo depositá-lo logo abaixo para o mesmo efeito do enviado por e-mail. Caso não deseje participar da pesquisa, você deverá assinalar a opção NÃO, clicar em "próximo" e a sua participação será encerrada imediatamente. Você pode se recusar ou se retirar do estudo a qualquer momento, sem ter que dar maiores explicações, não implicando em qualquer prejuízo.

[LEIA TCLE COMPLETO AQUI](#)

Marcar apenas uma oval.

☐ SIM

☐ NÃO

3. TCLE ASSINADO

Arquivos enviados:

MP

Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado MEDIAÇÃO CULTURAL E DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO BRASIL : UMA PROPOSTA DE MODELO INTEGRATIVO EM REDES, de autoria da acadêmica de Hellen Bianca Araújo Periani e orientada pelos professores Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde (UFES) e Profa. Dra. Shirley Carvalhêdo Franco (UnB), projeto vinculado ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação.

4. Em qual localidade a sua unidade/setor/espço de colaboração está localizado? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Alagoas - Maceió
- ☐ Aracaju - Sergipe
- ☐ Belém - Pará
- ☐ Belo Horizonte - Minas Gerais
- ☐ Boa Vista - Roraima
- ☐ Campo Grande - Mato Grosso do Sul
- ☐ Cuiabá - Mato Grosso
- ☐ Curitiba - Paraná
- ☐ Florianópolis - Santa Catarina
- ☐ Fortaleza - Ceará
- ☐ Goiânia - Goiás
- ☐ João Pessoa - Paraíba
- ☐ Macapá - Amapá
- ☐ Manaus - Amazonas
- ☐ Natal - Rio Grande do Norte
- ☐ Palmas - Tocantins
- ☐ Porto Alegre - Rio Grande do Sul
- ☐ Porto Velho - Rondônia
- ☐ Recife - Pernambuco
- ☐ Rio Branco - Acre
- ☐ Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
- ☐ Salvador - Bahia
- ☐ São Luís - Maranhão
- ☐ São Paulo - São Paulo
- ☐ Teresina - Piauí
- ☐ Vitória - Espírito Santo
- ☐ Outro: _____

5. Você faz parte da equipe de qual unidade de gestão da informação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Arquivo
- ☐ Biblioteca
- ☐ Memorial
- ☐ Protocolo
- ☐ Arquivo setorial
- ☐ Outro: _____

6. Como se autodeclara em relação as suas atividades profissionais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Arquivista *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Bibliotecário *Pular para a pergunta 7*
- ☐ Museólogo *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Historiador *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Jornalista *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Técnico-administrativo - Arquivo *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Técnico-administrativo - Biblioteca *Pular para a pergunta 7*
- ☐ Técnico-administrativo - Memorial *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Estagiário - Arquivo *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Estagiário - Biblioteca *Pular para a pergunta 7*
- ☐ Estagiário - Memorial *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Técnico administrativo - Protocolo *Pular para a pergunta 16*
- ☐ Protocolo outros cargos (descrever na próxima pergunta o cargo)
Pular para a pergunta 16
- ☐ Arquivo outros cargos (descrever na próxima pergunta o cargo)
Pular para a pergunta 16
- ☐ Biblioteca outros cargos ((descrever na próxima pergunta o cargo)
- ☐ Profissional de outro setor de gestão da informação *Pular para a pergunta 16*

BIBLIOTECA

7. Descreva quantas pessoas trabalham no setor da biblioteca e quais os cargos/funções. *

8. Quantas unidades do MP a sua biblioteca atende? (contando procuradorias e promotorias municipais do seu Estado) *

9. No seu Estado, quantas bibliotecas do MP existem? (contando com as bibliotecas nas promotorias regionais) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
☐ 2
☐ 3 ou mais
☐ Nenhum
☐ Não sei

10. A biblioteca promove práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto ao arquivo ou memorial da instituição? Descreva em poucas palavras. *

Pular para a pergunta 11

BIBLIOTECA - SERVIÇOS

11. Selecione os serviços realizados pela biblioteca: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Atendimento ao público
- ☐ Serviço de referência presencial
- ☐ Atendimento virtual (serviço de referência por meio do e-mail ou site)
- ☐ Normalização
- ☐ Empréstimo, renovação e reserva
- ☐ Licitação de compra
- ☐ Assinatura de base de dados
- ☐ Acesso à catalogo
- ☐ Acesso à internet
- ☐ Impressão de documentos
- ☐ Acervo de periódicos
- ☐ Acervo de livros e obras de referência
- ☐ Acervo de monografia, tese e dissertação
- ☐ Regimento interno
- ☐ Relatório de atividades no site
- ☐ Outro: _____

12. Selecione os produtos e serviços disponíveis nas dependências da biblioteca: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Guarda-objetos
- ☐ Sala de leitura com mesas e cadeiras
- ☐ Computadores para pesquisa
- ☐ Espaço com impressoras para digitalização e/ou serviços reprográficos
- ☐ Espaços expositivos de práticas de mediação cultural (um espaço para divulgar produções artísticas, institucionais e/ou culturais na biblioteca, pode ser um banner, sala de exposição, etc)
- ☐ Acervo de coleção especial (salas com equipamentos de ponta para acervos especiais como livros raros, mapas de época em grandes proporções, registros fílmicos em rolos de película, documentos sonoros em fitas magnéticas, dentre outros)
- ☐ Laboratório de restauração de documentos
- ☐ Sala, núcleo ou área de processamento técnico para recepção
- ☐ Outro: _____

13. O catálogo da biblioteca é disponível de forma online ao público? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 14*
☐ Não, está disponível apenas na intranet *Pular para a pergunta 14*
☐ A biblioteca não tem catálogo online *Pular para a pergunta 15*
☐ Não sei

Pular para a pergunta 14

CATÁLOGO

14. Qual catálogo utilizado pela biblioteca? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Bibilivre
☐ Exlibris
☐ Pergamum
☐ PHL
☐ Sistema de automação de bibliotecas (SIABI)
☐ Sophia
☐ Catálogo próprio
☐ Outro: _____

Pular para a pergunta 15

BASE DE DADOS

15. Qual base de dados a biblioteca assina atualmente? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Biblioteca Digital Proview RT
- ☐ Biblioteca Digital Saraiva
- ☐ Fórum
- ☐ Magister Net
- ☐ Minha Biblioteca
- ☐ RT On-line
- ☐ Síntese
- ☐ Tirant
- ☐ Zênite
- ☐ Outro: _____

Pular para a pergunta 30

ARQUIVO E PROTOCOLO

Marque de acordo com seus conhecimentos e quando for o caso, em perguntas abertas, fique à vontade para responder "Não sei".

16. Descreva quantas pessoas trabalham no setor de arquivo/protocolo e quais os cargos/funções.

17. Quantas unidades do MP o seu arquivo atende? (contando procuradorias e promotorias municipais do seu Estado)

18. No seu Estado, quantos arquivos do MP existem (contando com arquivos nas promotorias regionais)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
☐ 2
☐ 3 ou mais
☐ Nenhum
☐ Desconheço

19. Sua unidade atende a Lei 8.159/91 - Lei de Arquivos e a [legislação arquivística](#)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, totalmente
☐ Sim, quase sempre
☐ Sim, geralmente
☐ Sim, às vezes
☐ Sim, raramente
☐ Não, nunca atendeu
☐ Não sei

20. O arquivo promove práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto à biblioteca ou memorial da instituição? Descreva em poucas palavras.

21. Qual é a base de dados utilizada pelo Arquivo ou Protocolo? É relacional ou orientada a objetos? Segue o [Modelo Conceitual de Entidade-Relacionamento](#) para bases de dados, conforme, orientado pelo Conselho Nacional de Arquivos? *

22. Qual é o sistema de produção, tramitação e gerenciamento de informações utilizado pelo Arquivo ou Protocolo? É um [SIGAD](#)? *

23. Existe um repositório institucional? Se sim, qual? É um [RDC Arg](#)? *

Pular para a pergunta 24

MEMORIAL

Marque de acordo com seus conhecimentos e quando for o caso, em perguntas abertas, fique à vontade para responder "Não sei".

24. Descreva quantas pessoas trabalham no setor do memorial e quais os cargos/funções.

25. Quantas unidades do MP o seu Memorial atende? (contando procuradorias e promotorias municipais do seu Estado)

26. No seu Estado, quantos Memoriais do MP existem? (contando com memoriais nas promotorias regionais) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
☐ 2
☐ 3 ou mais
☐ Nenhum
☐ Não sei

27. O memorial promove práticas culturais e/ou de mediação cultural e da informação junto ao arquivo ou a biblioteca da instituição? Descreva em poucas palavras. *

28. Os registros históricos que são objetos de trabalho do Memorial atendem a legislação arquivística sobre [Arquivos Permanentes](#)? *

29. Como é realizado a expografia no memorial? *

Pular para a pergunta 30

SERVIÇOS

30. Quanto ao Processamento Técnico, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Catalogação
- ☐ Indexação
- ☐ Ordenação e planejamento de acondicionamento
- ☐ Elaboração de manuais, guias e/ou política de gestão e acervo
- ☐ Utilização de MARC 21 ou outro padrão de representação legível para computadores
- ☐ Organização de acervo público, privado e/ou restrito
- ☐ Realização de atividades técnico-administrativas
- ☐ Utilização de CDD/CDU
- ☐ Tabelas Processuais Unificadas do CNJ
- ☐ Tabelas Unificadas do Ministério Público
- ☐ Outro sistema de classificação (descreva abaixo em "Outros")
- ☐ Rede de descrição colaborativa
- ☐ Administração do processamento técnico
- ☐ Outro: _____

31. Quanto à Comunicação/difusão, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Participação conjunta no planejamento institucional anual
- ☐ Utilização e/ou criação de políticas de acesso à informação, mediação e gestão de ativos informacionais; preservação cultural e patrimonial.
- ☐ Manutenção de site institucional (arquitetura da informação)
- ☐ Divulgação de informações de funcionamento disponível ao público geral
- ☐ Divulgação do regimento ou regulamentação da unidade disponível ao público geral
- ☐ Compartilhamento de produtos ou serviços oferecidos no ambiente físico e online
- ☐ Instrução interna sobre gestão da unidade
- ☐ Manuais e/ou guias de instrumentos para pesquisa online
- ☐ Elaboração de instruções sobre exposições e compartilhamento de espaços expositivos;
- ☐ Elaboração de instruções sobre preservação e digitalização de acervos
- ☐ Digitalização
- ☐ Serviços repográficos
- ☐ Catálogo online aberto ao público
- ☐ Seção de notícias e/ou ações de marketing da biblioteca
- ☐ Estudo de usuários
- ☐ Difusão via web 2.0 (blogs, sites, wikis, folksonomia, 90 tags, mashup, RSS, Google Docs, Flickr, Last.fm)
- ☐ Difusão via web 3.0 (conteúdos sem navegador, inteligência artificial, web semântica, web 3D)
- ☐ Treinamentos
- ☐ Rede de difusão de informações, conhecimento, cultura e/ou recursos informacionais
- ☐ Outro: _____

32. Quanto à Mediação, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação: *

1987), até o ano de 2015, da Gestão Lazzaro (1995-2015). Em se tratando de termos qualitativos as práticas de mediação cultural foram classificadas nos seguintes termos: “efemérides”, “visitas escolares e universitárias”, “publicações”, “itinerários”, “exposição de documentos fotográficos e textuais”, “exibições de vídeos”, “seminários”, “fóruns”, “concertos”, “saraus de poesias”, “apresentação de danças tradicionais”, “recitais”, “debates”, “conferências”, “lançamentos de livro”, “exposições de pinturas”, “oficinas”, “produções de audiovisual”, “mostra de artesanato”, “lançamento de filme”, “mostra de arte”, “mesa redonda”, “mostra de produção independente de audiovisual”, “jogo recreativo (gincana)” e “congresso”.

Fonte: ALDABALDE, 2015.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação da informação junto ao pessoal interno
- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação da informação junto ao pessoal externo
- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação cultural junto ao pessoal interno
- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação cultural junto ao pessoal externo
- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação digital junto ao pessoal interno
- ☐ Concepção, elaboração e execução de mediação digital junto ao pessoal externo
- ☐ Programação/exposição cultural da/na unidade, ofertada aos diversos públicos
- ☐ Planejamento, execução e controle de projetos culturais
- ☐ Realização de práticas de mediação cultural (exposições, debates, mostra de artes
- ☐ Serviço de referência
- ☐ Estudos de públicos
- ☐ Estudos de usos e usuários
- ☐ Concepção, implantação e gerenciamento de um plano de ações de valorização e exploração dos documentos e do espaço institucional
- ☐ Criação de dispositivos interativos em espaços digitais de mediação da informação (acesso em aplicativos
- ☐ Curadoria digital da divulgação do acervo nos instrumentos de pesquisa de acordo com as necessidades de acesso(
- ☐ Rede de compartilhamento de informações, conhecimento, cultura e/ou recursos informacionais
- ☐ Apresentação e utilização de sistemas arquivísticos de informação
- ☐ Diálogo com os usuários
- ☐ Produção de informações sobre o acervo para utilização
- ☐ Mediação de informações coletadas no acervo para fins de práticas mediadoras digitais (mineração de texto, nuvem de tags, etc)
- ☐ Mediação de informações sobre produtores de documentos
- ☐ Mediação de informações sobre leis e ética ao uso (manuais, etc)
- ☐ Fruição do espaço físico para fins de exercício dos direitos culturais
- ☐ Outras práticas de mediação humana (entrevistas presenciais, serviço de atendimento/acolhimento/inclusão, etc)

☐ Rede de mediadores culturais e da informação

☐ Outro: _____

33. Qual o espaço de mediação digital culturais adotado? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Archive-It

☐ ArchiveSpace

☐ AtoM

☐ CollectionSpace

☐ Drupal

☐ DSpace

☐ Fedora

☐ Islandora

☐ Omeka

☐ Tainacan (plug-in WordPress)

☐ Outro: _____

34. Quanto à Preservação, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Setor de conservação
- ☐ Política de preservação, conservação e/ou restauração (controle de ambiente, higienização, conservação preventiva, desinfestação, restauração)
- ☐ Política de transporte, do manuseio e da exposição dos documentos
- ☐ Monitoramento da segurança das instalações e dos acervos
- ☐ Elaboração de plano de segurança
- ☐ Intervenções mecânicas, estruturais, estéticas e/ou químicas de restauro
- ☐ Higienização
- ☐ Conservação preventiva
- ☐ Desinfestação
- ☐ Controle do ambiente
- ☐ Migração e emulação de documentos eletrônicos com softwares e/ou hardwares obsoletos
- ☐ Preservação da autenticidade e integridade dos documentos digitais via softwares (Atom, Archivematica, ArchivesSpace).
- ☐ Manutenção da integridade da cadeia de custódia para preservar provas/arquivos em meio digital no sistema informatizado de gestão arquivística de documentos e nos repositórios arquivísticos digitais confiáveis.
- ☐ Outro: _____

35. Quanto à Gestão de serviços, selecione quais destas funções são realizadas na sua unidade de gestão da informação: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Gestão de equipamentos e materiais de alta durabilidade/acessibilidade e condizentes com as práticas técnicas
- ☐ Gestão de recursos humanos
- ☐ Gestão de contratos
- ☐ Gestão de projetos culturais
- ☐ Gestão de capacitação de recursos
- ☐ Gestão de recursos tecnológicos
- ☐ Gestão de infraestrutura
- ☐ Gestão de qualidade na digitalização
- ☐ Gestão no atendimento das normas ISO
- ☐ Gestão da automação de unidades de arquivos/bibliotecas/memoriais
- ☐ Gestão da informática arquivística
- ☐ Diagnóstico e monitoramento
- ☐ Gestão das estruturas e do funcionamento
- ☐ Gestão do layout dos espaços
- ☐ Gestão dos recursos financeiros
- ☐ Gestão da terceirização
- ☐ Elaboração de políticas públicas internas
- ☐ Gestão de convênios/cooperação técnica/ visitas técnicas/acordos inter-institucionais VOLTADOS para o arquivo/biblioteca/memorial
- ☐ Gestão do planejamento das ações
- ☐ Gestão de estagiários e profissionais em formação, com acompanhamento de profissional especializado
- ☐ Outro: _____

36. Sua unidade tem contato com outro(s) arquivo(s)/biblioteca(s)/memorial(ais) dos MP Estaduais? Se sim, quantos? Descreva essa relação. *

Parabéns! Você é um profissional dedicado, que doou parte do seu tempo e mobilizou sua inteligência para o bem comum!!! Nenhuma palavra escrita representa a gratidão que todos os envolvidos nesta pesquisa devem a você. Obrigada pela sua participação! Desejamos que tudo que você sonha para o seu trabalho seja realizado e que a sua realidade seja elevada ao patamar digno dos seus méritos enquanto colaborador. Por fim, mais uma vez, congratulamos e agradecemos!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – Artigo publicado¹¹



ARTIGO

DOI: <https://doi.org/10.21728/p2p.2024v10n2e-6861>

Data de submissão: 13/12/2023

Data de aprovação: 13/03/2024

Data de publicação: 13/03/2024

MEDIAÇÕES NA REDE DE BIBLIOTECAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL desafios e práticas

Taiguara Villela Aldabalde¹Universidade Federal do Espírito Santo
taiguara.alabalde@ufes.br**Hellen Bianca Araújo Periani²**Universidade Federal do Espírito Santo
hellenperiani@hotmail.com

Resumo

Objetiva-se discutir o tema das mediações da informação e cultural sem perder de vista os desafios e as práticas da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF). Adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, entrevista e pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que as práticas de atuação sobre “o como” a informação é recepcionada, compreendida e mediada vai de encontro aos anseios da sociedade. Já os desafios encontrados na Rede apontam a dificuldade de compreender as práticas dentro da mediação como um processo ativo e consciente de intervenção e transformação cultural, organizacional e social. A falta de uma sistematização do funcionamento da Rede levou a uma reestruturação que resultou na desmobilização desta, que a simplificou em práticas de mediação digital, desconsiderando seu acervo, seu pessoal, os espaços e os recursos das comunidades locais. Conclui-se que a análise da mediação como categoria verifica-se na realidade apenas como práticas esporádicas limitadas aos recursos tecnológicos, sem que conste as mediações como categoria no planejamento. Assim, embora essas unidades de informação compartilham desafios nas questões de acesso aos recursos digitais e há demandas por democratização, não adotam-se práticas de mediação cultural e da informação.

Palavras-chave: Mediação cultural e da informação. Redes de Bibliotecas. Mediação digital. Ministério Público.

Mediations in the Brazilian Federal Public Ministry Libraries Network: challenges and practices

Abstract

The aim is to discuss the topic of information and cultural mediations without losing sight of the challenges and practices of the Federal Public Ministry Library Network (RBMPF). The following methodological procedures were adopted: documentary research, interviews and bibliographical research. The results indicate that the practice of acting on “how” information is received, understood and mediated meets society’s desires. The challenges encountered in the Network point to the difficulty of understanding practices within mediation as an active and conscious process of intervention and cultural, organizational and social transformation. The lack of systematization of the Network’s functioning led to a restructuring that resulted in its demobilization, which simplified it into digital mediation practices, disregarding its collection, its personnel, the spaces and resources of local communities. It is concluded that the analysis of mediation as a category is in reality only seen as sporadic practices limited to technological resources, without measuring measurements as a category in planning. Thus, although these information units share challenges in terms of access to digital resources and there are demands for democratization, cultural and information mediation praxis are not adopted.

Keywords: Cultural and information mediation. Library network. Information management units. Digital Mediation. Brazilian Federal Public Ministry.

¹ Doutor em Ciências da Informação, Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Graduação em Arquivologia vinculado ao Colegiado de Ciência da Informação e ao Departamento de Arquivologia da UFES.

URL <http://lattes.cnpq.br/5623964456964265>.

² Mestranda em Ciência da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. URL <http://lattes.cnpq.br/6597740562407352>



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-18, e-6861, jan./jun. 2024.

¹¹ Este artigo complementa o conhecimento no contexto da pesquisa e facilita seu entendimento e em vista disso, optamos por incluir o mesmo como apêndice.



ARTIGO

Mediaciones en la Red de Bibliotecas del Ministerio Público Federal: desafíos y prácticas

Resumen

El objetivo es discutir el tema de la información y las mediaciones culturales sin perder de vista los desafíos y prácticas de la Red de Bibliotecas del Ministerio Público Federal (RBMPF). Se adoptaron los siguientes procedimientos metodológicos: investigación documental, entrevistas e investigación bibliográfica. Los resultados indican que la práctica de actuar sobre “cómo” se recibe, comprende y media la información responde a los deseos de la sociedad. Los desafíos encontrados en la Red apuntan a la dificultad de comprender las prácticas de mediación como un proceso activo y consciente de intervención y transformación cultural, organizacional y social. La falta de sistematización del funcionamiento de la Red llevó a una reestructuración que resultó en su desmovilización, que la simplificó en prácticas de mediación digital, desconociendo su recaudación, su personal, los espacios y recursos de las comunidades locales. Se concluye que el análisis de la mediación como categoría en realidad sólo es visto como prácticas esporádicas limitadas a los recursos tecnológicos, sin medir medidas como categoría en la planificación. Así, aunque estas unidades de información comparten desafíos en términos de acceso a recursos digitales y existen demandas de democratización, no se adoptan praxis de mediación cultural e informativa.

Palabras clave: Mediación cultural y de información. Redes de bibliotecas. Unidades de gestión de la información. Mediación digital. Ministerio Público.

1 INTRODUÇÃO

Diante da ausência de uma rede de bibliotecas nos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil, Periani (2021) defendeu a necessidade de criação e implementação de uma rede para integração entre os bibliotecários nos seus saberes-fazer e melhorar suas práticas profissionais. Embora o estudo de Periani (2021) tenha sido levado ao conhecimento do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), ainda não se encontra evidência de sua criação.

Em defesa da criação e desenvolvimento das redes, leva-se em conta o contexto de desmonte da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF). Tal desmonte ocorreu a partir do discurso artificial sobre a eficiência dos serviços públicos prestados pelo meio digital para fechar bibliotecas a partir de 2023. Sob a aparência de reestruturação foi realizado um corte que implicou, dentre outras coisas, em não se investir em espaços de mediação e em profissionais qualificados para gerir estes espaços sob pretexto de que o acesso digital seria suficiente para os usuários internos.

Desde 2017 a biblioteca do MPF da unidade Vitória/ES está fechada para acesso ao espaço e ao seu acervo, que se transformou em mais um argumento de inatividade desse setor que era a biblioteca, corroborando na narrativa de planejamento que culminou na redução das 34 unidades.

Dado isso, tomou-se, para efeito de análise do presente estudo, a RBMPF criada em 2017, para atender às demandas de seus membros. Nota-se que essa Rede possuía 34 bibliotecas pelo Brasil em cada unidade dos Ministérios Públicos Federais (MPF), criada para atuar de forma conjunta para o desenvolvimento dos seus serviços e práticas.

Aliás, após uma reestruturação, houve alterações na composição da rede. Hoje, os bibliotecários encontram-se subordinados ao setor que se chama Biblioteca do Ministério Público Federal, localizado na Procuradoria da República Geral em Brasília. As bibliotecas nos estados foram extintas e restaram apenas 5 bibliotecas setoriais, subordinadas à Coordenadoria de Biblioteca Geral.

A rede em tela acha-se no âmbito de atuação de acesso e uso da informação mediados por práticas entre profissionais da informação em um ambiente de conflito entre aqueles que detêm as fontes e recursos informacionais de um lado e os que são excluídos deliberadamente por escolhas de uma elite de juristas. Tal conflito é considerado aqui como um elemento que antecede a mediação, ou seja, uma necessidade para a realização da mesma, na direção de que

3

os objetos a serem mediados busquem beneficiar os excluídos das decisões em compensação por sua marginalização na vida pública do MPF.

Com isso, julga-se necessário, considerando o dever do Estado para com os cidadãos, e, portanto, do Ministério Público para a sociedade, tomar como base o trinômio instituição-mediador-usuário, identificados a partir do modelo triádico de mediação elaborado por Perrotti e Pieruccini (2014).

Dado isso, objetiva-se discutir o tema mediação sem perder de vista os desafios e as práticas na realidade da RBMPF. Propõe-se assim uma reflexão somada a uma pesquisa bibliográfica sobre a mediação cultural e da informação no contexto das redes e dos profissionais da informação, conforme se detalha a seguir.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo, recorreu-se aos portais institucionais de cada unidade estadual para identificar o acesso e divulgação dos serviços das bibliotecas, seu catálogo e funcionamento. Como muito do acesso era restrito ao pessoal interno, com acesso via intranet, foi necessária uma pesquisa de campo para entender como a Rede atuava.

Somado a isso, na pesquisa documental, foram pesquisados identificadores que documentaram a constituição desses centros, além dos recursos utilizados na mediação, como normas que materializam políticas de gestão, fanpage de divulgação, publicações de contratos de software de catálogos de bibliotecas e de bases de dados, termos de cooperação técnica entre instituições, além de documentos internos elaborados pela instituição.

Como complementar aos procedimentos, com o objetivo de conhecer as práticas de mediação, buscou-se mapear quais as práticas de mediação foram realizadas, baseadas na identificação sob a visão do paradigma de acessibilidade, durabilidade e usabilidade em Aldabalde e Cid (2019).

A primeira coleta de dados foi realizada no ano de 2022, no âmbito da atuação da RRBMPF. No entanto, a Rede passou por uma reestruturação em meados de 2023, mudando drasticamente a estrutura e organização em comparação ao momento da coleta de dados. Os serviços de biblioteca dos MPFs foram centralizados. Também foi realizado uma entrevista semi-estruturada com um profissional bibliotecário que faz parte da Rede para compreender e completar os resultados da coleta de dados, pois os documentos não foram suficientes para alcançar os resultados expostos adiante.

4

3 APONTAMENTOS SOBRE AS MEDIAÇÕES DIGITAL, DA INFORMAÇÃO E CULTURAL NAS REDES: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO

A mediação e a criação das redes parecem indissociáveis, visto que sem diálogo e práticas mediadoras uma rede não se constitui, já que depende de processos dialógicos para ser criada e desenvolvida como espaço para diversos fins, inclusive a reprodução de informação e de conhecimentos.

Apesar das pesquisas voltadas à área de mediação terem crescido exponencialmente conforme mostram os estudos de Silva, Nunes e Cavalcante (2018), a mediação como uma categoria na Ciência da Informação (CI) ocorre a partir dos anos 1970 (Serain *et. al.*, 2016). Portanto, há um certo atraso na literatura já que os autores apontam os trabalhos mais referenciados na base de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) somente entre os anos de 2007 e 2017.

As redes e a mediação também estão intimamente ligadas aos processos de cooperação e colaboração. Aliás, o modelo social contemporâneo gira em torno das redes, vide a Internet. As redes são centrais ao desenvolvimento cognitivo do homem para que este preserve a vida, resultando na ampliação de mais de uma rede para cada ser social que existe no mundo contemporâneo (Varela; Maturana; Uribe, 1991). Para além disso, as redes tomaram forma nos seres não vivos por meio da tecnologia, ampliando as oportunidades de aprendizagem tanto dos seres não vivos como também dos seres sociais (Varela; Maturana; Uribe, 1991), teoria relacionada com alguns aspectos da sociologia pragmática dos atores humanos e não humanos da Teoria Ator-Rede (TAR) elaborada na década 1980 por Bruno Latour e outros autores (Latour, 1987).

Nessa perspectiva, o mediador é um ser vivo na rede a desempenhar o papel de catalisador. Segundo Varela, Maturana e Uribe (1991), a rede pertence a um sistema social em que seus componentes são seres vivos e incorporam a conservação da vida. Seus subsistemas produzem e reproduzem a sua própria organização por meio de seus próprios componentes, o que é conhecido como autopoiese, do grego “autoprodução”.

A rede, segundo Maturana (1999), é uma condição basilar para troca e aprendizagem em seres vivos (organismos, partes de organismos e ecossistemas), em redes de seres vivos (conjuntos de seres vivos em interação), em redes de seres não vivos (capazes de interagir) e em seres sociais (pessoas ou redes de pessoas).

5

Os estudos da autopoiese não se limitam ao campo da Biologia, mas expandiram o conceito a outras áreas como a Administração, Sociologia, Cultura Organizacional etc. Um sistema autopoietico produz continuamente a si mesmo, num paradoxo sistêmico de autonomia ao mesmo tempo que recorre a recursos do ambiente, ou seja, ao mesmo tempo que são produtores, são também produtos. Paralelo ao termo autopoietico, os processos de gestão e planejamento das unidades de informação tratam da criação e manutenção das redes, geradas no desenvolvimento da cooperação informal entre bibliotecas (Motta, 1982).

Os sistemas em redes não são aplicados somente na atualidade. Como bem define Castells (2005), as redes são uma antiga forma de organização social permeada em todas as sociedades historicamente conhecidas, que apresentam modelos de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos. Castells (1999) define que esses sistemas deram origem à sociedade em rede que conhecemos hoje, compreendida a partir do desenvolvimento da tecnologia e da tentativa da antiga sociedade de reajustar-se com o uso da tecnologia digital, reconfigurando-a nos aspectos de desenvolvimento, poder e cultura.

Se o impacto das tecnologias digitais nas redes deu origem à Internet, então o que ocorreu com a mediação? Para McCausland (2011), a automação da mediação impacta no modo de funcionamento dos serviços de atendimento aos usuários, de forma que o profissional deve estar preparado para encontrar usuários que estranhem os documentos.

As obras de Accart (2017) e McCausland (2011) parecem ter um ponto em comum: a mediação humana não é totalmente substituída. Portanto, um dos primeiros desafios para atuação no campo da mediação é compreender o fenômeno da transformação digital e suas implicações para as práticas de mediação.

A mediação artefactual, para Sundqvist (2017), ocorre nos meios produzidos, inclusive nos tecnológicos, de acesso, busca e comunicação, por exemplo, os sistemas Cidautomatizados e os instrumentos de busca. Logo, é relevante conhecer a relação de interação entre os sistemas de informação digital (artefatos de mediação) e usuários.

Entende-se que a prática mediação possui relação de decorrência com a mediação. Isso porque a mediação cultural é o processo, então a prática de mediação é a saída final pela qual a mediação atinge sua culminância. Assim a mediação implica planejamento, organização, estudos de usuários ou públicos, nos diálogos, construção da proposta, na definição das representações que irão circular, em atividades diversas a depender do tipo de prática de mediação definida.

6

Os exemplos mais recorrentes de práticas de mediação nas bibliotecas do MPF são catalogação, classificação, indexação, disseminação seletiva da informação (DSI), normalização, elaboração de tesouros, criação de vocabulários controlados, inventariamento, produção de informação sobre o funcionamento de unidades de gestão da informação e acervo.

Em se tratando da mediação artefactual, encontra-se o termo “mediação digital”. Sua aplicação no campo da CI brasileira é nova. Aldabalde, Melo e Bourguet (2020) trazem a descrição: “[...] um processo institucionalizado pelos meios (inclusive de comunicação), caracterizando-se pela intervenção nos elementos estruturantes de um sistema a fim de determinar a apropriação de objetos”. Nota-se que, dentre esses objetos, podem ser encontrados banco de dados, catálogos digitais, correspondências digitais, ou quaisquer objetos digitais para acesso e uso por indivíduos ou instituições como os Ministérios Públicos Federais.

Com isso a compreensão vertida para prática, implica observar infoprodutos, como softwares utilizados nos catálogos das bibliotecas dos MPFs, as plataformas digitais e demais instrumentos digitais aplicados aos serviços em centros de informação. O objetivo destes instrumentos é atender a busca por respostas e as necessidades informacionais daqueles que utilizam ferramentas digitais. Sob o paradigma da mediação isso deve ser feito de modo ativo, inclusivo e participativo.

O maior óbice para as redes da atualidade é superar a desintermediação, ou desmobilização, que advém do emprego imediato das tecnologias digitais no cotidiano. Para Accart (2017), essa desintermediação ocorre em decorrência de uma automação ou transformação digital sem planejamento, o que levou aos problemas sociais como fraudes, falsas informações, confusão, desinformação, dentre outros. Como resposta a isso, as redes podem atuar como redes de mediação e mobilização dos seus integrantes.

Accart (2017) lembra que o profissional da informação possui um papel relevante no que diz respeito à mediação digital: acompanhar os utilizadores (entendidos aqui como usuários e públicos). Assim, parece claro que a mediação, como categoria de atuação, é mantida e não é substituída, mas antes qualifica a ação no meio digital. As bibliotecas digitais, por sua vez, não deveriam substituir os serviços de mediação humana e funções dos bibliotecários.

Duff; Yakel (2017) propõe que, na mediação, o profissional ou a instituição devem produzir informações que facilitem a busca e a recuperação da informação pelo usuário. Para a autora, a mediação inclui a apresentação e utilização de sistemas de informação, o diálogo

7

com os usuários, a produção de informações sobre o arquivo, informações sobre o acervo, informações coletadas no acervo, informações sobre produtores de documentos, informações sobre leis e ética ao uso.

Todas essas questões se aplicam aos arquivistas, bibliotecários e museólogos dos Ministérios Públicos nos respectivos protocolos, arquivos, memórias e bibliotecas. Aliás, parte das práticas de mediação da informação é realizada em meio virtual, logo, pode-se dizer, a partir da mediação digital em Accart (2017), que há operações de mediação digital da informação. No caso da RBMPF é provável que tenha sido utilizado os aplicativos de comunicação e correspondência via emails. Para uma melhor compreensão de como a RBMPF têm se articulado cabe em uma outro estudo analisar estes espaços de mediação.

Considerando isso, entende-se que o processo de mediação pode ser ampliado com tecnologias digitais. Ventura e Silva (2020) apontam um modelo de mediação sob três dimensões: humana, ou seja, o profissional da informação; tecnológica, a plataforma digital; e simbólica, que são os códigos da informação representada.

A dimensão humana trata do perfil e competências do profissional da informação e também do perfil e habilidades do utilizador daquela plataforma, o que se relaciona com a competência informacional.

Na dimensão tecnológica, a mediação se utiliza das plataformas e dos sistemas tecnológicos, visando a necessidade de um acesso rápido e universal à informação, uma necessidade gerida na terceira dimensão, a simbólica, por meio dos códigos e da representação da informação, com diretrizes de armazenamento e descrição da informação (Ventura; Silva, 2020). É notável que as autoras abordam a cooperação entre sistemas e unidades de informação como influenciadores desse processo de expansão da mediação digital em um esforço normalizador do tratamento da informação. Pode-se, a partir dessa necessidade, identificar mais um desafio a ser aceito e transposto: a cooperação entre os pares.

Assim, por exemplo, cabe aos profissionais bibliotecários responsáveis, zelar pelo tratamento, organização, uso e disseminação da informação nos catálogos digitais, pelo serviço de referência online e a divulgação dos produtos e serviços que são oferecidos pela biblioteca, sejam materiais, sejam digitais nas Bibliotecas dos Ministérios Públicos Federais.

Os profissionais da informação, enquanto mediadores, podem se utilizar das plataformas e dos sistemas tecnológicos, visando a atender à necessidade de um acesso rápido e universal à informação, incluindo, em termos práticos, em outro momento, os códigos e as representações da informação com diretrizes de armazenamento e descrição.

No entanto, Accart (2017) acrescenta que é preciso um planejamento para a mediação digital em curto, médio e longo prazos a partir de estudos de usuários. Nesse sentido, cabe uma política para serviços de mediação que abarque os principais pontos: a) participação: as pessoas ou comunidades interessadas devem participar desse processo de mediação; b) interatividade: o meio deve estar aberto para relações interativas e isso inclui a interação com profissionais via ferramentas de comunicação digital; c) acesso: esta mediação deve facilitar o acesso aos documentos digitais e a outras fontes de informação.

Posto isso, eis um dos desafios ao campo da mediação na contemporaneidade relacionados com o presente e o futuro da sociedade do século XXI: será necessário que as pessoas participem, interajam e tenham acesso às fontes de informação não apenas para visualizar, mas também para utilizar essas fontes como um bem (cultural, por exemplo). Para tanto caberá mediação cultural e da informação.

O autor ainda destaca outros pontos relevantes, como a orientação ou o sentido da mediação digital para que os usuários possam ser autônomos e independentes. Accart (2017) aponta que o mediador digital deve se aproximar de seus públicos e potenciais usuários como um facilitador, mas não somente isso. O modelo triádico elaborado por Perrotti e Pieruccini (2014) traz, na relação entre produtor e leitor da informação, a figura do mediador como categoria da semântica, não apenas como mero canal ou simples recurso de transferência de informações, mas sim como transformador cultural ativo nesse processo. O modelo será brevemente abordado mais à frente.

Para que tudo isso ocorra, é primordial portanto considerar o espaço de mediação, também físico, mas principalmente relacional. Isso é relevante também haja vista que pode ocorrer falta de reconhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais da informação e uma cultura organizacional desorganizada.

A RBMPF pode ser um espaço de mediadores e/ou profissionais da informação, principalmente para mobilização, a fim de causar mudanças efetivas nas instituições (Ministérios Públicos), como impactar decisões e semear a cultura organizacional com práticas informacionais bibliotecárias, arquivísticas e museais.

Com tais apontamentos, buscou-se identificar a mediação digital e reconhecer os desafios das práticas mediadoras e compreender a categoria de mediação do ponto de vista prático, como um processo de interferência ativa, segundo autores que produzem na área. Entendeu-se que o agir é parte do desafio, de modo que é preciso abrir o campo de atuação profissional da informação para transformar a realidade em que se vive.

A partir disso, nota-se que a atuação sobre “o como” a informação é recepcionada, compreendida e mediada vai de encontro aos anseios da sociedade. É nesse sentido que parece necessário pensar no fazer dos bibliotecários nas redes atuantes, mobilizando atividades localizadas na categoria da mediação (cultural, digital e da informação) para alcançar objetivos comuns por meio da cooperação mediada por práticas.

4 A REDE DE BIBLIOTECAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E SUAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO

Antes da reestruturação da RBMPF, essa parece ter sido criada principalmente sob a concepção de organizar as bibliotecas e seus recursos informacionais a fim de que a rede sobrevivesse institucionalmente e atingisse objetivos comuns. Isso significa, em tese, ofertar serviços para a vida cultural e informacional dos usuários, públicos internos e públicos externos, abrindo-se para a sociedade.

Como produto disso, o Portal da Rede de Bibliotecas do MPF procura materializar atividades e práticas de mediação artefactual da informação para disponibilizar acesso a diversos portais de revistas, jornais, podcasts, livros, jurisprudência, leis, artigos, entre outros recursos informacionais digitais. Ainda conta com um catálogo online dos recursos ofertados em suporte papel impresso em todas as unidades da rede.

Assim, identifica-se a prática de mediação mais fundamental para a Rede: reunião ou encontros de bibliotecários(as) presenciais ou online. No início do estudo, embora não tenha sido possível aferir a frequência das reuniões, observando se foram ao encontro da democracia cultural como estratégica, há evidência de que as reuniões se encontravam para além de espaços formais. Nesse sentido, não se pode analisar se o modus operandi dessa Rede é clientelista, democrático, voluntarista ou outra variável em termos de comportamento coletivo social.

Cabe destacar que, em um primeiro momento, para verificar se a Rede ainda estava em funcionamento e entender a sua atuação no campo da mediação, foi necessário um levantamento documental, solicitado no portal institucional o atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) sobre toda documentação referente à Rede. O pedido foi respondido pela Seção de Biblioteca e Pesquisa confirmando o pleno funcionamento da Rede, a cópia da Portaria que a instituiu, bem como um informativo com um detalhamento sobre a Rede, sua missão, visão e valores, além da definição de sua estrutura. Dessa forma, pode-se considerar esse esforço em saber se tal Rede estava ativa ou não como uma evidência de que

não há programas de difusão e mediação da informação e cultural que alcancem públicos externos, ao passo que há mediação artefactual.

Em relação a isto, em uma pesquisa breve, foram identificados esforços pontuais por parte de algumas unidades, por exemplo, da 5ª região do MPF, que traz um acesso livre ao catálogo das bibliotecas. No entanto, aparece como uma ação isolada em contraponto às outras unidades que compõem a rede e pouco divulgam sobre suas práticas ao público externo.

Foi possível verificar que a Rede de Bibliotecas do MPF ficava sob a gerência da Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa, com vistas à cooperação de recursos informacionais, materiais e humanos entre as 34 bibliotecas cooperantes. Instituída pela Portaria da Procuradoria Geral da República PGR nº 450, de 29 de maio de 2017, a RBMPF tinha o objetivo de formar, desenvolver, avaliar e preservar o acervo documental, planejando, coordenando, orientando, acompanhando e controlando as atividades de Biblioteconomia e Documentação no âmbito da instituição. Também tem como finalidade subsidiar a atuação institucional de membros e servidores, como um setor aberto ao público.

Embora nem todos os municípios contavam com uma biblioteca, as das Procuradorias da República nos Estados também prestam atendimento aos membros lotados nas respectivas Procuradorias da República nos Municípios, totalizando 224 unidades atendidas pela RBMPF.

Portanto, no sentido da mediação da informação como intervenção, também foram encontrados rastros da realização das seguintes práticas: descrição e aquisição de fontes de informação. Como prática de mediação, implica representar informações, de modo que as representações serão as coisas mediadas em relação aos usuários, produtores de informação e públicos. A aquisição, quando meramente operativa, não implica mediação, mas, quando voltada ao público externo, também é atividade de representação de artefatos culturais relativos aos conhecimentos e aos temas que, por sua vez, são representativos da sociedade. Assim, na aquisição, caso o(a) bibliotecário(a) assuma a posição de mediador(a), cabe compreender se há na coleção obras que abarcam temas possivelmente pouco representados nos Ministérios Públicos, como os direitos culturais, por exemplo.

Dantas *et al.* (2012, p.19) levantam informações relativas à rede de bibliotecas do Ministério Público tratando da mediação da informação e, particularmente, do uso dos serviços de referência online. Parece que, do ponto de vista da gestão da Rede e da forma como se deu o processo de formação dela, as informações não são totalmente abertas, pois a Rede fecha-se no âmbito tecnológico na Intranet e seus procedimentos administrativos estão restritos à organização interna.

Na Intranet, acha-se o Portal (Figura 1) que viabiliza o acesso de qualquer unidade do Ministério Público Federal a várias bases de dados, com um acesso restrito ao público interno. Foi questionado pelos pesquisadores, sobre quem administra a renovação de contratos com as bases de dados do RBMPF e como é repassado esse valor da unidade estadual.

Figura 1 - Portal da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal na Intranet



Fonte: RBMPF (2023).

12

Através dos dados coletados, é a Procuradoria Geral da República, por meio da divisão da SEJUD, a responsável por receber um fundo anual para distribuição de acervo a todas as unidades do MPF, inclusive é a responsável pelos contratos com as bases de dados. Acerca da natureza desses contratos com as bases de dados, se eram de caráter permanente ou temporário, os dados revelaram que a acessibilidade dos livros digitais são temporários, ou seja, enquanto durarem as assinaturas com as editoras.

No ano de 2022, foi repassado cerca de R\$1,5 milhão para compra de acervo e essa demanda era dividida de forma proporcional ao número de procuradores. As Procuradorias Regionais e Procuradorias da República nos Estados recebiam anualmente uma parcela para compra de acervo disponibilizado pelo orçamento de gestão tributária (LOA). Ou seja, cada unidade possui ainda autonomia de compra de recursos informacionais.

Parece evidente que a mediação, ou a falta de mediação em relação ao Portal, impacta a rotina dos Ministérios Públicos, pois há, conforme Aldabalde, Melo e Bourguet (2020), a dita “mediação digital”, além de rastros das ações de mediação implícitas realizadas pelo bibliotecário ou pelo profissional da informação. Fundamentado em Almeida Júnior (2009), compreende-se a mediação também como os aspectos de serviço e produtos oferecidos pelo ambiente

informacional, as institucionalidades (Mártin-Barbero, 1997), como pode ser visto na organização dos temas e recursos na Figura 1.

Como não foi possível rastrear práticas de mediação em todas as 34 unidades, optou-se pela unidade do Espírito Santo. Compreendendo a mediação como intervenção, foram consideradas práticas de mediação associadas à acessibilidade. Isso vai da justaposição ao paradigma de Aldabalde e Cid (2019). Assim, posicionam-se bibliotecas, arquivos e memoriais do Ministério Público, pois essa é uma instituição permanente do Estado, de modo que seu material não é efêmero e deve ser permanentemente acessível, preservado e praticável.

Sobre as práticas de mediação com impacto na acessibilidade, questionou-se quais são as restrições de acesso às dependências e recursos da biblioteca e as justificativas para tais, e também se elas são consenso geral em todas as unidades da rede. No caso da unidade em evidência, até que seja inaugurada a nova sede desta Procuradoria, na Avenida Beira-Mar, estava vedado o acesso às dependências da biblioteca para o público em geral, desde 2017, conforme o art. 11, VII, § 2º do Regimento Interno.

Isso ocorre porque, segundo entendimento, por parte da gerência geral, o local não atendia aos princípios de um espaço adequado, pois conta apenas com uma mesa de leitura e estudo, não possui acesso a computadores ou a qualquer outro lugar para utilização dos recursos, limita não apenas o acesso ao público externo, mas, principalmente, do público ao qual se destina, o interno. Assim, não ocorre mediação cultural e as práticas de mediação da informação são restritas ao público interno.

Pode-se compreender que, isso tem tido influência na falta de interesse por parte do pessoal da instituição para a biblioteca, impossibilitando ações que possam aproximá-los do ambiente e do que é oferecido no espaço. No entanto, é possível que outras bibliotecas cooperantes da Rede tenham espaço aberto ao público externo, o que não foi possível contabilizar quantas delas possuíam o mesmo problema da biblioteca na unidade de Vitória.

Ainda quanto à acessibilidade, foi questionado sobre a gestão de documentos para seleção, aquisição, controle da produção documental, desbaste e descarte. No caso da Procuradoria da República no Espírito Santo (PRES), o bibliotecário segue o previsto no Regimento Interno da Biblioteca.

A biblioteca era integrada ao arquivo, no entanto este último não constava no organograma. Nas outras unidades o arquivo fazia parte de outro setor (unidades do MPF menores) ou existia um setor de arquivo no organograma (unidades do MPF maiores). Agora a biblioteca já não existe no organograma da PRES.

A biblioteca da PRES contava apenas com um bibliotecário, uma técnica e uma servidora de carreira. Esta última responsável pela gestão de documentos de área fim. Para a gestão do arquivo, foi contratada, durante a pandemia, uma empresa terceirizada para organização dos documentos de área meio e de área fim. Quanto às políticas de gestão documental, não foi possível averiguar quem era responsável. Atualmente, esse escopo é da atual Coordenadoria de Arquivo. Quanto aos assuntos referentes a tecnologias da informação, essas atividades não eram consideradas de escopo do arquivo ou da biblioteca e sim da área de Tecnologia da Informação da instituição. No momento da pesquisa, não foi possível ter acesso a sistematizações ou relatórios referentes aos procedimentos.

A Rede contribuía na padronização dos serviços (mediação de padrões culturais organizacionais): facilitava a gestão com as compras de acervo centralizadas e presta apoio por meio de divulgação das práticas bibliotecárias e documentos relativos à catalogação cooperativa.

No momento da pesquisa, já havia sido exigida a reestruturação pela gestão geral da Procuradoria Geral da República (PGR), onde propuseram a necessidade de reduzir o número das trinta e três unidades existentes para a concentração de apenas cinco, tendo em vista a eficiência e economicidade nos serviços prestados, entendendo o Portal como um dos serviços mais demandados e eficazes de acesso à informação.

A Rede se uniu à categoria para propor uma reformulação em seus serviços, reiterar a contribuição das bibliotecas e organizar uma comissão responsável pela proposta que, posteriormente, apresentaria à Procuradoria Geral da República, visto que não havia certeza de que uma redução das bibliotecas do MPF se daria nessas proporções, no entanto, ela se deu. Abaixo, a Figura 2 demonstra o organograma da nova reestruturação que pode se configurar como um sistema de bibliotecas.

BIBLIOTECA DO MPF

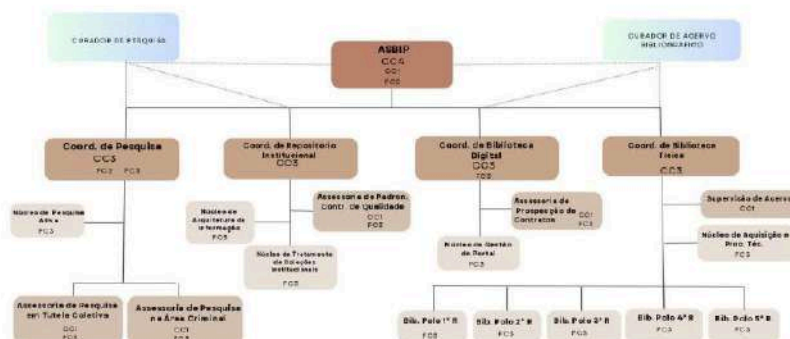


Figura 2 - Organograma da reestruturação de sistema de bibliotecas do MPF

Fonte: RBMPF (2023).

Na medida em que o profissional da informação conta com a cooperação de outras unidades para elaboração dos seus serviços, evita o retrabalho para consulta de materiais, facilita a comunicação entre instituições e conquista o reconhecimento social. Da mesma forma, para o usuário é de grande vantagem o acesso à informação de forma ágil, completa e mensurável, enxergando a RBMPF como uma quebra de mais um obstáculo para o acesso à informação que necessita. Assim, a instituição, como representante de um órgão que é público, utiliza-se de uma estratégia de compartilhamento de recursos, humanos e materiais, e diminuição dos gastos, pois todos os agentes envolvidos têm estabelecidas, de forma clara, suas obrigações e partilham de uma visão ampliada das formas de prestar serviços de informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados, é possível identificar desafios e práticas da mediação realizadas nas unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Federais para organizar a Rede, observando como se davam as suas reuniões, diálogos e compartilhamento de base de dados aos públicos internos. Além disso, notou-se que há ações que ocorreram de forma isolada e algumas não atenderam às metas da Rede, o que parece sugerir que uma melhor integração poderia auxiliar na execução e controle das atividades por indicadores (aos quais carecem de sistematização com base em informações), levando, em tese, à melhoria nos resultados e do desenvolvimento da Rede.

Parece evidente que era necessário uma reformulação da Rede e a reestruturação veio atender uma certa crise de identidade em relação ao que deve-se executar diante do contexto social pós-pandêmico e adaptação. No entanto, verifica-se uma grande dificuldade em demonstrar para a própria instituição como essas práticas têm sido desenvolvidas.

Compartilhar esse conhecimento diante do desafio histórico atual de automação da mediação e fechamento das bibliotecas (McCausland, 2011), é estratégico para rever decisões dos administradores do MPFs, pois a gestão da instituição reduziu o número de bibliotecas buscando superar os desafios que a Rede enfrentava e com isso não foram dirimidos os óbices. Além disso, tais medidas não atendem nem a sociedade e nem os usuários internos.

Assim, é notável que as bibliotecas do MPF ainda lidam com questões tais como a invisibilidade e o desmonte de espaços que promovem a interação, as trocas culturais e a necessidade democratização.

Levando em conta isso, constatou-se que havia ocorrência de práticas de mediação artefactual e humana, com prevalência das seguintes práticas (não práxis) de mediação da informação: reuniões ou encontros; descrição, aquisição, restrição, representação de artefatos culturais (livros, jornais e outros); compartilhamento de infoprodutos; debates ou discussões; catalogação; reprodução de informação; reutilização de informações técnicas em canais de comunicação formais (e-mail); e, por fim, compartilhamento e disponibilização de recursos informacionais.

Práticas de mediação foram identificadas por meio da disponibilização de informação, contato e acesso a ferramentas. Cabe avanço dessas práticas em algumas unidades mais do que em outras, o que nos faz registrar a cooperação formal e um bom planejamento de modelo de atividades de mediação da práxis do fazer dos profissionais nesses centros de informação.

Dentre os desafios identificados, destacavam-se: mediar para a participação, semear práticas informacionais bibliotecárias e arquivísticas em uma cultura pouco organizada e ausência de mediação cultural na unidade de Vitória. Além disso, há adversidades em relação ao seguinte: cooperação entre os pares, luta contra a desintermediação ou desmobilização pela adesão imediata de tecnologias digitais, e responsabilização de profissionais da informação em seu papel de transformadores culturais ativos no processo de mediação direcionado à democratização.

Somam-se aos desafios o acesso restrito da maioria dos recursos informacionais do Ministério Público Federal e a redução de fontes de informação ao consumo, sem que realize práxis de mediação para apropriação e uso dessas fontes como artefatos culturais (com valores e outros elementos da cultura) e bens culturais (no caso dos acervos dos Ministérios Públicos).

Foi possível constatar diversos tipos de mediação identificados, nomeadamente: a mediação digital e a mediação da informação. Acredita-se, portanto, que a mediação cultural e a mediação humana estão em menor peso comparando-se com essas mediações e com a automação da mediação artefactual.

Considera-se ainda que, enquanto instituições permanentes continuarem tratando os centros de informação como atividades voláteis, substituíveis e improdutivas, desconsiderando os esforços para o avanço da referência aos arquivos, bibliotecas e memoriais, e ao acesso à informação, propostos inclusive pelas agendas internacionais ou



ARTIGO

enquanto não se posicionarem como referência obrigatória para que as leis nacionais sejam cumpridas pela sociedade no campo das bibliotecas, dificilmente teremos uma mudança na constituição histórica enquanto ao acesso, uso, difusão e mediação da informação.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. Ressources humaines: du mode hiérarchique au mode transversal et participatif, les bibliothèques sont-elles prêtes au changement? Expériences et études de cas en Suisse. **Documentation et bibliothèques**, v. 63, n. 1, p. 32-36, 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200712211645/https://www.erudit.org/fr/revues/documentation/2017-v63-n1-documentation02957/1039070ar.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ALDABALDE, T. V.; CID, R. L. Arquivo paradigmático: uma reflexão sobre as propriedades universais das Instituições Arquivísticas a partir do Arquivo Geral das Índias. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 14, n. 4, 2020. DOI: 10.36311/1940-1640.2020.v14n4.9987. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/9987>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ALDABALDE, Taiguara Villela; MELO, Katia Isabelli; BOURGUET, Jean-Rémi. Mercado de trabalho sob mediação digital: um estudo de termos em plataformas digitais às ofertas de vagas no setor de arquivos|Laboral market under digital mediation: a study of terms on digital platforms in job offers in the archival sector. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 1, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i1.5137. Acesso em: 22 nov. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Mannel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: Castells M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005. p. 17-31. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf. Acesso em: 1 set. 2022

DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; QUARESMA, Ana Carolina Oeiras; PIRES, Erik André de Nazaré; AMANAJÁ, Mikally Alves de Andrade. A mediação da informação na Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal: um mapeamento sobre o uso dos serviços de referência online disponíveis no sistema Pergamum. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16152>. Acesso em: 1 set. 2022.

DUFF, Wendy; YAKEL, Elizabeth. Archival interaction. **Currents of Archival Thinking**, v. 193, 2017.

LATOUR, Bruno. **Science in action: how to follow scientists and engineers through society**. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

MCCAUSLAND, Sigrid. A future without mediation? Online access, archivists, and the future of archival research. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 42, n. 4, p. 309-319, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284494984_A_Future_Without_Mediation_Online_Access_Archivists_and_the_Future_of_Archival_Research. Acesso em: 12 mar. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA, Edith de Andrade Roque Serôa da. A implantação de redes de bibliotecas: um problema ou uma solução? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 11, n. 2, 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74847>. Acesso em: 1 set. 2022.

PERIANI, Hellen Bianca Araújo. **Integração de Redes de Bibliotecas dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil**. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p01. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 12 mar. 2024.

DA SILVA, Fernando Santos; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugenia. O conceito de mediação na ciência da informação brasileira: uma análise a partir da brapci. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 12, n. 2, 2018. DOI: 10.36311/1981-1640.2018.v12n2.05.p33. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7779>. Acesso em: 15 set. 2022.

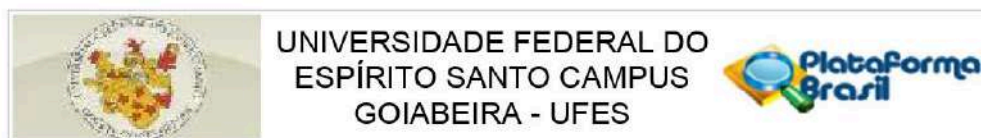
SERAIN, Fanny; VAISSE, François; CHAZOTTES, Patrice; CAILLET. La médiation culturelle, cinquième roue du carrosse? L'Harmattan, Paris, 2016.

SUNDQVIST, Anneli. Archival Mediation. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. **Research in the Archival Multiverse**. Monash: Monash University Publishing, 2017. p. 558-580. Disponível em: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/31429>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VARELA, Francisco; MATURANA, Humberto; URIBE, Ricardo. Autopoiesis: the organization of living systems, its characterization and a model. **Springer**. Boston, MA, 1991. p. 559-569.

VENTURA, Maria Isabel de Almeida; SILVA, Armando Malheiro da. A representação da informação nas plataformas digitais dos serviços de arquivo: alguns resultados. **Prisma.com**. Lisboa, PT, v. 46, p. 97-125, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/11928/10845>. Acesso em: 15 set. 2022.

ANEXO A – Comprovante da inscrição de pesquisa na Plataforma Brasil



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mediação Cultural e da Informação na atuação dos profissionais nas unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil: uma proposta de integração das práticas mediadoras em redes

Pesquisador: HELLEN BIANCA ARAUJO PERIANI

Versão: 2

CAAE: 69663323.5.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI/UFES

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 050770/2023

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Mediação Cultural e da Informação na atuação dos profissionais nas unidades de gestão da informação dos Ministérios Públicos Estaduais do Brasil: uma proposta de integração das práticas mediadoras em redes que tem como pesquisador responsável HELLEN BIANCA ARAUJO PERIANI, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Espírito Santo Campus Goiabeira - UFES em 16/05/2023 às 14:32.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

ANEXO B – Portaria Nº 450, de 29 de maio de 2017**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA
REPÚBLICA**

PORTARIA Nº 450, DE 29 DE MAIO DE
2017.

Institui a Rede de Bibliotecas do Ministério Público
Federal.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, incisos XX e XXII, da [Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993](#), e tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa PGR/MPF nº 1.00.000.005651/2017-97, resolve:

Art. 1º Instituir a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal destinada à gestão do conhecimento e disseminação da informação bibliográfica, legislativa e jurisprudencial com a finalidade de subsidiar a atuação institucional de membros e servidores.

Parágrafo único. As bibliotecas do Ministério Público Federal atuarão em rede, sob gerência da Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa da Secretaria Jurídica e de Documentação, com vistas à cooperação de recursos informacionais, materiais e humanos.

Art. 2º A biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União poderá integrar a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal mediante assinatura do respectivo termo de cooperação.

Art. 3º A Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal prestará serviços técnicos, com o objetivo de:

I - criar o catálogo coletivo do acervo das bibliotecas participantes da

Rede;

II - atender às demandas de informações bibliográficas das bibliotecas participantes;

III - proporcionar a realização de pesquisa integrada, por meio da intranet e internet,

no acervo das bibliotecas;

IV - adotar padrões de indexação, catalogação e do formato internacional de intercâmbio bibliográfico MARC 21;

V - elaborar produtos e realizar serviços que beneficiem os usuários e contribuam para o desenvolvimento da Rede;

VI - coletar e disseminar publicações produzidas por membro e servidor do Ministério Público Federal de interesse das bibliotecas participantes da Rede;

VII - propor a atualização, capacitação e participação em eventos dos profissionais envolvidos nos trabalhos da Rede.

Art. 4º Compete ao Secretário-Geral regulamentar os procedimentos e as regras das bibliotecas cooperantes da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal concernentes à prestação de serviços aos usuários, à gestão do acervo, ao processamento técnico e à biblioteca digital.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE
BARROS

Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 30 maio. 2017. Caderno Administrativo, p. 1.

ANEXO C – Informativo RBMPF

A Rede de Bibliotecas do MPF

As bibliotecas do Ministério Público Federal atuam em rede, sob gerência da Coordenadoria de Biblioteca e Pesquisa, com vistas à cooperação de recursos informacionais, materiais e humanos.

A Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF), instituída pela [Portaria PGR n. 450 de 29 de maio de 2017](#), destina-se à gestão do conhecimento e disseminação da informação bibliográfica, legislativa e jurisprudencial com a finalidade de subsidiar a atuação institucional de membros e servidores.

Missão

Disseminar a informação jurídica e especializada à área fim do Ministério Público de forma equânime e tempestiva, auxiliando na promoção da justiça, da cidadania e no combate ao crime e a corrupção.

Visão de futuro

Ser referência na oferta de informação doutrinária, legislativa e jurisprudencial no âmbito de atuação do MPF.

Valores

São valores da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal o (a):

- Comprometimento: atuar com dedicação, orgulho institucional, empenho e envolvimento em suas atividades;
- Aprendizagem contínua: assumir a responsabilidade de se desenvolver continuamente, de forma a contribuir para o crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho organizacional;
- Transparência: disponibilizar e divulgar a informação jurídica de maneira clara e tempestiva, de forma a possibilitar a atualização e tomada de decisão;
- Ética: agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações;
- Unidade: atuar de maneira integrada e uniforme garantindo a isonomia de acesso à informação jurídica ao MPF;
- Efetividade: consolidar ações, normas, políticas e procedimentos de modo a permitir atuação eficaz na disponibilidade da informação jurídica;
- Sustentabilidade: adotar políticas e práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Nossa estrutura

Criada com o intuito de reunir, integrar, otimizar recursos, potencializar e agilizar o intercâmbio e uso da informação especializada, a Rede de Bibliotecas do

Ministério Público Federal é formada pelas 33 bibliotecas do MPF – incluindo as bibliotecas da PGR, Procuradorias da República nos Estados e Regionais - e, por meio de termo de cooperação, pela biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Em termos de estrutura, a RBMPF é a maior rede de bibliotecas jurídicas do país sendo formada por 34 bibliotecas cooperantes. A rede é responsável por democratizar a disseminação do conhecimento

provendo informação jurídica aos colaboradores do MPF, incluindo as 34 unidades mencionadas e as 190 Procuradorias da República nos Municípios, além das comunidades nas quais estão inseridas.

Bibliotecas da Rede

Em cada unidade da federação há bibliotecas da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF), sendo assim distribuídas:

- Procuradoria Geral da República, com sede em Brasília-DF;
- Procuradorias da República nos Estados, totalizando 27 bibliotecas;
- Procuradorias Regionais da República, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre;
- Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília-DF.

Embora não tenha previsão orgânica de bibliotecas nos municípios, as bibliotecas das Procuradorias da República nos Estados também prestam atendimento aos membros lotados nas respectivas Procuradorias da República nos Municípios, totalizando 224 unidades atendidas pela RBMPF.